

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 035/2026  
Data: 26/02/2026



## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

|                                                                                                                                                                                    |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b>                                                                                                                                                      | <b>4</b>  |
| CONTRATO DO TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ FAZ TCU COBRAR EXPLICAÇÕES DO GOVERNO DE SÃO PAULO                                                                                        | 4         |
| TST MANTÉM REGRA DE EXCLUSIVIDADE NA CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES PORTUÁRIOS                                                                                                       | 5         |
| TERMINAL EXPORTADOR DE SANTOS MOVIMENTOU 5,3 MILHÕES DE TONELADAS EM 2025                                                                                                          | 6         |
| <b>ME – MOVIMENTO ECONÔMICO</b>                                                                                                                                                    | <b>7</b>  |
| ANEEL LEILOA R\$ 5,11 BI EM TRANSMISSÃO COM QUATRO LOTES NO NORDESTE                                                                                                               | 7         |
| PECÉM PROJETA NOVO CICLO BILIONÁRIO COM TERMELÉTRICA, FERROVIA E HIDROGÊNIO VERDE                                                                                                  | 9         |
| ALAGOAS EXPORTA INOVAÇÃO: CONCRETO NANOCELULAR DESPERTA INTERESSE ALEMÃO                                                                                                           | 11        |
| <b>GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF</b>                                                                                                                                | <b>13</b> |
| AVIAÇÃO BRASILEIRA BATE RECORDE HISTÓRICO EM JANEIRO E MANTÉM ALTA NO CARNAVAL DE 2026                                                                                             | 13        |
| NA B3, MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS REALIZA LEILÕES DE TRÊS TERMINAIS PORTUÁRIOS                                                                                              | 13        |
| MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS ANUNCIA R\$ 9,2 BILHÕES PARA TERMINAIS DE USO PRIVADO                                                                                            | 14        |
| MPOR ABRE CONSULTA PÚBLICA SOBRE POLÍTICA DE INOVAÇÃO PARA OS PORTOS BRASILEIROS                                                                                                   | 15        |
| MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS ENVIA À ANTAQ PROJETO DE CONCESSÃO INÉDITA QUE INTEGRA CANAIS DE ACESSO E HIDROVIAS NO RS                                                        | 16        |
| <b>GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF</b>                                                                                                                                    | <b>17</b> |
| NOVO MODELO DE OUTORGA IMPULSIONA RETOMADA FERROVIÁRIA NO BRASIL                                                                                                                   | 17        |
| <b>BE NEWS – BRASIL EXPORT</b>                                                                                                                                                     | <b>18</b> |
| EDITORIAL – O VTMIS E A SOBERANIA OPERACIONAL DE SANTOS                                                                                                                            | 19        |
| OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - SUSTENTABILIDADE NÃO NASCE NOS RELATÓRIOS, NASCE NAS PESSOAS – O DESAFIO HUMANO POR TRÁS DA TRANSIÇÃO SUSTENTÁVEL NO SETOR PORTUÁRIO E LOGÍSTICO | 19        |
| POLÍTICA - SEM TRIBUTO DAS BETS, MINISTRO ESTUDA NOVOS PROJETOS                                                                                                                    | 21        |
| NACIONAL - HUB – CURTAS - PL FECHA ALIANÇA COM PP E UNIÃO BRASIL PARA DISPUTAR GOVERNO DO RIO CONTRA EDUARDO PAES                                                                  | 22        |
| <i>A aliança do PL</i>                                                                                                                                                             | 22        |
| <i>Baixa no PT</i>                                                                                                                                                                 | 22        |
| <i>Outras razões</i>                                                                                                                                                               | 22        |
| <i>A pena de Marçal</i>                                                                                                                                                            | 22        |
| POLÍTICA - CPI APROVA CONVITES A TOFFOLI E MORAES E CONVOCA VORCARO                                                                                                                | 22        |
| POLÍTICA - FIM DA ESCALA 6X1 DEVERIA SER GRADUAL, DIZ CLP                                                                                                                          | 24        |
| POLÍTICA - GOVERNO ADIA INÍCIO DA REGRA SOBRE TRABALHO EM FERIADOS                                                                                                                 | 25        |
| POLÍTICA - FLÁVIO COLETA ASSINATURAS CONTRA A REELEIÇÃO                                                                                                                            | 26        |
| POLÍTICA - SOB INVESTIGAÇÃO DE RACHADINHA NO RIO, CARLOS TEM VAGA CATIVA EM SC                                                                                                     | 27        |
| TRANSPORTES - PORTOS - EM MEIO A INCERTEZAS SOBRE O TECON 10, GOVERNO REALIZA 1º LEILÃO PORTUÁRIO DE 2026 DO PAÍS                                                                  | 27        |
| TRANSPORTES - PORTOS - APS AGUARDA TCU PARA CONTRATAR EMPRESA QUE VAI IMPLANTAR O VTMIS                                                                                            | 29        |
| TRANSPORTES - PORTOS - INVESTIMENTOS EM TERMINAIS PRIVADOS SOMAM R\$ 9,23 BILHÕES                                                                                                  | 30        |
| TRANSPORTES - PORTOS - PORTARIA AUTORIZA CONSULTA PÚBLICA SOBRE INOVAÇÃO NOS PORTOS                                                                                                | 31        |
| TRANSPORTES - PORTOS - SUPER TERMINAIS CELEBRA 30 ANOS E SERÁ ANFITRIÃO DO FÓRUM NORTE EXPORT                                                                                      | 32        |
| TRANSPORTES - PORTOS - TERMINAL EXPORTADOR COMPLETA 9 ANOS COM RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO                                                                                             | 33        |
| TRANSPORTES – AVIAÇÃO - FORÇA AÉREA BRASILEIRA COMEÇA A ATUAR COM CAÇA SUPERSÔNICO DE ORIGEM SUECA                                                                                 | 34        |
| INDÚSTRIA - SENAI VAI INVESTIR R\$ 1,3 BI NO SETOR AUTOMOTIVO ATÉ 2029                                                                                                             | 35        |
| INDÚSTRIA - GOVERNO E FIESP FIRMAM ACORDOS PARA REFORÇAR DEFESA COMERCIAL E REDUZIR BUROCRACIA                                                                                     | 36        |
| PETRÓLEO E GÁS - PETRÓLEO OSCILA COM ALTA TENSÃO ENTRE EUA E IRÃ                                                                                                                   | 36        |
| FINANÇAS - CÂMARA APROVA ACORDO ENTRE MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA                                                                                                                    | 37        |
| FINANÇAS - AUMENTO DE IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO NÃO TERÁ IMPACTO NOS PREÇOS, DIZ HADDAD                                                                                                | 38        |
| FINANÇAS - JUROS SUBIRAM PARA FAMÍLIAS E EMPRESAS EM JANEIRO, MOSTRA BCPONTOS                                                                                                      | 39        |
| FINANÇAS - DÓLAR CAI A R\$ 5,12 COM BUSCA POR DIVISAS EMERGENTES                                                                                                                   | 41        |
| FINANÇAS - IBOVESPA FAZ PAUSA, EM BAIXA DE 0,13%, MAS SUSTENTA OS 191 MIL PONTOS                                                                                                   | 42        |
| COMUNICAÇÃO & MARKETING – OPINIÃO - GESTÃO DE CRISE EM CENÁRIOS INESPERADOS                                                                                                        | 42        |
| JUSTIÇA - STF CONDENA ASSASSINOS DE MARIELLE E ANDERSON                                                                                                                            | 43        |
| JUSTIÇA - FAMILIARES DIZEM QUE DECISÃO É RECADO CONTRA IMPUNIDADE                                                                                                                  | 45        |
| JUSTIÇA - DESEMBARGADOR RECUA APÓS ABSOLVER HOMEM POR ESTUPRO DE MENINA                                                                                                            | 45        |



|                                                                                                                                                                                      |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| JUSTIÇA - JOIAS SAUDITAS DADAS A BOLSONARO E APREENDIDAS PELA PF DEVEM IR PARA A RECEITA .....                                                                                       | 46        |
| JUSTIÇA - “QUAL O TETO NO BRASIL? QUEM SOUBER GANHA UM PRÊMIO”, DESAFIA DINO .....                                                                                                   | 47        |
| JUSTIÇA - PAULO GONET CRITICA DECISÃO DO MINISTRO E DIZ QUE ELA OFENDE SEPARAÇÃO DOS PODERES .....                                                                                   | 48        |
| INTERNACIONAL - TRUMP DIZ QUE ECONOMIA VIVE ERA DOURADA. SERÁ? .....                                                                                                                 | 48        |
| INTERNACIONAL - UCRÂNIA, RÚSSIA E EUA VÃO SE REUNIR DE NOVO .....                                                                                                                    | 50        |
| INTERNACIONAL - PRESIDENTE ANUNCIA REFORMA ELEITORAL NO MÉXICO .....                                                                                                                 | 51        |
| <b>BAHIA ECONÔMICA - BA .....</b>                                                                                                                                                    | <b>52</b> |
| ACORDO MERCOSUL-UE IMPULSIONARÁ EXPORTAÇÃO DE MÓVEIS DE MAIOR VALOR AGREGADO .....                                                                                                   | 52        |
| COPASA TEM AUMENTO DE QUASE 24% NO LUCRO DO 4º TRI .....                                                                                                                             | 52        |
| <b>JORNAL O GLOBO – RJ .....</b>                                                                                                                                                     | <b>53</b> |
| MENDONÇA AUTORIZOU QUEBRA DE SIGILO DE FILHO DE LULA ANTES DE CPI APÓS PEDIDO DA PF .....                                                                                            | 53        |
| INFORMAÇÕES EXCLUSIVAS SOBRE POLÍTICA, ECONOMIA, NEGÓCIOS, ESPORTE, CULTURA .....                                                                                                    | 54        |
| AVANÇO DE FLÁVIO DITA MUDANÇA DE RUMO NA PRÉ-CAMPANHA DE LULA .....                                                                                                                  | 54        |
| LÍDERES DO GOVERNO E DA OPOSIÇÃO DO SENADO DIVERGEM SOBRE FIM DA ESCALA 6 X 1 .....                                                                                                  | 55        |
| GOVERNO BUSCA SAÍDA JURÍDICA PARA REEDITAR PROGRAMA DE DATA CENTERS E CONTORNAR PROIBIÇÃO DE INCENTIVOS EM ANO ELEITORAL .....                                                       | 62        |
| COM PREVISÃO DE R\$ 226 MILHÕES DE INVESTIMENTOS, GOVERNO LEILOA TERMINAIS PORTUÁRIOS DE SANTANA, PORTO ALEGRE E NATAL .....                                                         | 63        |
| LULA PARTICIPOU DE REUNIÃO COM DONOS DA RAÍZEN E OUTROS EXECUTIVOS PARA DISCUTIR CRISE DA EMPRESA, DIZ AGÊNCIA .....                                                                 | 64        |
| PETRÓLEO COMPENSA TARIFAÇO, E RIO CRESCE 9% EM COMÉRCIO EXTERIOR EM 2025 .....                                                                                                       | 65        |
| RUBIO AFIRMA QUE EUA E CHINA ALCANÇARAM 'ESTABILIDADE ESTRATÉGICA' EM SEU RELACIONAMENTO .....                                                                                       | 66        |
| <b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP .....</b>                                                                                                                                              | <b>67</b> |
| SUPERMERCADOS TENDEM A REPASSAR CUSTOS AOS CONSUMIDORES COM FIM DA ESCALA 6X1, DIZ ENTIDADE .....                                                                                    | 67        |
| GOVERNO DEVE ARRECADAR ATÉ R\$ 20 BILHÕES A MAIS COM ALTA DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO .....                                                                                             | 67        |
| URUGUAI E ARGENTINA SÃO OS PRIMEIROS PAÍSES A RATIFICAR ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA .....                                                                                         | 68        |
| <b>VALOR ECONÔMICO (SP) .....</b>                                                                                                                                                    | <b>70</b> |
| ENTENDA POR QUE O GOVERNO LULA AUMENTOU O IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO SOBRE 1.252 PRODUTOS ELETRÔNICOS .....                                                                               | 70        |
| FLÁVIO BOLSONARO ANUNCIA PEC PELO FIM DA REELEIÇÃO A PRESIDENTE .....                                                                                                                | 73        |
| COPASA QUER RENOVAR CONTRATOS COM MUNICÍPIOS DE MG ANTES DA PRIVATIZAÇÃO, DIZ COMANDO .....                                                                                          | 74        |
| SENADO ARGENTINO APROVA ACORDO MERCOSUL-UE .....                                                                                                                                     | 75        |
| <b>FOLHA DE SÃO PAULO - SP .....</b>                                                                                                                                                 | <b>75</b> |
| GOVERNO LULA ARRECADAR R\$ 60 MIL COM LEILÕES DE TRÊS TERMINAIS PORTUÁRIOS .....                                                                                                     | 75        |
| <b>PORTAL PORTOS E NAVIOS .....</b>                                                                                                                                                  | <b>77</b> |
| PORTO DE SANTOS INICIA RECADASTRAMENTO DE TRABALHADORES E USUÁRIOS PARA ADOÇÃO DE RECONHECIMENTO BIOMÉTRICO PARA ACESSO A SUAS INSTALAÇÕES .....                                     | 77        |
| ESTUDO REVELA QUE TERMINAIS AUTORIZADOS LIDERARAM MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA EM 2025 .....                                                                                               | 78        |
| MPOR E ANTAQ FARÃO NESTA QUINTA-FEIRA (26) LEILÕES PARA ARRENDAMENTO DE ÁREAS PORTUÁRIAS EM TRÊS ESTADOS .....                                                                       | 78        |
| MPOR INICIA CONSULTA PÚBLICA SOBRE POLÍTICA DE INOVAÇÃO PARA PORTOS BRASILEIROS .....                                                                                                | 79        |
| MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS ENVIÀ ANTAQ PROJETO DE CONCESSÃO DE CANAIS DE ACESSO A PORTOS E DE HIDROVIAS DO RIO GRANDE DO SUL .....                                            | 79        |
| <b>MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>                                                                                                                                            | <b>80</b> |
| ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA <a href="http://MERCOSHIPPING.COM">MERCOSHIPPING.COM</a> E NO <a href="https://www.linkedin.com/company/mercoshipping">LINKEDIN.COM</a> ..... | 80        |

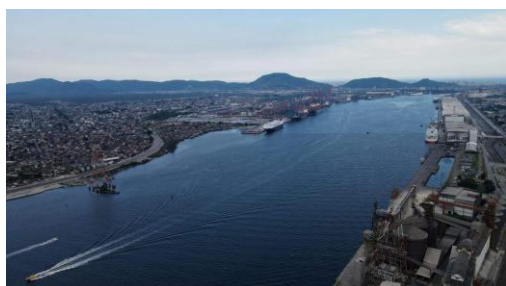


## A TRIBUNA DIGITAL (SP)

### CONTRATO DO TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ FAZ TCU COBRAR EXPLICAÇÕES DO GOVERNO DE SÃO PAULO

Corte aponta ausência da Autoridade Portuária de Santos em PPP que prevê aporte bilionário de recursos públicos

**Por Maurício Martins 26 de fevereiro de 2026**



***Túnel terá 870 metros sob o canal de navegação do Porto de Santos; investimento será de R\$ 6,8 bilhões, com aportes do Estado e da União (Alexsander Ferraz/AT)***

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que o Governo do Estado explique os motivos de ter assinado o contrato da parceria público-privada (PPP) para a construção do túnel imerso Santos-Guarujá, em janeiro, sem a participação da Autoridade Portuária de Santos (APS).

A decisão é do ministro Bruno Dantas, relator do processo do túnel na Corte, após pedido formal da APS. A gestora do Porto afirma desconhecer os termos do documento, embora tenha que fazer um aporte alto de recursos na obra.

No despacho feito na última sexta-feira, o ministro Bruno Dantas registra que a APS enfrenta “dificuldade operacional e jurídica” para realizar o aporte financeiro que lhe cabe na PPP “em razão de contrato do qual não é parte e não possui conhecimento formal”.

O ministro deu um prazo de cinco dias para que a Secretaria Estadual de Parcerias em Investimentos (SPI) e a Agência de Transporte do Estado (Artesp) se manifestem sobre os questionamentos feitos pela APS.

#### **Histórico**

O impasse teve início após o Governo do Estado anunciar, no dia 28 de janeiro, a assinatura do contrato com a concessionária TSG, sociedade de propósito específico (SPE) da empresa portuguesa Mota-Engil, que ganhou o leilão para construção do túnel. A APS e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) não assinaram o documento.

No dia seguinte, a Autoridade Portuária contestou publicamente a validade jurídica do contrato, apontando “vício formal” e afirmando que a anuência da União seria requisito de validade e eficácia do ajuste, já que a obra será implantada em área federal e contará com recursos públicos da União.

A APS é responsável por 50% dos R\$ 5,2 bilhões de aporte público previstos na modelagem financeira da PPP.

No entanto, segundo informou ao TCU, o contrato concentra no Estado a integralidade das competências decisórias sobre marcos contratuais e autorização de desembolsos, sem que a APS figure formalmente como interveniente-anuente.

No pedido à Corte de Contas, a gestora do Porto de Santos solicitou que seja determinado o aditamento do contrato para sua inclusão formal como parte interveniente ou que o Tribunal emita manifestação conferindo segurança jurídica aos repasses federais que serão feitos.

O tema já vinha sendo acompanhado pelo TCU desde 2025. Em agosto do ano passado, o relator apontou falhas na governança interfederativa do projeto, questionando o fato de o Estado figurar como poder concedente de uma obra a ser executada em área da União.

As partes chegaram a realizar uma reunião de alinhamento antes do leilão, que ocorreu em setembro do ano passado. Foi assinado um convênio de delegação de competências para que o Governo Estadual fizesse a parte burocrática do projeto, mas a APS entende que ele não é “instrumento apto para operacionalizar o repasse financeiro”.

O pagamento à empresa responsável pelo túnel deve ser feito em até 60 dias após a assinatura do contrato.

### Resposta

Em nota, a SPI informou que não foi formalmente notificada sobre a decisão do TCU. Afirma, ainda, que o projeto foi estruturado conforme o modelo aprovado no processo de concessão, “cuja minuta contratual foi amplamente divulgada desde a publicação do edital, em 9 de junho de 2025, embasando o leilão realizado em 5 de setembro de 2025 e a assinatura do contrato em 28 de janeiro”.

A SPI diz que se trata de uma iniciativa construída de forma conjunta entre o Governo do Estado e a União, dentro dos trâmites legais e institucionais previstos. “Eventuais manifestações são analisadas no âmbito técnico e jurídico competente, com responsabilidade institucional e foco na segurança jurídica do contrato e na continuidade do projeto”.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 26/02/2026**

## TST MANTÉM REGRA DE EXCLUSIVIDADE NA CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES PORTUÁRIOS

Decisão reafirma entendimento firmado em 2021 e se estende aos terminais de uso privado

**Por Bárbara Farias 26 de fevereiro de 2026**



**Modificado em 26 de fevereiro de 2026 às 10:53 Em 2017, a Fenop ajuizou dissídio coletivo no intuito de obter flexibilização na contratação de trabalhadores portuários nos portos do Brasil (Alexsander Ferraz/AT)**

O dissídio coletivo ajuizado pela Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop), em 2017, no intuito de flexibilizar a contratação de trabalhadores portuários, voltou à pauta do Tribunal Superior do Trabalho (TST), onde tramita, em sessão realizada na

última segunda-feira. O tribunal não alterou a decisão firmada em 2021 sobre o entendimento da contratação exclusiva de trabalhadores portuários avulsos e vinculados, registrados nos Órgãos Gestores de Mão de Obra (Ogmos), dentro dos portos organizados e também nos TUPs.

Foi acatado ainda o recurso apresentado pela Portocel sobre a legitimidade da representatividade da Fenop também junto a terminais de uso privado (TUPs).

A Portocel informou que não comenta assuntos judiciais em andamento. “Quando necessário, suas manifestações são realizadas exclusivamente nos autos, por meio de seus representantes legais”.

### O processo

Em 2017, a Fenop ajuizou dissídio coletivo no intuito de obter flexibilização na contratação de trabalhadores portuários, solicitando a substituição do critério de “exclusividade” por “prioridade”.

Segundo a advogada Silvia Bravo, que é assessora jurídica do Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (Sindestiva) e sócia do escritório Bravo Lopes Advogados, a



Federação Nacional dos Estivadores (FNE) protocolou a reconvenção ainda no prazo da contestação da ação ajuizada, requerendo a obrigatoriedade da exclusividade também nos TUPs.

De acordo com Silvia, em 2021, foi proferido o acórdão que fixou o entendimento de que o critério de exclusividade previsto na Lei 12.815/2013 deve ser aplicado de forma literal, sem qualquer flexibilização. “A decisão reconheceu que a exclusividade do trabalhador portuário — tanto na modalidade avulsa quanto vinculada — vale para os operadores do porto organizado e se estende aos TUPs, no que se refere às categorias previstas no Artigo 40 da legislação”.

A advogada comentou ainda que “após essa decisão, foram apresentados diversos embargos de declaração e várias sessões chegaram a ser marcadas para analisá-los, mas acabaram não ocorrendo. Na sessão realizada nesta semana, o TST finalmente apreciou os embargos apresentados pelas partes. O tribunal manteve integralmente o entendimento firmado em 2021, preservando a interpretação de que a exclusividade do trabalhador portuário deve ser observada também nos terminais privados”.

### **Operadores tentam acabar com benefício**

O presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (Sindestiva), Bruno José dos Santos, afirma que há anos as entidades patronais tentam acabar com a exclusividade dos avulsos.

“Nós, sindicato e trabalhadores, nos sentimos bem tristes, porque parece que o lado patronal, com o seu poderio econômico, acha que pode fazer o que quiser para quebrar a exclusividade. Tentam com o dissídio coletivo, com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.591 e com o Projeto de Lei 733/2025 (de revisão da Lei dos Portos). Mas no Judiciário eles não conseguiram. Foi feita a reconvenção dentro dessa ação (dissídio) e nós revertemos, ganhamos o direito até de voltar a trabalhar nos TUPs”, declarou o presidente do Sindestiva.

### **Flexibilização**

A Ação Direta de Inconstitucionalidade citada por Santos tramita no Supremo Tribunal Federal (STF). Já o Projeto de Lei 733/2025 está, atualmente, em análise por uma comissão especial na Câmara dos Deputados.

A Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop) e outras entidades patronais questionam o parágrafo 2º do Artigo 40 da Lei 12.815/2013 (Lei dos Portos). Ele diz que a “contratação de trabalhadores portuários de capatazia, bloco, estiva, conferência de carga, conserto de carga e vigilância de embarcações com vínculo empregatício por prazo indeterminado será feita exclusivamente dentre trabalhadores portuários avulsos registrados”.

A Fenop informou apenas que “o tema está sendo tratado pela área jurídica da entidade e aguardando a publicação do acórdão para definir os próximos passos”.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 26/02/2026**

## **TERMINAL EXPORTADOR DE SANTOS MOVIMENTOU 5,3 MILHÕES DE TONELADAS EM 2025**

Crescimento de 26% em relação ao ano anterior acompanha expansão do agronegócio  
**Por A Tribuna.com.br 25 de fevereiro de 2026**

O Terminal Exportador de Santos (TES) celebra nesta quarta-feira (25) nove anos de operação acompanhando um ciclo de crescimento relevante no Porto de Santos. No contexto de expansão do agronegócio brasileiro, o TES alcançou o melhor resultado de sua trajetória. Em 2025, o terminal movimentou 5,3 milhões de toneladas de grãos sólidos vegetais, crescimento de aproximadamente 26% em relação a 2024, quando foram registradas 4,2 milhões de toneladas.



### ***O avanço do Porto foi impulsionado principalmente pelo complexo soja (Divulgação)***

O avanço do Porto foi impulsionado principalmente pelo complexo soja, que apresentou crescimento de 79,6% no período. Inserido nesse cenário, o TES reforça sua posição como um dos terminais mais produtivos de Santos, combinando estrutura otimizada, tecnologia e disciplina operacional.

Para Fábio Francisco, diretor de Operações Portuárias e Relações Institucionais do TES, o resultado reflete uma trajetória construída com planejamento e disciplina operacional. “Alcançar esse marco histórico é fruto de um trabalho contínuo de modernização, ganho de produtividade e, principalmente, do comprometimento das nossas pessoas.”

Para os próximos anos, o plano de negócios do TES prevê novos investimentos em infraestrutura e tecnologia, acompanhando o crescimento da demanda do agronegócio nacional e internacional, sempre com foco em segurança operacional, inovação e sustentabilidade.

“Nossa trajetória nesses nove anos nos enche de orgulho. Estar onde estamos, fazendo parte do maior Porto da América Latina, aumenta ainda mais a nossa responsabilidade com a comunidade, com a cidade de Santos e com o Brasil, afirma Fábio Francisco.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 26/02/2026**



## **ME – MOVIMENTO ECONÔMICO**

### **ANEEL LEILOA R\$ 5,11 BI EM TRANSMISSÃO COM QUATRO LOTES NO NORDESTE**

Com quatro lotes no Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia e Sergipe, o Nordeste é a região com maior presença no Leilão de Transmissão nº 1/2026 da Aneel, de R\$ 5,11 bilhões

**Da Redação ME - [redacao@movimentoeconomico.com.br](mailto:redacao@movimentoeconomico.com.br)**



***Segundo o edital da Aneel, os lotes serão leiloados em duas sessões públicas, a primeira programada para o dia 27 de março. Foto: Aneel/Reprodução***

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o Edital do Leilão de Transmissão nº 1/2026, que coloca em disputa nove lotes distribuídos por 12 estados, com investimentos totais da ordem de R\$ 5,11 bilhões e capacidade de gerar 859 km de novas linhas de transmissão e 4.350 MVA em transformação.

O Nordeste concentra quatro dos nove lotes — todos em Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia e Sergipe —, abrangendo expansão de capacidade de transmissão, instalação de compensadores síncronos e reforço do sistema de distribuição no semiárido baiano e sergipano. O edital foi consolidado após análise técnica do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os lotes serão leiloados em duas sessões públicas. A primeira sessão, para os lotes 1, 2, 3, 4 e 5, está programada para 27 de março de 2026. A segunda sessão, para os lotes remanescentes, será convocada por Comunicado Relevante da Comissão Permanente de Leilões (CPL) em data a ser divulgada, condicionada à homologação pelo TCU do Termo de Distrato Consensual dos Contratos de Concessão nº 6/2021, 7/2021, 13/2021 e 15/2021.



O intervalo mínimo entre a homologação e a sessão é de 30 dias. Após a assinatura dos contratos, as empresas vencedoras terão entre 42 e 60 meses para conclusão das obras.

### **Compensadores síncronos no CE e RN, reforço de rede na BA e SE**

O Lote 3 é integralmente nordestino e está estruturado em quatro sublotos que instalam compensadores síncronos nas subestações de 500 kV de Ceará Mirim II (RN), Quixadá (CE) e Morada Nova (CE), além de Açú III (RN). No total, o lote prevê a instalação de 5 compensadores síncronos, cada um com capacidade de -200/+300 Mvar, com prazo de execução de 42 meses. A função declarada no edital é o aumento da capacidade do sistema de transmissão nas áreas do Ceará e do Rio Grande do Norte.

O Lote 4 abrange Bahia e Sergipe e envolve a construção da LT 230 kV Olindina – Itabaianinha C1, com 73,4 km em cabo condutor de seção (CS), a implantação da SE 230/69 kV Nossa Senhora da Glória II, com 2 transformadores de 150 MVA cada, e dois trechos de LT 230 kV ligando a nova subestação à LT 230 kV Paulo Afonso III – Itabaiana C2, com 2 x 20 km. O prazo de execução é de 42 meses. O edital especifica como função do empreendimento o aumento da capacidade de transmissão para atendimento às cargas no estado do Sergipe e a expansão do sistema de transmissão da região do Nordeste Baiano.

Os lotes 3 e 4 compõem a parcela nordestina da primeira sessão pública de 27 de março. Os lotes restantes com presença nordestina, que integram a segunda sessão, não tiveram data definida na publicação do edital.

### **Estrutura do leilão da Aneel: nove lotes, 12 estados, dois lotes excluídos**

O edital aprovado pela Aneel não inclui o Lote 6, retirado do escopo por não ter constado do Termo de Distrato Consensual. O lote referia-se às LTs 345 kV Norte – Miguel Reale C3 e C4, com 14,5 km cada (subterrâneas), destinadas ao atendimento da Região Metropolitana de São Paulo.

Também não integra o leilão inicial o Lote 7, que compreende LTs 345 kV subterrâneas em São Paulo e a SE 345/88 kV São Miguel — este lote está condicionado à segunda sessão, sujeita ao desfecho do processo de distrato junto ao TCU. Os demais lotes cobrem Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro (Lote 1), Paraná e Santa Catarina (Lote 2), Mato Grosso e Pará (Lote 5), Mato Grosso do Sul (Lote 8), São Paulo (Lote 9) e Mato Grosso (Lote 10).

### **Contratos do Leilão nº 4/2025 assinados com R\$ 5,53 bilhões**

Na véspera da aprovação do edital do Leilão nº 1/2026, a Aneel promoveu, na segunda-feira (23), em sua sede em Brasília (DF), a cerimônia de assinatura dos contratos relativos ao Leilão de Transmissão nº 4/2025, realizado em 31 de outubro de 2025 na sede da B3, em São Paulo.

Os sete lotes arrematados no certame resultarão em R\$ 5,53 bilhões em investimentos, 1.081 km de novas linhas de transmissão e seccionamentos, e 2.000 MVA em capacidade de transformação, com conclusão prevista entre 42 e 60 meses. A Aneel projeta a criação de mais de 13 mil empregos diretos e indiretos decorrentes dos empreendimentos.

Os projetos do Leilão nº 4/2025 abrangem 12 estados: Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Paraná e São Paulo.

O Nordeste está presente em quatro dos doze estados contemplados — Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte — consolidando a participação da região em dois ciclos consecutivos de expansão da malha de transmissão nacional. Na cerimônia de assinatura, o diretor da Aneel Fernando Mosna, relator do processo, mencionou a proximidade do próximo leilão, marcado para 27 de março de 2026.

**Fonte: ME – Movimento Econômico**

**Data: 26/02/2026**

## PECÉM PROJETA NOVO CICLO BILIONÁRIO COM TERMELETRICA, FERROVIA E HIDROGÊNIO VERDE

Porto do Pecém movimenta 20,9 milhões de toneladas em 2025, registra recorde de 706 mil TEUs e projeta novos investimentos em ferrovia, energia e hidrogênio verde com a previsão de uma nova termelétrica orçada em 6 bilhões

**Por Bruno Brandão - De Fortaleza**



**Porto do Pecém encerra 2025 com recorde histórico na movimentação de contêineres e crescimento nas operações internacionais – Foto: Divulgação/Pecém**

O Porto do Pecém encerrou 2025 consolidando sua posição como um dos principais hubs logísticos do Brasil. O complexo ampliou sua movimentação em relação a 2024, e registrou o melhor desempenho da sua história na operação de contêineres. O avanço foi impulsionado, principalmente, pela consolidação de novas rotas internacionais de longo curso, com destaque para a conexão com a Ásia, que passou a operar semanalmente.

Em entrevista ao Movimento Econômico, o presidente do Complexo do Pecém, Max Quintino, analisa os resultados do ano, os impactos das taxações impostas pelo governo de Donald Trump, a expectativa para a chegada da Transnordestina Logística e o novo ciclo de investimentos previsto para os próximos anos. Confira:



**Max Querino, presidente do Complexo do Pecém/ Foto: Divulgação**

**Movimento Econômico – Qua as grandes conquistas do Pecém em 2025?**

**Max Quintino** – Tivemos um ano muito positivo. Ampliamos em 7% a movimentação total do porto, o que é um resultado expressivo diante do cenário econômico internacional. Mas o grande destaque foi, sem dúvida, a movimentação de contêineres. Crescemos 27% e atingimos 706 mil TEUs, um recorde histórico.

Esse desempenho está muito relacionado à nova linha de longo curso que iniciamos no ano passado, conectando o Pecém à Ásia. Essa linha passou a operar semanalmente, sempre aos domingos, a partir de abril, e rapidamente ganhou escala. Ela foi um diferencial importante dentro da nossa estratégia de ampliar a presença internacional do porto. Além disso, outras cargas também tiveram crescimento relevante. Foi um ano de consolidação e de fortalecimento da nossa posição logística.

**ME – Qual impacto no Complexo das taxações pelo governo Trump?**

**MQ** – Houve preocupação inicial, mas, na prática, não registramos nenhuma redução significativa na movimentação. As cargas de longo curso cresceram, inclusive. A Companhia Siderúrgica do Pecém, que exporta placas de aço para os Estados Unidos, enfrentou desafios, mas manteve a produção estável. O produto fabricado aqui tem características específicas, é diferenciado, e isso ajudou a preservar o mercado mesmo com as novas tarifas. Pode ter havido impacto em margem, ajustes comerciais, mas não houve retração de produção nem de embarques.

No caso das frutas, também mantivemos os patamares de exportação para os Estados Unidos, dentro do crescimento geral de 14% registrado no ano. Ou seja, apesar do ambiente internacional mais conturbado, conseguimos atravessar esse período com resiliência. A avaliação é positiva, considerando o contexto global.



***Nova linha de longo curso com a Ásia impulsionou crescimento de 27% na movimentação de TEUs – Foto: Divulgação/Pecém***

**ME – Como o porto se posiciona hoje em comparação com outros do Nordeste e do Brasil?**

**MQ –** O Porto do Pecém é um dos mais jovens do Brasil, mas vem apresentando um crescimento muito consistente. Hoje somos o porto com o maior número de linhas de cabotagem do país, com sete linhas ativas. Isso significa que estamos conectados praticamente a todos os estados brasileiros que possuem portos. Esse nível de

conectividade nos dá um papel estratégico dentro da logística nacional. Trabalhamos muito em parceria com outros portos, não enxergamos o sistema portuário como concorrência isolada, mas como complementaridade. Cada porto tem sua vocação, e o Pecém tem se consolidado como um hub importante tanto para o Nordeste quanto para o restante do país.

**ME – Qual impacto esperado com a chegada da Transnordestina em 2027?**

**MQ –** Já temos frentes de trabalho dentro da área do porto. O trecho que sai do Pecém já está em execução e vai se conectar com os trechos que vêm avançando no interior. Hoje, quem visita o Complexo já encontra canteiros de obras e intervenções em andamento. Ainda no primeiro semestre devemos iniciar as obras do terminal logístico que fará a interligação da ferrovia com o porto. Estamos finalizando as tratativas com a Nellog, braço logístico da Transnordestina. A finalização da ferrovia e do terminal está prevista para o segundo semestre de 2027. A projeção é iniciar as primeiras operações no começo de 2028. A Transnordestina será transformadora para o Pecém, ampliando a competitividade e reduzindo custos logísticos, especialmente para grãos e minérios.



***Parque de tancagem do Porto do Pecém ampliará a movimentação de combustíveis no complexo – Foto: Gladison Oliveira/Complexo do Pecém***

**ME – Para 2026, quais são as expectativas?**

**MQ –** Temos um conjunto muito relevante de investimentos em andamento, como o novo parque de tancagem, voltado para granel líquido, um investimento da Dislub Equador. A operação deve começar em 2027. Há ainda o investimento superior a R\$ 1 bilhão no terminal de GLP,

resultado da fusão entre a Supergasbras e a Ultragaz, que amplia a capacidade logística do complexo. Na área industrial, temos o projeto de data center, considerado um dos maiores investimentos privados em curso no país, estimado em R\$ 200 bilhões, já está em obras. Temos ainda o projeto da nova usina termelétrica do projeto Jandaia, com investimento estimado em R\$ 6 bilhões das empresas Diamante Energia e Eneva, que disputarão o leilão de reserva de capacidade do Governo Federal, agora em março.

**ME – Como estão avançado os projetos de Hidrogênio Verde?**

**MQ –** O Operador Nacional do Sistema concedeu parecer de acesso à rede para empresas como a Casa dos Ventos e a Voltalia, o que resolve uma das principais questões, que era a disponibilidade de energia. A Casa dos Ventos já possui comprador garantido para a produção de amônia e deve tomar a decisão final de investimento no fim do ano. Estamos muito animados. É um volume expressivo de investimentos que impacta o Ceará, o Nordeste e o Brasil. O Pecém entra em um novo ciclo de expansão, com diversificação industrial e fortalecimento da sua posição estratégica.

**Fonte: ME – Movimento Econômico**

**Data: 26/02/2026**

## ALAGOAS EXPORTA INOVAÇÃO: CONCRETO NANOCELULAR DESPERTA INTERESSE ALEMÃO

Desenvolvida em Alagoas pela Isobloco, tecnologia de concreto nanocelular é selecionada para programa do governo alemão de parcerias industriais

**Por Vanessa Siqueira - De Alagoas [vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br](mailto:vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br)**



**Isobloco foi fundada pelo engenheiro mecânico Henrique Ramos e tem apostado na engenharia de materiais e na industrialização como caminho para ganhar escala e competitividade. Foto: Divulgação**

Uma empresa alagoana tem apostado na engenharia de materiais e na industrialização como caminho para ganhar escala e competitividade na construção civil. Instalada em Marechal Deodoro, a Isobloco desenvolve sistemas construtivos à base de concreto nanocelular e vem ampliando sua presença no mercado nacional com soluções voltadas à redução de custos, eficiência energética e menor impacto ambiental. O avanço tecnológico da companhia agora abre espaço para uma nova etapa: a inserção em mercados internacionais por meio de conexões estratégicas na Alemanha.

Criada em 2018 pelo engenheiro mecânico Henrique Ramos, a empresa estruturou seu modelo de negócio a partir da industrialização da construção civil, combinando pesquisa em engenharia de materiais e processos modulares.



O sistema desenvolvido utiliza concreto leve nanocelular e componentes pré-fabricados que reduzem o consumo de insumos, aceleram a execução das obras e ampliam o controle de qualidade. A proposta é substituir métodos convencionais marcados por desperdício e baixa previsibilidade por uma lógica mais próxima da manufatura industrial.

**Tecnologia utilizada promete diminuir uso de cimento, um dos principais responsáveis pela emissão de carbono na construção civil. Foto: Divulgação**

A tecnologia também permite diminuir significativamente o uso de cimento, um dos principais responsáveis pelas emissões de carbono na construção civil, além de reduzir o volume de resíduos gerados durante a execução. A empresa desenvolveu

ainda sistemas modulares que eliminam etapas tradicionais da obra, simplificando a montagem e aumentando a previsibilidade técnica e financeira dos projetos.

“Hoje atendemos diversos equipamentos públicos com nosso material, como escolas, hospitais, UPAs e creches. Em Pernambuco, fechamos com a Plataforma Engenharia uma parceria e eles irão utilizar nossos produtos em 36 creches”, explicou o CEO da Isobloco, Henrique Ramos.



**Materiais desenvolvidos pela Isobloco tem sido utilizados na construção de escolas, creches, hospitais e outros empreendimentos em diversos estados. Foto: Divulgação**

Indicadores ambientais reforçam eficiência na construção civil. Nos últimos 12 meses, a operação da Isobloco registrou a comercialização de cerca de 25 mil metros quadrados em soluções construtivas, resultado que a empresa associa a ganhos de eficiência produtiva e redução de impacto ambiental. Segundo dados do relatório de sustentabilidade da companhia,

a tecnologia permitiu a economia de aproximadamente 3.794 toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente, considerando todo o ciclo de vida das edificações.

A isobloco também estima uma economia acumulada de 184 mil kWh em consumo energético, em função do desempenho termoacústico dos sistemas, que reduzem a necessidade de climatização artificial. Na gestão de resíduos, o modelo industrializado opera com volume até 15 vezes inferior ao da construção convencional, com reaproveitamento integral das sobras produtivas.

“O Sistema Construtivo da Isobloco está alinhado à Resolução CGIEE nº 4/2025, que estabelece índices mínimos obrigatórios de eficiência energética para edificações, com cronograma escalonado para edificações públicas a partir de 2027 e privadas a partir de 2030, prevendo a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 9.933/1999 em caso de descumprimento. A tecnologia do concreto nanocelular da Isobloco permite atender a essas exigências por meio de um sistema construtivo nacional que incorpora desempenho energético do invólucro desde a concepção da edificação”, explicou Henrique.

Outro dado destacado pela companhia é a aquisição de 15 mil litros de óleo vegetal reciclado para uso no processo fabril, o que teria evitado a contaminação potencial de até 375 milhões de litros de água. A estratégia integra o conceito de economia circular adotado pela empresa, que inclui ainda o reaproveitamento de insumos e materiais dentro da própria cadeia produtiva.

“Nosso sistema reduz em até 40% o tempo de conclusão de obra quando comparado a métodos tradicionais. Com isso, já ultrapassamos os R\$ 10 milhões em faturamento anual”, disse o CEO.



***Henrique Ramos, CEO da Isobloco, iniciou reuniões com Apex e governo alemão para conectar empresa alagoana ao mercado europeu. Foto: Arquivo pessoal***

### **Conexões na Alemanha fortalecem atuação na construção civil global**

Recentemente, a Isobloco foi selecionada para o Partnering in Business with Germany, programa do Ministério Federal da Economia e Energia da Alemanha voltado à internacionalização de pequenas e médias empresas. A iniciativa conecta companhias de países parceiros a empresas alemãs, com foco

na formação de parcerias industriais e comerciais de longo prazo.

A participação no programa insere a empresa alagoana em uma agenda estratégica de cooperação tecnológica e acesso ao mercado europeu, ampliando as possibilidades de intercâmbio técnico e comercial. A expectativa da companhia é estabelecer conexões que possam resultar tanto em transferência de tecnologia quanto em novos contratos e projetos conjuntos.

A empresa também possui outros reconhecimentos internacionais. Em 2024, a Isobloco conquistou o terceiro lugar no Green and Digital Startup Awards, promovido pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha (AHK), na categoria Economia Circular. A empresa também participou do programa Exporta Mais Brasil, da ApexBrasil, além de integrar iniciativas com a Habitat for Humanity e o Impact Hub UK, voltadas à promoção de soluções sustentáveis para habitação.

Em janeiro, foi selecionada pela Caixa Econômica para o programa TEIA de Startups da Caixa, que vai permitir desenvolver soluções construtivas que unem engenharia, sustentabilidade e viabilidade econômica.

**Fonte: ME – Movimento Econômico**  
**Data: 26/02/2026**

## GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

### AVIAÇÃO BRASILEIRA BATE RECORDE HISTÓRICO EM JANEIRO E MANTÉM ALTA NO CARNAVAL DE 2026

Setor registra o maior mês da história, com 12,37 milhões de passageiros, e projeta melhor Carnaval da série histórica



**Aeroporto de Recife (PE) - Foto: Vosmar Rosa/MPor**

A aviação civil brasileira começou 2026 em ritmo histórico. O mês de janeiro fechou com 12,37 milhões de passageiros transportados, o maior volume já registrado em um único mês no país. Os dados foram compilados pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), com base em relatório da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), e confirmam a sequência de resultados positivos do setor.

Do total registrado em janeiro, 9,3 milhões de passageiros viajaram em voos domésticos, marca que não era alcançada desde 2020, antes da pandemia. No mercado internacional, foram 2,9 milhões de passageiros, o melhor resultado desde o início da série histórica, em 2000.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou que o desempenho está ligado às políticas públicas e aos investimentos do Governo Federal. “Esses resultados são consequência das políticas de fortalecimento da aviação, do aumento dos investimentos em infraestrutura aeroportuária e do diálogo permanente com companhias aéreas e operadores. Os números de janeiro e a projeção para o Carnaval mostram que estamos no caminho certo, com a aviação brasileira batendo recordes e contribuindo para o desenvolvimento econômico e o turismo em todo o país”, concluiu.

A tendência de alta deve seguir ao longo do ano. Estimativa técnica do MPor aponta que cerca de 2,1 milhões de passageiros viajaram em voos domésticos e internacionais entre 13 e 18 de fevereiro, período que vai da sexta-feira anterior ao feriado até a Quarta-Feira de Cinzas. O volume representa um crescimento estimado entre 10% e 11% em relação ao Carnaval de 2025. Se confirmado após a consolidação final, prevista para março, este poderá ser o melhor resultado da série histórica para o período.

Para o secretário nacional de Aviação Civil, Daniel Longo, o resultado mostra o fortalecimento contínuo do setor. “O Brasil vive um novo momento na aviação. Estamos ampliando a conectividade, fortalecendo a malha aérea regional e criando condições para que mais brasileiros possam voar. O crescimento no número de passageiros mostra que o setor está mais competitivo, mais acessível e preparado para continuar crescendo”, afirmou.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**  
**Data: 26/02/2026**

### NA B3, MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS REALIZA LEILÕES DE TRÊS TERMINAIS PORTUÁRIOS

Certames incluem áreas nos portos de Santana (AP), Natal (RN) e Porto Alegre (RS), com previsão de mais de R\$ 226 milhões em investimentos privados

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), juntamente com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e a B3, realiza nesta quinta-feira (26) o leilão do primeiro bloco de arrendamentos portuários de 2026. O certame contempla três áreas estratégicas, nos portos de Santana (AP), Natal (RN) e Porto Alegre (RS).

A previsão é de que os contratos atraiam cerca R\$ 226 milhões em investimentos privados, destinados à modernização da infraestrutura, ampliação da capacidade operacional e fortalecimento da logística nas regiões Norte, Nordeste e Sul do país.

O MCP01, no Porto de Santana (AP), é um terminal voltado à movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais, incluindo grãos e cavaco de madeira. O projeto prevê investimento de R\$ 150,2 milhões, com contrato de 25 anos.

O NAT01, no Porto de Natal (RN), é um terminal projetado para o escoamento de grãos sólidos minerais, com destaque para o minério de ferro. O empreendimento prevê investimentos de R\$ 55,17 milhões e concessão por 15 anos.

Por fim, o POA26, no Porto Organizado de Porto Alegre (RS), é destinado à movimentação e armazenagem de grãos sólidos e tem investimento estimado em R\$ 21,13 milhões, com prazo contratual de 10 anos.

### Atendimento à imprensa

Profissionais de imprensa poderão acompanhar o leilão de forma online, pela TV B3, ou presencialmente, com credenciamento prévio pelo e-mail [imprensa@b3.com.br](mailto:imprensa@b3.com.br). Ao final da cerimônia, o ministro Silvio Costa Filho falará com os jornalistas presentes.

### Serviço

- O quê: Leilão do 1º bloco de arrendamentos portuários de 2026
- Quando: Quinta-feira, 26 de fevereiro
- Horário: 14h
- Onde: Rua Álvares Penteado, 218, Centro, São Paulo
- Link de transmissão: TV B3

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF  
Data: 26/02/2026

## MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS ANUNCIA R\$ 9,2 BILHÕES PARA TERMINAIS DE USO PRIVADO

Modernização e expansão da infraestrutura portuária privada aquecem economia nacional



### **MPor formaliza 25 instrumentos contratuais relacionados a TUPs - Foto: Eduardo Oliveira/MPor**

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) anunciou, nesta quarta-feira (25), a formalização de 25 instrumentos contratuais relacionados a Terminais de Uso Privado (TUPs) entre julho de 2025 e janeiro de 2026, que totalizam um montante de R\$ 9,23 bilhões em investimentos. O volume recorde de recursos reflete o entusiasmo do setor privado na infraestrutura portuária brasileira e na agenda de modernização regulatória promovida pelo governo.

Os investimentos estão distribuídos em sete novos contratos de adesão, que somam R\$ 5,81 bilhões, e 18 alterações contratuais, com um impacto estimado de R\$ 3,41 bilhões em novos aportes. A abrangência desses projetos é nacional, com empreendimentos em todas as regiões do país, reforçando a estratégia de fortalecimento dos TUPs como vetor de aumento da capacidade logística, geração de empregos e ampliação da competitividade do setor portuário brasileiro.

O Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou a importância desses resultados para o desenvolvimento econômico do país. "Esses R\$ 9,23 bilhões em investimentos nos TUPs são a prova concreta de que estamos no caminho certo para transformar a logística do Brasil, com mais empregos, mais eficiência e mais competitividade para os nossos produtos no mercado global", afirma.

Já o presidente da Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop) destacou que os novos contratos permitem o atendimento adequado dos terminais ao setor. "Cada vez que se assinam adesões de TUPs, ampliamos a modernização e expansão da nossa infraestrutura portuária, garantindo que o Brasil continue a bater recordes e a se consolidar como uma potência logística mundial", completou.

### **Distribuição equitativa**

A regionalização dos investimentos é um ponto de destaque, com a Região Nordeste atraindo R\$ 3,70 bilhões, o Sudeste R\$ 3,41 bilhões, o Sul R\$ 1,46 bilhão, o Norte R\$ 469,56 milhões e o Centro-Oeste R\$ 181,04 milhões. Essa distribuição visa impulsionar o desenvolvimento em todas as partes do território nacional, aproveitando as vocações e necessidades de cada região.

Com a formalização desses contratos, segundo Costa Filho, o governo reafirma seu compromisso com a desburocratização, a segurança jurídica e o desenvolvimento social, "já que a atração de capital privado aumenta a capacidade do governo de investir recursos do orçamento público em áreas essenciais como educação, saúde e segurança pública", afirmou.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 25/02/2026**

## **MPOR ABRE CONSULTA PÚBLICA SOBRE POLÍTICA DE INOVAÇÃO PARA OS PORTOS BRASILEIROS**

Projeto pode receber contribuições da sociedade até o dia 5 de abril na Plataforma Brasil Participativo



### ***Política de Inovação busca aumentar eficiência dos portos brasileiros***

O Ministério de Portos e Aeroportos publicou, nesta quarta-feira (25), a portaria nº 83/2026, que autoriza consulta pública sobre a Política Pública Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Portuária (PD&I Portos). O objetivo é receber da sociedade sugestões para o aprimoramento da proposta que promove a cultura da inovação para atender às necessidades do setor portuário nacional.

As contribuições podem ser enviadas por meio da Plataforma Brasil Participativo até o dia 5 de abril. Após avaliação da equipe técnica e jurídica do Mpor, serão realizados eventuais ajustes para publicação final da política de PD&I Portos.

De acordo com o ministro Silvio Costa Filho, o setor portuário brasileiro ficará ainda mais competitivo ao adotar normas que estimulem a criação de um ambiente propício à pesquisa. "Queremos ouvir a sociedade para construirmos juntos um ecossistema de inteligência e ação, explorando todo o potencial que o setor portuário tem para a pesquisa e aplicação de práticas inovadoras. Estamos trabalhando para deixar nossos portos preparados para o futuro", afirma.

O ministro também ressaltou que o marco legal do setor (Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013) não cita em seu texto termos como inovação, desenvolvimento científico ou tecnologia. "O Brasil vive um momento propício ao crescimento da atividade portuária, com economia aquecida e aumento do consumo. Precisamos unir o setor, iniciativa privada e academia para atualizar e estabelecer parâmetros que garantam a constante evolução dos portos."

O diretor de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação do MPor, Tetsu Koike, lembra que a política pública está integrada ao programa Navegue Simples, que objetiva modernizar os processos e reduzir a burocracia. “Estimulando o desenvolvimento desta cultura no setor, estamos trabalhando pela redução de custos e dotando de maior eficiência as atividades portuárias. A partir da escuta por meio da consulta pública, seremos mais efetivos na construção de programas e ações”, declara.

O sistema portuário nacional é formado atualmente por 35 portos públicos em operação, 20 autoridades portuárias públicas, 1 Autoridade Portuária privada, 157 contratos ativos de arrendamento em portos públicos, 221 instalações autorizadas de vários tipos em operação, das quais 178 são terminais privados de carga. De acordo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o Brasil opera com mais de 10 mil embarcações, sendo 4,6 mil voltadas à navegação marítima.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 25/02/2026**

### **MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS ENVIA À ANTAQ PROJETO DE CONCESSÃO INÉDITA QUE INTEGRA CANAIS DE ACESSO E HIDROVIAS NO RS**

Modelo prevê R\$ 134 milhões em investimentos e garantirá manutenção contínua do sistema aquaviário dos Portos do Rio Grande do Sul



***Em leilão inédito, haverá em uma única concessão canais de acesso portuário e trechos hidroviários. Porto do Rio Grande - Foto: Divulgação Portos RS***

Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) encaminhou à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) o projeto de concessão do Sistema Aquaviário Integrado dos portos do Rio Grande do Sul e da Lagoa Mirim, marcando a primeira proposta de leilão que reúne, em um único modelo, canais de acesso portuário e trechos hidroviários. O empreendimento prevê R\$ 134 milhões em investimentos diretos.

Na última semana, o MPor aprovou o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) e solicitou à Antaq a abertura de consulta e audiência públicas. Esta etapa promove a participação da sociedade civil por meio do envio de sugestões/contribuições e antecede a análise do Tribunal de Contas da União (TCU) e o lançamento do edital.

O projeto abrange as infraestruturas de acesso aquaviário aos Portos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, incluindo áreas de fundeio, bacias de evolução e berços de atracação. Também contempla trechos estratégicos da hidrovia da Lagoa dos Patos, Lago Guaíba e dos rios Jacuí, Caí, dos Sinos e Gravataí, atualmente sob gestão da Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul (Portos RS).

A concessão tem como objetivo assegurar previsibilidade e investimentos contínuos na manutenção dos canais, elemento fundamental para a segurança da navegação e para a competitividade dos portos da região. O modelo permitirá a realização de dragagens regulares, garantindo a manutenção da profundidade operacional, reduzindo restrições de calado e ampliando a capacidade de atendimento a embarcações de maior porte.

Segundo o secretário Nacional de Portos, Alex Ávila, esse projeto representa um avanço estruturante para o sistema aquaviário do Rio Grande do Sul. “Ao integrar, em um único modelo, canais de acesso e trechos hidroviários, garantimos previsibilidade, eficiência operacional e investimentos permanentes na manutenção da infraestrutura, assegurando melhores condições de navegação e maior competitividade aos portos da região”, afirma.

O secretário destaca ainda que a iniciativa dá continuidade à política pública iniciada com a concessão do canal de acesso de Paranaguá. “O leilão do canal de Paranaguá foi o primeiro passo dessa nova diretriz. A partir dessa experiência, consolidamos um modelo moderno e sustentável de gestão da infraestrutura aquaviária. Agora, damos continuidade a essa estratégia, ampliando a lógica para um sistema integrado, que fortalece a competitividade dos portos do Rio Grande do Sul e consolida um padrão nacional de gestão da infraestrutura aquaviária”, pontua.

### Desempenho da Região Sul



### Movimentação Região Sul

O projeto se insere em um contexto de crescimento da movimentação portuária na Região Sul. Em 2025, os portos organizados da região movimentaram 129,7 milhões de toneladas, alta de 9,38% em relação ao ano anterior.

O granel sólido liderou a movimentação, com 77,6 milhões de toneladas, impulsionado pelo escoamento da produção agrícola. A carga containerizada somou 31,8 milhões de toneladas (+24,54%).

Entre os principais portos da região, Paranaguá (PR) registrou 66,4 milhões de toneladas, seguido por Rio Grande (RS), com 31,6 milhões, e São Francisco do Sul (SC), com 17,5 milhões. Imbituba (SC) e Itajaí (SC) somaram 11,5 milhões de toneladas, sendo 7,1 e 4,4 respectivamente.

Já as principais mercadorias movimentadas, os contêineres lideram, com 31,8 milhões de toneladas. Na sequência, destacam-se a soja, com 25,8 milhões de toneladas, e os adubos (fertilizantes), com 19,4 milhões. Milho e açúcar, juntos, somaram 16,1 milhões de toneladas movimentadas no período.

No comércio exterior, as exportações cresceram 9,73%, enquanto as importações avançaram 6,96%, reforçando a importância estratégica da infraestrutura portuária sulista para a logística nacional.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 26/02/2026

Agenda apresentada pelo Ministério dos Transportes no P3C 2026 combina inovação, segurança jurídica e sustentabilidade para destravar investimentos no setor



**P3C reuniu autoridades, investidores e especialistas para debater investimentos em infraestrutura e novos modelos de concessão no Brasil. – Foto: Marcio Ferreira/MT**

“O novo modelo de concessões de ferrovias vai transformar o modal ferroviário do Brasil porque vai unir poder público e setor privado. Com a inovação, o país vai poder se inserir no mercado internacional com eficiência e produtividade”, afirmou o secretário Nacional de Transporte Ferroviário do Ministério dos Transportes,

Leonardo Ribeiro, durante o P3C 2026 – PPPs e Concessões: Investimentos em Infraestrutura no Brasil. Realizada em São Paulo, nos dias 23 e 24, a conferência reuniu autoridades, investidores e especialistas para debater os desafios e as oportunidades de investimentos em infraestrutura no país.

O formato citado pelo secretário diz respeito à primeira Política Nacional de Outorgas Ferroviárias, lançada pelo Ministério em dezembro de 2025. A iniciativa abre um novo ciclo para o setor ao definir diretrizes de planejamento, governança e sustentabilidade e ao criar um modelo inédito de funding, que combina recursos públicos e privados.

Trata-se de um marco do Governo do Brasil para retomar o modal ferroviário. A política prevê oito leilões em 2026, com R\$ 140 bilhões em investimentos no segmento.

### **Recorde de leilões rodoviários**

Se nas ferrovias o país inicia um novo modelo de concessões, nas rodovias o ritmo de investimentos já bate recorde histórico. Para 2026, o Ministério dos Transportes projeta 13 leilões rodoviários. Até o fim da atual gestão, a pasta terá realizado 35 concessões, que garantirão R\$ 396 bilhões aplicados na malha viária de todo o país.

“Temos uma agenda construída de concessões de rodovias federais para 2026, mas já contamos com parceiros e projetos em desenvolvimento para os anos seguintes. É uma carteira contínua, que garante a realização de uma sequência de leilões também nas próximas gestões. Esse planejamento mostra que as concessões não são uma política de governo, mas sim uma política de Estado”, destacou o secretário-executivo do Ministério, George Santoro, na conferência.

Outra referência nacional e internacional da atual gestão que impacta diretamente as rodovias brasileiras é o Programa de Otimização de Contratos, desenvolvido pelo Ministério dos Transportes em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU). A iniciativa busca restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e a capacidade de investimento em BRs concedidas à iniciativa privada, por meio da repactuação de contratos considerados “estressados” — aqueles com desempenho insatisfatório e defasagens técnicas e financeiras que comprometem a execução de investimentos e a qualidade dos serviços.

“Em 2023, cerca de 70% das obras mais relevantes estavam paralisadas. Tivemos a oportunidade de firmar nove acordos e destravar a sua execução. A renegociação permite a reativação imediata dos trabalhos, sem a necessidade de outro leilão ou de um processo de devolução amigável, que pode levar até três anos entre elaboração de projetos e licenciamento ambiental. O diálogo rompe essas barreiras e viabiliza a retomada dos investimentos”, pontuou Viviane Esse, secretária Nacional de Transporte Rodoviário do Ministério, também presente no P3C.

### **Concessões verdes**

Os debates da conferência também abordaram mecanismos para incorporar critérios de sustentabilidade à malha viária e inovação em concessões verdes. O subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes, Cloves Benevides, ressaltou o papel estratégico do setor de transportes no processo de descarbonização do Brasil.

De acordo com ele, os contratos de concessão e as parcerias público-privadas assumem relevância para o cumprimento das metas setoriais estabelecidas pelo país, especialmente as previstas nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e no Plano Clima.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF**

**Data: 26/02/2026**



### EDITORIAL – O VTMS E A SOBERANIA OPERACIONAL DE SANTOS

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

O Porto de Santos, coração pulsante do comércio exterior brasileiro, está prestes a romper uma barreira tecnológica histórica. A iminente contratação do VTMS (Vessel Traffic Management Information System ou, em tradução livre, Sistema de Informações para a Gestão do Tráfego de Embarcações), que agora aguarda apenas o aval técnico do Tribunal de Contas da União (TCU), não é apenas a aquisição de um sistema de radares; é a implementação de um “cérebro digital” capaz de elevar o maior complexo portuário da América Latina ao patamar de eficiência dos terminais de Roterdã (Países Baixos) e Singapura (Singapura).

A importância da implantação do VTMS para Santos reside na transição da gestão visual e fragmentada para o monitoramento inteligente e em tempo real do tráfego aquaviário em seu canal de acesso. Ao integrar torres na Ilha da Moela, no Morro do Tejereba, na Serra do Mar e na Ilha Barnabé, a Autoridade Portuária de Santos (APS) passará a ter o controle absoluto sobre cada embarcação, desde a aproximação nas áreas de fundeio até a atracação definitiva. Em uma via de navegação que desafia a engenharia diariamente, a precisão do VTMS significa maior segurança no tráfego, redução do tempo de espera e, conseqüentemente, uma queda drástica no “Custo Santos”.

Contudo, o impacto do sistema ultrapassa a fluidez logística. O VTMS é uma ferramenta de Estado para a segurança nacional. Ao detectar embarcações suspeitas e compartilhar dados em tempo real com a Polícia Federal, a Marinha e a Receita Federal, o Porto de Santos ganha uma blindagem tecnológica contra ilícitos e pirataria. O compartilhamento de informações meteorológicas e de tráfego transforma o porto em um ambiente preditivo, onde situações de risco podem ser mitigadas antes mesmo de se tornarem incidentes.

É fundamental que o TCU e a APS conduzam a etapa final deste processo com a celeridade que o setor produtivo exige. O cronograma de cinco anos, que prevê uma “operação assistida” já ao final do primeiro ano, mostra um planejamento maduro e focado em entregas graduais. O modelo de Suporte Logístico Integrado (SLI) garante que o sistema não nasça obsoleto, mas que evolua junto com as demandas de um porto que não para de crescer.

O Porto de Santos não pode mais navegar às cegas em relação às tecnologias de monitoramento global. O VTMS é o investimento que faltava para garantir que a expansão de berços e terminais seja acompanhada por uma gestão de tráfego à altura do desafio. A modernização tecnológica é o único caminho para assegurar que Santos continue sendo o porto do futuro, operando com a máxima eficiência, total transparência e segurança absoluta. O Brasil tem pressa para ver esses novos olhos digitais voltados para o mar.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 26/02/2026

### OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - SUSTENTABILIDADE NÃO NASCE NOS RELATÓRIOS, NASCE NAS PESSOAS – O DESAFIO HUMANO POR TRÁS DA TRANSIÇÃO SUSTENTÁVEL NO SETOR PORTUÁRIO E LOGÍSTICO

Ao longo da minha trajetória no setor portuário e logístico, acompanhando discussões sobre descarbonização, inovação operacional e transição energética, percebi algo que raramente aparece nos relatórios ou nos planos estratégicos: no fim, são sempre pessoas que sustentam ou limitam qualquer mudança.

Durante muito tempo, acreditou-se que formar bons profissionais significava investir essencialmente em conhecimento técnico. Depois, compreendemos que trabalhar em equipe, comunicar-se bem e liderar também era fundamental. Assim ganharam espaço as chamadas soft skills.

Hoje, uma nova camada de desenvolvimento se revela decisiva para o futuro das organizações: as self skills.



Pode parecer um conceito restrito ao campo do desenvolvimento pessoal, mas não é. O autoconhecimento deixou de ser uma agenda individual para tornar-se um tema estratégico dentro das empresas, especialmente quando falamos de agenda ESG.

Há uma contradição silenciosa no mundo corporativo. Discutimos metas climáticas, indicadores ambientais, planos de descarbonização e compromissos globais com enorme profundidade técnica, mas ainda falamos pouco sobre o preparo humano necessário para sustentar essas evoluções. Criamos estratégias sofisticadas, porém nem sempre desenvolvemos as pessoas que precisarão implementá-las.

No setor portuário e logístico, essa reflexão é ainda mais urgente. Trata-se de uma indústria que movimenta a economia global, conecta cadeias produtivas inteiras e, ao mesmo tempo, carrega grande responsabilidade ambiental e social. Portos e operações logísticas estão diretamente expostos às mudanças climáticas, às exigências regulatórias crescentes e à pressão de clientes e investidores por práticas mais responsáveis.

Nos últimos anos, houve avanços relevantes: eletrificação de equipamentos, monitoramento de emissões, adoção de combustíveis alternativos, planos de adaptação climática. São passos essenciais. Mas permanece uma pergunta que precisa ser feita com honestidade: as pessoas que conduzem essas iniciativas estão realmente preparadas para elas?

A agenda socioambiental não é apenas uma mudança tecnológica ou regulatória. É, sobretudo, uma mudança de mentalidade. E mudança de mentalidade exige autoconhecimento.

Decidir sobre transição energética, investimentos de longo prazo e gestão de riscos climáticos implica lidar com incertezas, pressões econômicas e conflitos internos. Significa equilibrar eficiência operacional com responsabilidade socioambiental e aceitar que nem sempre a decisão mais rápida será a mais consistente no longo prazo.

Nesse contexto, lideranças que não exercitam escuta, empatia, senso de propósito e consciência de seus próprios vieses tendem a reproduzir modelos de decisão baseados exclusivamente no curto prazo. Sustentabilidade não se constrói com visão imediatista. Ela exige maturidade organizacional e humana.

Infraestruturas estratégicas precisam se preparar para eventos extremos, como elevação do nível do mar, ressacas e chuvas intensas. Planos de continuidade deixaram de ser apenas protocolos operacionais e passaram a integrar a lógica de resiliência. Ainda assim, resiliência não se constrói apenas com engenharia ou tecnologia. Ela depende da capacidade de reconhecer vulnerabilidades, aprender com erros e tomar decisões pautadas por cooperação e visão sistêmica.

Outro aspecto frequentemente subestimado é o diálogo com stakeholders. Comunidades locais, órgãos reguladores, clientes internacionais e cadeias produtivas esperam transparência e responsabilidade. Esse diálogo nasce da escuta genuína, da capacidade de compreender diferentes perspectivas e de construir soluções coletivas.

Empresas que tratam a agenda ESG apenas como pauta técnica tendem a avançar mais lentamente. O verdadeiro desafio é cultural. E cultura organizacional só se transforma quando as pessoas se transformam.

Investir em self skills é investir na sustentabilidade do próprio negócio. É fortalecer a capacidade de adaptação, estimular decisões mais responsáveis e construir organizações mais preparadas para o futuro.

Talvez o maior risco para as empresas não seja tecnológico nem regulatório. Talvez seja humano. Porque, no fim, são pessoas que definem prioridades, tomam decisões e constroem o legado das organizações.

A verdadeira sustentabilidade não começa nos relatórios. Ela começa na consciência de quem os escreve.

*Béatrice de Toledo Dupuy escreve mensalmente para o BE News.*

**LIDERANÇAS QUE NÃO EXERCITAM ESCUTA, EMPATIA, SENSO DE PROPÓSITO E CONSCIÊNCIA DE SEUS PRÓPRIOS VIESES TENDEM A REPRODUZIR MODELOS DE DECISÃO BASEADOS EXCLUSIVAMENTE NO CURTO PRAZO. SUSTENTABILIDADE NÃO SE CONSTRÓI COM VISÃO IMEDIATISTA. ELA EXIGE MATURIDADE ORGANIZACIONAL E HUMANA**

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

## **POLÍTICA - SEM TRIBUTOS DAS BETS, MINISTRO ESTUDA NOVOS PROJETOS**

O ministro da Justiça Wellington Lima busca uma saída para o financiamento do combate ao crime organizado após perda de verba no PL Antifacção

**Do Estadão Conteúdo**



**Segundo Wellington Lima, o ministério cogita apoiar um novo projeto de lei que trate unicamente sobre o tributo**

O ministro da Justiça Wellington Lima disse, nesta quarta-feira, 25, que a pasta estuda apoiar novas propostas legislativas que incrementem o financiamento do combate ao crime organizado após decisão da Câmara no dia anterior, que retirou a criação de um tributo sobre bets.

Segundo o chefe da pasta, o ministério cogita ou apoiar um novo projeto de lei que trate unicamente sobre o tributo ou outras duas iniciativas, sem detalhar quais são elas.

“As bets são uma alternativa e existem muitas proposições discutidas de outras origens. O problema é que cada origem pensada tem que ser cotejada com o sentido de responsabilidade fiscal”, afirmou. “Nós precisamos dar a esse tema uma prioridade que justifique a superação de alguns limites se este for o caso.”

Além de impor uma derrota inicial ao rejeitar o texto do Senado, a Câmara ainda apoiou a retirada da criação de um dispositivo para financiar ações de repressão ao crime organizado por meio de tributos em apostas de quota-fixa, as bets. A alíquota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide)-Bets era de 15%, com caráter provisório, e havia sido incluída na proposta pelo relator no Senado, Alessandro Vieira (MDB-SE).

O novo tributo, no entanto, foi retirado do texto por meio de um destaque do PP e deverá tramitar em outro projeto. O destaque do PP retirou ainda normas de regularização de impostos devidos e não pagos por empresas de bets nos últimos cinco anos a partir de autodeclaração enviada à Receita e medidas adicionais de fiscalização dessas empresas pelo setor financeiro.

### **Perdas**

O relator no Senado estima que a Cide-Bets arrecadaria até R\$ 30 bilhões por ano para o Fundo Nacional de Segurança Pública. O governo orientou posicionamento contrário.

O relator na Câmara, Guilherme Derrite (PP-SP), fez críticas ao texto de Vieira. Da proposição que veio da outra Casa ele apenas tinha acolhido a proposta da criação das Cide-Bets. De resto, ele apenas fez ajustes de redação ao texto.



Lima disse que a maior parte desses ajustes indicados foi sugestão do ministério. “Desde o momento em que teve a notícia da designação do relator e indicação sobre o texto, o ministério buscou fazer 23 indicações em cinco eixos diferentes”, afirmou o ministro. Segundo ele, mais da metade dessas sugestões foi acolhida.

O principal ponto de preocupação pelo ministério tratava da possibilidade da criminalização de movimentos sociais - Derrite ajustou o texto para não haver interpretações nesse sentido.

O ministério reforçou a posição em defesa de um “apoio crítico” ao projeto sustentado por deputados do PT. “Só tínhamos duas possibilidades: ou cruzar os braços ou buscar melhorar aquela versão. A única maneira possível de fazer essa melhora era através de emendas de redação”, afirmou o ministro.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

## **NACIONAL - HUB – CURTAS - PL FECHA ALIANÇA COM PP E UNIÃO BRASIL PARA DISPUTAR GOVERNO DO RIO CONTRA EDUARDO PAES**

**Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)**

### **A ALIANÇA DO PL**

Após reunião entre o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), o Partido Liberal fechou aliança com a federação do Progressistas e do União Brasil para formar palanque no Rio de Janeiro. Dessa forma, a legenda se coloca contra o prefeito da capital fluminense, Eduardo Paes, do PSD, pré-candidato ao governo do estado. A chapa do PL deverá ser liderada pelo secretário das Cidades, Douglas Ruas (PL), pré-candidato ao governo do Rio, ao lado de Rogerio Lisboa (PP), ex-prefeito de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Para as cadeiras do Senado deverão concorrer Cláudio Castro e o prefeito de Belford Roxo, também na Baixada, Márcio Canella (União Brasil).

### **BAIXA NO PT**

O Partido dos Trabalhadores, em breve, vai sofrer uma baixa no Ceará: a deputada federal Luizianne Lins anunciou que deixará a legenda. Ela estaria negociando a filiação com a Rede-Sustentabilidade, sendo a presidente estadual da sigla. Luizianne vinha reclamando da dificuldade de acesso ao governador Elmano de Freitas por pelo menos um ano.

### **OUTRAS RAZÕES**

O distanciamento entre Luizianne e o ex-governador do CE e atual ministro da Educação, Camilo Santana, também colaborou para a decisão de deixar o PT. Deixando o Partido dos Trabalhadores para trás, ela dá sinais que deverá concorrer ao Senado pela Rede.

### **A PENA DE MARÇAL**

Empresário, ex-coach e ex-candidato a prefeito de São Paulo, Pablo Marçal (PRTB) está proibido de sair de Barueri, na Região Metropolitana de São Paulo, pelos próximos dois anos, sem autorização judicial. Marçal ainda está proibido de frequentar locais específicos, como casas de prostituição. As decisões são da juíza Maria Elizabeth Bortoloto, da 386ª Zona Eleitoral de Barueri, resultantes de um acordo homologado no âmbito da ação penal eleitoral movida contra Marçal pelo atual ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos (PSOL), em resposta à divulgação de um laudo médico falso às vésperas do primeiro turno da eleição para prefeito, em outubro de 2024. Marçal exibiu em seu perfil nas redes sociais um papel que dizia que Boulos havia consumido cocaína. Ao longo da campanha, o ex-coach fez diversas insinuações de que seu adversário era usuário de drogas.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

## **POLÍTICA - CPI APROVA CONVITES A TOFFOLI E MORAES E CONVOCA VORCARO**

O comparecimento à comissão que investiga o crime organizado só é obrigatório para o dono do Banco Master

### **Do Estadão Conteúdo**



### ***O presidente da CPI do Crime Organizado, senador Fabiano Contarato, propôs votação simbólica dos convites, que foram confirmados***

A CPI do Crime Organizado aprovou, nesta quarta-feira, 25, convite aos ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para prestar depoimento na comissão. Também convocou Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. O comparecimento dos magistrados não é obrigatório, já a ida do banqueiro, sim.

O presidente do colegiado, senador Fabiano Contarato (PT-ES), propôs votação simbólica de todos os convites e requerimentos de informação que não envolviam dados financeiros, como relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Com exceção da convocação de Vorcaro, todos foram aprovados de uma vez só.

Também foram aprovados convites à mulher de Moraes, a advogada Viviane Barci de Moraes, ao ministro da Casa Civil, Rui Costa, ao presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e ao ex-ministro da Fazenda Guido Mantega. O conjunto de medidas inclui ainda fornecimento de informações sobre registro de entrada de Augusto Ferreira Lima, ex-executivo do Banco Master, no Senado.

José Carlos Dias Toffoli e José Eugênio Dias Toffoli, irmãos de Dias Toffoli, foram convocados. Houve ainda aprovação de pedido de quebra de sigilo fiscal Maridt Participações, empresa registrada em nome deles, mas que tinha como dono verdadeiro o próprio ministro.

A base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu aprovar as convocações do ex-ministro da Economia Paulo Guedes e do ex-presidente do Banco Central Roberto Campos Neto. A ida deles não é facultativa. Os autores dos requerimentos são o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), e o líder do governo no Senado, senador Jaques Wagner (PT-BA), respectivamente.

Segundo Randolfe, Guedes precisa explicar o que políticas de desregulamentação de sua gestão que teriam, na visão do parlamentar, facilitado ilícitos cometidos pelo Master.

### **Questionamentos**

Os ministros do STF têm sido alvo de questionamentos por vínculos com a instituição financeira. O escritório da mulher de Moraes, a advogada Viviane Barci de Moraes, firmou contrato de R\$ 129 milhões com o Master.

Já Toffoli, que era relator das investigações da Operação Compliance Zero no STF, é sócio anônimo da empresa Maridt, que é dirigida por dois irmãos dele e tinha participação em dois resorts da rede Tayayá. A empresa vendeu sua fatia no negócio de hospedagem no Paraná a fundo de investimento que tinha como acionista o pastor Fabiano Zettel, cunhado e operador financeiro de Vorcaro.

O autor do convite aos magistrados é o senador Eduardo Girão (Novo-CE). “Além dos vínculos societários e econômicos indiretos já descritos, a condução do inquérito envolvendo o Banco Master pelo ministro Dias Toffoli foi marcada por decisões processuais e administrativas pouco usuais em investigações criminais de alta complexidade. Entre elas, destacam-se a avocação excepcional do procedimento para o Supremo Tribunal Federal, a imposição de grau máximo de sigilo e a centralização de atos relevantes sob a relatoria”, diz trecho do requerimento apresentado pelo parlamentar para o convite a Toffoli.

Já na justificativa para o convite a Moraes, o senador cita a possível atuação do ministro em benefício de interesses privados. “Trata-se de medida necessária, proporcional e institucionalmente responsável, voltada a esclarecer: a natureza das interlocuções realizadas; os limites entre atuação institucional e interesses privados; e a eventual existência de sobreposição indevida entre funções públicas e relações privadas relevantes.”

### Falta

A CPI ouviria, na mesma sessão em que os requerimentos foram votados, o ex-deputado estadual do Rio de Janeiro Thiago Raimundo dos Santos Silva, o TH Joias, preso em setembro do ano passado pela Polícia Federal por suspeita de ligação com o Comando Vermelho. O comparecimento dele dependia de autorização judicial, que ainda não havia sido proferida até a data da sessão.

Com isso, Contarato pautou convites, convocações e quebras de sigilo e encerrou a reunião. O requerimento que convocou TH Joias era de autoria de Alessandro Vieira.

### CAE

Daniel Vorcaro não terá de falar apenas à CPI do Crime Organizado. O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Renan Calheiros (MDB-AL), afirmou que o dono do Banco Master prestará depoimento presencial no colegiado na próxima terça-feira, 3, em Brasília.

Segundo o senador, Vorcaro tem sinalizado a intenção de falar ao grupo de trabalho da comissão que supervisiona as investigações do caso Master. Inicialmente, a fala de Vorcaro estava prevista para esta terça-feira, 24, mas foi adiada. Na segunda, Renan disse que Vorcaro havia dado três opções para prestar seu depoimento: depor na próxima semana presencialmente ou falar esta semana por videoconferência ou o CAE ir até São Paulo. A primeira ideia foi escolhida.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

## POLÍTICA - FIM DA ESCALA 6X1 DEVERIA SER GRADUAL, DIZ CLP

Em nota técnica, Centro de Liderança Pública também sugere começar a implantação por setores menos impactados

### *Do Estadão Conteúdo*



**O CLP reconhece que há amplo apoio social à redução da jornada semanal, vista como forma de ampliar lazer e descanso, mas faz alertas**

O Centro de Liderança Pública (CLP) defende que a extinção da jornada 6x1 no Brasil seja implementada de maneira escalonada, começando

pelos segmentos econômicos que sofreriam menor impacto e avançando, à medida que houver evidências de resultados positivos, para os mais expostos.

Em nota técnica, a entidade menciona que há amplo apoio social à redução da jornada semanal, vista como forma de ampliar lazer e descanso, mas alerta que manter o salário mensal intacto enquanto se corta um dia de trabalho eleva automaticamente o custo do trabalho por hora.

O CLP cita como exemplo a experiência de Portugal, que reduziu a carga semanal de 44 para 40 horas sem cortar salários. O movimento elevou o salário-hora em 9,2%, provocou recuo de 1,7% no emprego e que da de 3,2% nas vendas, apesar de ganhos de produtividade de 7,9% por hora.



O relatório argumenta que grandes empresas, com mais caixa e acesso a tecnologia, tendem a absorver melhor o choque, enquanto pequenas e médias podem pressionar preços ou migrar para a informalidade se forem obrigadas a adotar a nova regra de forma brusca.

A proposta do CLP é organizar um cronograma em etapas para a redução da jornada. Setores com maior capacidade de adaptação - como serviços de alta produtividade ou indústrias habituadas a turnos flexíveis - fariam a transição primeiro. Indicadores de emprego, salários e produtividade seriam monitorados em tempo real e serviriam de base para ajustes regulatórios. Somente depois o modelo se estenderia a ramos mais sensíveis, como varejo tradicional e pequenas manufaturas.

“A grande vantagem de uma transição gradual é dupla: (i) minimiza risco de efeitos econômicos negativos concentrados; e (ii) cria um desenho que permite avaliação causal (comparar quem já entrou na regra com quem ainda não entrou). Para isso, a proposta tem uma dimensão simples, transparente e mensurável: exposição setorial”, afirma a nota técnica.

Sob a proposta do CLP, os segmentos com mais de 80% da folha em regime de 44 horas semanais seriam afetados apenas na última fase de implementação - que ocorreria dentro entre 3 a 5 anos da aprovação da medida. Estão neste grupo principalmente indústrias - como as de couros, calçados, móveis, bebidas, produtos têxteis, máquinas e alimentos -, a construção, o comércio e os serviços como hotelaria, correio, vigilância, entre outros.

### **Compensação**

Para evitar uma soma de choques, o CLP sugere que o governo mantenha instrumentos de compensação. Entre eles está a possibilidade de congelar o salário mínimo em termos reais por dois anos, limitando reajustes à inflação durante a transição, o que reduziria a sobreposição de aumentos de custo.

A entidade enfatiza que o maior risco é vender a mudança como neutra em termos econômicos. Ao tratá-la como um choque deliberado, o relatório propõe acompanhar ganhos de produtividade e incentivos fiscais com base em dados objetivos, gerados justamente pela implementação setorial. Dessa forma, argumenta o CLP, o país conseguiria avançar rumo ao fim da escala 6x1 sem sacrificar vagas formais nem empurrar empresas para a informalidade, equilibrando o bem-estar do trabalhador e a sus

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

## **POLÍTICA - GOVERNO ADIA INÍCIO DA REGRA SOBRE TRABALHO EM FERIADOS**

A intenção é dar mais tempo para as negociações entre representantes de trabalhadores e empregadores

### **Do Estadão Conteúdo**

O governo federal prorrogou por mais 90 dias o início da vigência da regra sobre trabalhos em feriados no comércio. A Portaria 3.665/2023 determina que o funcionamento do comércio em feriados depende de autorização prevista em convenção coletiva entre empregadores e trabalhadores, respeitada a legislação municipal.

A decisão do Ministério do Trabalho será oficializada em publicação no Diário Oficial da União desta quinta-feira, 26.

“Com a prorrogação, o Governo do Brasil amplia o prazo para que representantes de trabalhadores e empregadores avancem nas negociações sobre a regulamentação do tema, reafirmando o compromisso com o diálogo social e a valorização da negociação coletiva”, diz o Ministério do Trabalho em nota divulgada nesta quarta-feira, 25.

A Pasta informou ainda que será instituída uma comissão bipartite, com 10 representantes dos trabalhadores e 10 dos empregadores. As entidades terão cinco dias para indicar ao ministério os nomes que integrarão o colegiado.

O objetivo da comissão, que será assessorada pelo Ministério do Trabalho, será debater as regras relacionadas ao trabalho em feriados no comércio e buscar consenso entre as partes. “A medida reforça a diretriz do governo de construir soluções negociadas, com participação ativa dos setores envolvidos, assegurando equilíbrio nas relações de trabalho e segurança jurídica para empregados e empregadores.”

A medida corrige norma introduzida no governo anterior, que editou a Portaria 671/2021 que autorizava unilateralmente o trabalho em feriados.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

## POLÍTICA - FLÁVIO COLETA ASSINATURAS CONTRA A REELEIÇÃO

Pré-candidato à presidência conseguiu 14 das 27 adesões necessárias para protocolar o projeto no Senado

**Do Estadão Conteúdo**



**Flávio argumenta que a possibilidade de reeleição consecutiva para presidente enfraquece a independência decisória do governante**

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência, começou a coletar assinaturas para uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para acabar com a reeleição para o cargo de presidente da República. Até o momento, o senador conseguiu 14 das 27 assinaturas necessárias para protocolar o projeto no Senado.

A vedação de reeleição também valeria para quem suceder ou substituir o presidente nos seis meses anteriores às eleições. A reeleição para governadores e prefeitos ficaria mantida, tal como é

hoje.

Flávio argumenta que a possibilidade de reeleição consecutiva para presidente “enfraquece a independência decisória do governante”: “Há um estado permanente de eleição, no qual a governabilidade se confunde com a viabilidade eleitoral”, justificou.

Eis a lista de signatários até o momento: Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Magno Malta (PL-ES), Wellington Fagundes (PL-MT), Styvenson Valentim (PSDB-RN), Wilder Moraes (PL-GO), Jaime Bagattoli (PL-RO), Carlos Portinho (PL-RJ), Margareth Buzetti (PP-MT), Izalci Lucas (PL-DF), Cleitinho (Republicanos-MG), Tereza Cristina (PP-MS), Ciro Nogueira (PP-PI), Marcos Rogério (PL-RO) e Marcio Bittar (PL-AC).

Mais cedo, Flávio defendeu a PEC após se reunir com deputados e senadores do PL. “Escolhi apresentar uma proposta de emenda à Constituição para confirmar aquilo que eu já havia dito: que o presidente da República deve ter apenas um mandato”, declarou. “Estou fazendo um gesto público, um projeto de emenda à Constituição pelo fim da reeleição para a Presidência da República.”

O senador também disse ter pedido maior engajamento da bancada do PL para fortalecer a atuação da legenda no Congresso e nos Estados. Segundo ele, o grupo está “consciente” do objetivo de “resgatar o Brasil” e deve atuar para levar adiante “as bandeiras e a nossa verdade”.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

## POLÍTICA - SOB INVESTIGAÇÃO DE RACHADINHA NO RIO, CARLOS TEM VAGA CATIVA EM SC

De acordo com Flávio Bolsonaro, o palanque está fechado em Santa Catarina, com seu irmão na disputa pelo Senado

**Do Estadão Conteúdo**



***A mudança eleitoral de Carlos Bolsonaro é questionada em Santa Catarina, mas família alega que ele tem laços com o estado***

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) defendeu nesta quarta-feira (25) a pré-candidatura de Carlos Bolsonaro (PL-SC), seu irmão, a uma das vagas do Senado por Santa Catarina. Segundo Flávio, Carlos tem uma “relação histórica” com o Estado. Carlos fez sua carreira política no Rio de Janeiro.

“Carlos vai pra Santa Catarina. Ele é apaixonado por Santa Catarina, tem muitas ligações com Santa Catarina na sua vida”, declarou Flávio a jornalistas, após visitar seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), na Papudinha.

“Carlos é uma pessoa que tem vínculos históricos com Santa Catarina e vai ser um grande reforço”, falou.

Flávio reafirmou que seus palanques em Santa Catarina estão fechados, com apoio à reeleição do governador, Jorginho Mello (PL), e a Carol de Toni (PL) e a Carlos para o Senado.

Flávio comentou a decisão do Ministério Público de reabrir a investigação contra Carlos por suposta prática de “rachadinha”. “Já estava arquivado, não tem nenhum fato novo. Espero que não seja um movimento político por causa da minha pré-candidatura, porque infelizmente algumas pessoas têm essa mania de botar a faca no pescoço dos outros e inventar crime onde não tem, achando que com isso vai ter alguma moeda de troca”, disse.

### **Atritos do PL**

Flávio reafirmou que procurará integrantes do PL para “apapar arestas”, a fim de que estejam todos “na mesma página”. “Vou procurar todo mundo, como sempre fiz, porque a gente tem um objetivo maior, e todos estão na mesma página”, falou.

O senador disse que as pessoas precisam entender “a cabeça” do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), seu irmão, que está nos Estados Unidos, sem mandato. Segundo ele, os dois já conversaram, e Eduardo se comprometeu a ajudar “no que puder” em sua campanha.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

## TRANSPORTES - PORTOS - EM MEIO A INCERTEZAS SOBRE O TECON 10, GOVERNO REALIZA 1º LEILÃO PORTUÁRIO DE 2026 DO PAÍS

Nesta quinta-feira, Ministério de Portos e Aeroportos e Antaq realizam licitações de três terminais portuários na B3

**Da Redação** [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)



***O terminal NAT01, no Porto de Natal, é focado no escoamento de granéis minerais, especialmente minério de ferro, com previsão de aporte de R\$ 55,17 milhões***



O Ministério de Portos e Aeroportos e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizam nesta quinta-feira (26) o primeiro leilão de blocos portuários de 2026. Ao todo, três terminais serão licitados, localizados nas regiões Norte, Nordeste e Sul do país. A sessão ocorre enquanto o Governo Federal ainda trabalha para a realização do leilão do Tecon Santos 10, que ainda não tem data para ser licitado, mas o MPor garante que será em 2026.

O leilão acontecerá a partir das 14 horas, na Bolsa de Valores de São Paulo, a B3. Serão licitados terminais no Porto de Santana, no Amapá; no Porto de Natal, no Rio Grande do Norte; e no complexo portuário de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Os três arrendamentos devem gerar pouco mais de R\$ 227 milhões em investimentos privados, conforme estimativa do MPor.

No Porto de Santana, o terminal MCP01 tem investimentos estimados em R\$ 150,2 milhões e contrato de 25 anos. O terminal desempenha papel importante para o estado do Amapá e para o Arco Norte e a área é destinada especialmente ao escoamento da produção de grãos e de cavaco de madeira.

O terminal NAT01, no Porto de Natal, é focado no escoamento de granéis minerais, especialmente minério de ferro. O local terá concessão de 15 anos e previsão de aporte de R\$ 55,17 milhões. O projeto reforça a movimentação portuária no Nordeste e é fundamental para a economia potiguar.

Já em Porto de Porto Alegre, o terminal POA26, destinado à movimentação e armazenagem de granel sólido vegetal, receberá R\$ 21,13 milhões em investimentos, com arrendamento válido por 10 anos. O leilão do POA26 contribui diretamente para a modernização dos portos na região Sul do país.

### **Recife**

Inicialmente, MPor e Antaq anunciaram que o Terminal Marítimo de Passageiros (TMP) do Porto de Recife também iria a leilão neste primeiro bloco de 2026. No entanto, o Porto do Recife solicitou mais tempo para realizar os levantamentos técnicos e avaliações estratégicas sobre o certame. O pedido foi acatado pela Antaq e pela Secretaria Nacional de Portos.

Conforme o edital, o projeto prevê investimentos de R\$ 2,3 milhões em um contrato de 25 anos de concessão. O projeto visa fortalecer o circuito de cruzeiros do Nordeste, integrando Recife aos terminais de Fortaleza (CE), Maceió (AL) e Salvador (BA).

### **Tecon Santos 10**

Enquanto que o Governo Federal baterá o martelo para três novas licitações, o futuro do leilão do Tecon Santos 10, futuro megaterminal de contêineres projetado para o Porto de Santos segue indefinido.

Em nota ao BE News, o MPor informou que o edital do empreendimento está em fase de elaboração pela Antaq em conformidade com o rito aplicável aos arrendamentos portuários.

“No momento, a Secretaria Nacional de Portos (SNP) e a Antaq atuam de forma coordenada na implementação das recomendações aprovadas pelo Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU)”, disse a pasta.

Sem definir uma nova data para a licitação, o MPor destacou que a previsão é que o leilão aconteça em 2026, e que trata-se de uma prioridade estratégica do Governo Federal.

Procurada, a Antaq não se manifestou sobre os questionamentos da reportagem sobre o tema.

O Tecon Santos 10 prevê investimentos de R\$ 6,4 bilhões, o que vai se tornar o maior arrendamento portuário da história do Brasil em termos de valores. O futuro terminal vai ampliar em 50% a capacidade de movimentação de contêineres do maior porto do país.



***O terminal POA26, em Porto Alegre, é destinado à movimentação e armazenagem de granel sólido vegetal e receberá R\$ 21,13 milhões em investimentos***



***No Amapá, o terminal MCP01 é destinado especialmente ao escoamento da produção de grãos e de cavaco de madeira, com investimentos estimados em R\$ 150,2 milhões***

***Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT***

***Data: 26/02/2026***

## **TRANSPORTES - PORTOS - APS AGUARDA TCU PARA CONTRATAR EMPRESA QUE VAI IMPLANTAR O VTMS**

Segundo a Autoridade Portuária, processo de implantação do sistema de navegação levará, ao todo, cinco anos

**Por Cássio Lyra** [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)



***Segundo a Autoridade Portuária, no VTMS as imagens geradas serão apresentadas, em tempo real, em um Centro Operacional que será instalado na própria sede da APS***

A Autoridade Portuária de Santos (APS) aguarda trâmites técnicos para realizar a contratação da empresa que será responsável pela implantação do VTMS, sigla em inglês para o Sistema de Gerenciamento e Informações do Tráfego de Embarcações no Porto de Santos (SP). O uso do sistema vai permitir o melhor fluxo de embarcações que entram e saem do maior complexo portuário

do país. Ao BE News, o diretor-presidente da APS, Anderson Pomini, informou que a parte da companhia referente ao processo licitatório foi concluída. Neste momento, a Autoridade Portuária aguarda uma resposta do Tribunal de Contas da União (TCU) a uma consulta realizada pela própria empresa pública para realizar a contratação da empresa vencedora.

Conforme já noticiado pelo BE News, três empresas apresentaram propostas para a implementação do sistema, sendo elas: Atech Negócios em Tecnologias; Consórcio Portulano; e Consórcio VTMS Santos. Durante o processo licitatório, as proponentes apresentaram propostas técnicas para o projeto e, posteriormente, documentos com as propostas de preço. Em novembro de 2025, as três

interessadas participaram de sessão pública para apresentação dos valores, após a divulgação das notas de avaliação técnica pela comissão especial de licitação.

À época, o Consórcio ATECH obteve nota 0,5578; o Consórcio Portulano, 0,6500; e o Consórcio VTMISS Santos, 0,2355. Os valores ofertados foram de R\$ 198.706.680,69 (Consórcio ATECH), R\$173.322.211,75 (Consórcio Portulano) e R\$198.626.999,24 (Consórcio VTMISS Santos). As propostas foram então encaminhadas para análise técnica e consolidação do ranking final, etapa que antecedeu o encerramento da fase licitatória agora submetida à avaliação do TCU.

Incorporado ao pacote de estratégias tecnológicas da Autoridade Portuária para o Porto de Santos, o VTMISS é bastante aguardado pela comunidade portuária. O sistema será implementado em quatro locais: Ilha da Moela, Morro do Tejereba (Guarujá), topo da Serra do Mar e Ilha Barnabé (Santos). Serão realizadas obras de infraestrutura para adequar todo o aparato e equipamento necessário para o VTMISS, que incluem torres, instalação de radar marítimo, equipamentos meteorológicos e câmeras eletro-ópticas.

Segundo a Autoridade Portuária, as imagens geradas serão apresentadas, em tempo real, em um Centro Operacional que será instalado na própria sede da APS, com capacidade de interagir com o tráfego de embarcações e responder a todas as situações, desde a aproximação dos navios áreas de fundeio, canal de acesso e terminais privados. O VTMISS Santos também compartilhará dados para apoiar as operações da Polícia Marítima (Nepom-PF), Marinha do Brasil, Receita Federal, entre outros aliados na prevenção e repressão aos ilícitos contra navios e instalações portuárias. O sistema consegue detectar e identificar, em tempo real, embarcações suspeitas ou não autorizadas a navegar na área marítima do Porto organizado.

### Prazo

Segundo informou a APS em nota, o projeto do VTMISS foi estruturado com um prazo total de cinco anos de obras, sendo dois anos destinados à implantação da infraestrutura física e tecnológica do sistema e três anos correspondentes ao período de Suporte Logístico Integrado (SLI), compreendendo a manutenção e a consolidação das capacidades operacionais. A Autoridade Portuária disse que ainda não trabalha com datas referentes ao início dos trabalhos, mas reiterou que o modelo técnico que consta no edital foi concebido para conferir maior celeridade à implementação do sistema, permitindo que, ao final do primeiro ano, seja viabilizada operação assistida com, no mínimo, duas torres de monitoramento e um Centro de Controle Operacional (CCO) em funcionamento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/02/2026

## TRANSPORTES - PORTOS - INVESTIMENTOS EM TERMINAIS PRIVADOS SOMAM R\$ 9,23 BILHÕES

Pacote anunciado pelo Ministério de Portos e Aeroportos inclui novos contratos e aditivos em todas as regiões do país, com destaque para Nordeste e Sudeste

Da Redação [redacao.jornal@redenenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redenenews.com.br)



***Durante o evento, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou o impacto direto que os investimentos nos TUPs terão para o desenvolvimento econômico do país***

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) anunciou na quarta-feira (25) a formalização de 25 instrumentos contratuais relacionados a Terminais de Uso Privado (TUPs) entre julho de 2025 e janeiro de 2026, que totalizam um montante de R\$ 9,23 bilhões em investimentos. Segundo a pasta, o volume recorde de recursos reflete o



entusiasmo do setor privado na infraestrutura portuária brasileira e na agenda de modernização regulatória promovida pelo governo.

Os investimentos estão distribuídos em sete novos contratos de adesão, que somam R\$ 5,81 bilhões, e 18 alterações contratuais com um impacto estimado de R\$ 3,41 bilhões em novos aportes. A abrangência desses projetos é nacional, com empreendimentos em todas as regiões do país, reforçando a estratégia de fortalecimento dos TUPs como vetor de aumento da capacidade logística, geração de empregos e ampliação da competitividade do setor portuário brasileiro.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou a importância desses resultados para o desenvolvimento econômico do país. “Esses R\$ 9,23 bilhões em investimentos nos TUPs são a prova concreta de que estamos no caminho certo para transformar a logística do Brasil, com mais empregos, mais eficiência e mais competitividade para os nossos produtos no mercado global”, afirma.

Já o presidente da Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop), Sérgio Aquino, destacou que os novos contratos permitem o atendimento adequado dos terminais ao setor. “Cada vez que se assinam adesões de TUPs, ampliamos a modernização e expansão da nossa infraestrutura portuária, garantindo que o Brasil continue a bater recordes e a se consolidar como uma potência logística mundial”, completou.

### **Distribuição equitativa**

A regionalização dos investimentos é um ponto de destaque, com a Região Nordeste atraindo R\$ 3,70 bilhões, o Sudeste R\$ 3,41 bilhões, o Sul R\$ 1,46 bilhão, o Norte R\$ 469,56 milhões e o Centro-Oeste R\$ 181,04 milhões. Essa distribuição visa impulsionar o desenvolvimento em todas as partes do território nacional, aproveitando as vocações e necessidades de cada região.

Com a formalização desses contratos, segundo Costa Filho, o governo reafirma seu compromisso com a desburocratização, a segurança jurídica e o desenvolvimento social, “já que a atração de capital privado aumenta a capacidade do governo de investir recursos do orçamento público em áreas essenciais como educação, saúde e segurança pública”, afirmou.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

## **TRANSPORTES - PORTOS - PORTARIA AUTORIZA CONSULTA PÚBLICA SOBRE INOVAÇÃO NOS PORTOS**

Sociedade poderá enviar sugestões para aprimorar política que busca modernizar a gestão e elevar a competitividade do sistema portuário

**Da Redação** [redacao.jornal@redenenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redenenews.com.br)

O Ministério de Portos e Aeroportos publicou na quarta-feira (25) a portaria nº 83/2026, que autoriza consulta pública sobre a Política Pública Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Portuária (PD&I Portos). O objetivo é receber da sociedade sugestões para o aprimoramento da proposta que promove a cultura da inovação para atender às necessidades do setor portuário nacional.

As contribuições podem ser enviadas por meio da Plataforma Brasil Participativo até o dia 5 de abril. Após avaliação da equipe técnica e jurídica do Mpor, serão realizados eventuais ajustes para publicação final da política de PD&I Portos.

De acordo com o ministro Silvio Costa Filho, o setor portuário brasileiro ficará ainda mais competitivo ao adotar normas que estimulem a criação de um ambiente propício à pesquisa. “Queremos ouvir a sociedade para construirmos juntos um ecossistema de inteligência e ação, explorando todo o potencial que o setor portuário tem para a pesquisa e aplicação de práticas inovadoras. Estamos trabalhando para deixar nossos portos preparados para o futuro”, afirma.

O ministro também ressaltou que o marco legal do setor (Lei nº 12.815/2013) não cita em seu texto termos como inovação, desenvolvimento científico ou tecnologia. “O Brasil vive um momento propício

ao crescimento da atividade portuária, com economia aquecida e aumento do consumo. Precisamos unir o setor, iniciativa privada e academia para atualizar e estabelecer parâmetros que garantam a constante evolução dos portos.”

O diretor de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação do MPor, Tetsu Koike, lembra que a política pública está integrada ao programa Navegue Simples, que objetiva modernizar os processos e reduzir a burocracia. “Estimulando o desenvolvimento desta cultura no setor, estamos trabalhando pela redução de custos e dotando de maior eficiência as atividades portuárias. A partir da escuta por meio da consulta pública, seremos mais efetivos na construção de programas e ações”, declara.

O sistema portuário nacional é formado atualmente por 35 portos públicos em operação, 20 autoridades portuárias públicas, uma Autoridade Portuária privada, 157 contratos ativos de arrendamento em portos públicos, 221 instalações autorizadas de vários tipos em operação, das quais 178 são terminais privados de carga.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/02/2026

## TRANSPORTES - PORTOS - SUPER TERMINAIS CELEBRA 30 ANOS E SERÁ ANFITRIÃO DO FÓRUM NORTE EXPORT

Companhia mostrará a sua jornada em evento do Grupo Brasil Export que debaterá o papel estratégico do Amazonas, em março

Da Redação [redacao.jornal@redenenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redenenews.com.br)



***Em 2023, o Super Terminais foi o primeiro do Brasil a ser considerado um Green Port. E em 2025 ganhou o Selo Ouro Pró-Clima e o Selo de Sustentabilidade na categoria Diamante instalação de novos fornecedores e operadores logísticos próximos à planta industrial***

O Super Terminais inicia oficialmente as comemorações de seus 30 anos de história como o patrocinador anfitrião da sétima edição do Fórum Norte Export 2026, que será realizada nos dias 19 e 20 de março, em Manaus (AM), pelo Grupo Brasil Export. O evento marca o primeiro grande ato do calendário comemorativo da empresa, líder na logística portuária da região.

“Celebrar 30 anos é reafirmar um propósito. O Super Terminais nasceu para integrar a Amazônia ao Brasil e o Brasil ao mundo. Ao longo da nossa jornada, mostramos que é possível crescer com eficiência, responsabilidade ambiental e geração de oportunidades. E participar do Fórum NorteExport nos possibilita mostrar que estamos prontos para liderar os próximos 30 anos com mais transformação logística e energética. E sempre trabalhando com inovação, segurança e sustentabilidade”, afirma Marcello Di Gregorio, diretor-geral do Super Terminais.

A história do Super Terminais é marcada por alinhar desenvolvimento e sustentabilidade. Em 2023, o terminal em Manaus foi o primeiro do Brasil a ser considerado um Green Port, ou seja, um porto verde com práticas de sustentabilidade reconhecidas. A certificação, emitida pela AQUA (Alta Qualidade Ambiental), veio após uma auditoria rigorosa em que mostrou o seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da ONU e os princípios de ESG (sigla em inglês referente a boas práticas nos âmbitos ambiental, social e de governança).

E mais recentemente, em 2025, vieram mais dois reconhecimentos. O primeiro foi em outubro com o Selo Ouro Pró-Clima, concedido pela Aliança Brasileira para Descarbonização de Portos. O Selo faz parte da Portaria nº 58/2025 do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), que instituiu o Pacto pela Sustentabilidade com o objetivo de estimular práticas ESG entre operadores portuários, aeroportuários e hidroviários. E durante a COP30, em novembro em Belém (PA), o Super Terminais recebeu o Selo de Sustentabilidade 2025 na categoria Diamante. O reconhecimento entregue pelo MPor reconhece

empresas que adotam práticas responsáveis e promovem desenvolvimento com equilíbrio ambiental, social e econômico.

“Reconhecimentos como a certificação da AQUA, o Selo Ouro Pró-Clima e o Selo de Sustentabilidade do MPor reforçam a nossa dedicação na busca pelo desenvolvimento econômico e pela geração de valor para nossos clientes e para toda a sociedade”, ressalta Di Gregorio.

### Norte Export

Neste ano, o fórum abordará como o Amazonas vem se consolidando como o principal motor da logística aquaviária brasileira e pilar estratégico para a segurança energética e mineral do país. A programação inclui debates sobre gargalos de infraestrutura, segurança jurídica, resiliência climática, tecnologia e o potencial energético da Margem Equatorial.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

## TRANSPORTES - PORTOS - TERMINAL EXPORTADOR COMPLETA 9 ANOS COM RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO

Em meio ao avanço do Porto de Santos, empreendimento alcança melhor desempenho da história, com 5,3 milhões de toneladas movimentadas em 2025

**Da Redação [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)**



***Em 2025, o TES movimentou 5,3 milhões de toneladas de grãos sólidos vegetais, uma alta de aproximadamente 26% em relação a 2024, quando foram registradas 4,2 milhões***

O Terminal Exportador de Santos (TES) completou na quarta-feira (25) nove anos de operação acompanhando um ciclo de crescimento no Porto de Santos (SP). De acordo com dados da Autoridade

Portuária de Santos (APS), o complexo portuário registrou, em janeiro deste ano, a maior movimentação já registrada para o mês, com 12,7 milhões de toneladas, alta de 9,5% em relação ao mesmo período de 2025.

O TES também registrou o melhor resultado de sua trajetória. Em 2025, o terminal movimentou 5,3 milhões de toneladas de grãos sólidos vegetais, crescimento de aproximadamente 26% em relação a 2024, quando foram registradas 4,2 milhões de toneladas. O avanço do porto foi impulsionado principalmente pelo complexo soja, que apresentou crescimento de 79,6% no período.

Segundo o diretor de Operações Portuárias e Relações Institucionais do TES, Fábio Francisco, o resultado está relacionado a investimentos em modernização e aumento de produtividade ao longo dos últimos anos, que também manteve investimentos em capacitação de equipes, treinamentos de prevenção de riscos e práticas voltadas ao controle de impactos ambientais.

Desde o início das operações, em 2017, o TES passou por ciclos de modernização, com redução do tempo de permanência de navios no berço, ampliação da capacidade de armazenagem e atualização de sistemas de controle operacional e ambiental.

Para os próximos anos, o planejamento prevê novos investimentos em infraestrutura e tecnologia para acompanhar o crescimento da demanda do agronegócio.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

## TRANSPORTES – AVIAÇÃO - FORÇA AÉREA BRASILEIRA COMEÇA A ATUAR COM CAÇA SUPERSÔNICO DE ORIGEM SUECA

F-39 Gripen vai atuar na capital federal e na defesa da soberania nacional; ele é equipado com mísseis e pode atingir mais de 2 mil km por hora

Por JÚNIOR BATISTA [redacao.jornal@redebenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebenews.com.br)



***O caça pode atingir até 2,4 mil quilômetros por hora, o equivalente a duas vezes a velocidade do som, e tem autonomia de aproximadamente duas horas e meia de voo***

O caça mais moderno da Força Aérea Brasileira (FAB) começou a atuar, pela primeira vez, no alerta de defesa aérea do Planalto Central. A operação teve início na Base Aérea de Anápolis (BAAN) e

amplia a proteção do espaço aéreo na região de Brasília.

A entrada em operação do F-39 Gripen representa um novo patamar de capacidade operacional para a FAB. De origem sueca, o caça supersônico combina alta tecnologia embarcada, rapidez de resposta e elevado poder de defesa, reforçando a prontidão da aviação de combate brasileira.

“Hoje é o dia em que a aeronave F-39 inicia o serviço de alerta de defesa aeroespacial brasileiro. Essa missão consiste em fazer a defesa do espaço aéreo brasileiro. A aeronave está pronta para decolar, caso seja acionada, tendo como finalidade a missão-fim danossa Força, que é garantir a soberania do espaço aéreo. Devido à tecnologia embarcada nessa aeronave, ela tem alto poder dissuasório, e coloca o Brasil na vanguarda em termos de capacidade de defesa aérea”, diz o comandante da BAAN, tenente-coronel aviador André Navarro de Lima Guimarães.

Dez aeronaves já estão à disposição na base aérea do município de Goiás para a defesa da capital federal e de áreas estratégicas do país. Em caso de acionamento, o Gripen pode chegar a Brasília em menos de cinco minutos, ampliando significativamente a capacidade de interceptação e resposta a eventuais ameaças.

O caça pode atingir até 2,4 mil quilômetros por hora, o equivalente a duas vezes a velocidade do som, e tem autonomia de aproximadamente duas horas e meia de voo. A aeronave também conta com a capacidade de reabastecimento em voo, o que amplia seu alcance e tempo de permanência em missão.

### Parceria

O projeto do Gripen foi desenvolvido em parceria com a empresa sueca Saab, com transferência de tecnologia para companhias brasileiras, entre elas a Embraer. As discussões sobre a modernização da frota de caças da FAB tiveram início ainda na década de 1990, mas o contrato com a Saab foi firmado apenas em 2014.



**Embraer**

Ao todo, estão previstas 36 aeronaves, que serão entregues até 2032, em um contrato estimado em cerca de US\$ 4 bilhões. Parte dos caças está sendo montada no Brasil, fortalecendo a indústria nacional de defesa e ampliando a capacitação tecnológica do setor.

***O projeto do Gripen foi desenvolvido em parceria com a empresa sueca Saab, com transferência de tecnologia para companhias brasileiras, entre elas a***

**Resposta rápida**

Segundo o coordenador de operações da BAAN, tenente-coronel aviador Gustavo de Oliveira Pascotto, sempre que o sistema de defesa aérea detecta uma aeronave que, por algum motivo, não está cumprindo as regras de tráfego aéreo, uma ordem de acionamento é emitida.

“Em Anápolis, toca uma sirene nas proximidades onde a equipe de prontidão se encontra, e a partir daí, eles têm poucos minutos para virem correndo para a aeronave, para o piloto terminar de se equipar, colocar o capacete e fazer suas conexões com rádio de comunicação e sistema de oxigênio, por exemplo, fazer os checks, ligar a aeronave, verificar o funcionamento adequado de todo o avião e, a partir daí, solicitar autorização para os órgãos de controle e decolar”, conclui.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

## INDÚSTRIA - SENAI VAI INVESTIR R\$ 1,3 BI NO SETOR AUTOMOTIVO ATÉ 2029

Recursos serão aplicados em formação, P&D, consultorias e parcerias internacionais para acelerar inovação e descarbonização da indústria

### **Do Estadão Conteúdo**



***Do total previsto de investimentos, R\$ 1,25 bilhão virá do Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico, abastecido por aportes de empresas do setor***

Entre 2025 e 2029, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) vai destinar R\$ 1,3 bilhão ao setor automotivo por meio do Programa Mobilidade Verde e Inovação, o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover). Os recursos serão aplicados em cinco frentes estratégicas: formação profissional, consultorias, pesquisa e desenvolvimento (P&D),

apoio à criação de centros de competência e parcerias internacionais para intercâmbio de pesquisadores.

Do total previsto, R\$ 1,25 bilhão virá do Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT), abastecido por aportes de empresas do setor. O Senai contribuirá com R\$ 25 milhões, e pelo menos outros R\$ 25 milhões devem ser investidos como contrapartida das empresas participantes dos projetos de P&D.

A meta é ambiciosa: realizar ao menos 1.600 consultorias gratuitas nas áreas de manufatura enxuta, digitalização e pegada de carbono; formar 700 profissionais em cursos de especialização; e promover pelo menos 50 alianças entre empresas de diferentes portes, startups e instituições de ciência e tecnologia para o desenvolvimento de novas soluções.

Entre os projetos já desenvolvidos pelo Senai dentro desse modelo de alianças empresariais estão baterias de íon-lítio com tecnologia nacional e ímãs permanentes de terras raras, considerados estratégicos para a transição energética e para a produção de veículos eletrificados no país.

Segundo o diretor-geral do Senai, Gustavo Leal, o setor enfrenta desafios estruturais. “A produção de veículos eletrificados no Brasil, a redução das emissões de carbono nos processos produtivos e a nacionalização de componentes são os grandes desafios da indústria automotiva nacional. Ao conectar pesquisadores e empresas, o Senai abre um caminho para soluções que beneficiam o setor e a sociedade como um todo”, afirma.

### **Como funciona**

Instituído pela Lei nº 14.902/2024, o Mover é a atual política industrial brasileira voltada ao desenvolvimento tecnológico e à descarbonização da cadeia automotiva. O programa substitui iniciativas anteriores, como o Inovar-Auto e o Rota 2030 – Mobilidade e Logística.



Por meio do Regime de Autopeças Não Produzidas (RANP), empresas credenciadas da cadeia automotiva recebem benefício tributário para importar peças e componentes que não são fabricados no Brasil. Em contrapartida, devem investir o equivalente a 2% do valor aduaneiro no FNDIT.

Os recursos arrecadados são direcionados a programas prioritários de apoio ao desenvolvimento industrial e tecnológico.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

## INDÚSTRIA - GOVERNO E FIESP FIRMAM ACORDOS PARA REFORÇAR DEFESA COMERCIAL E REDUZIR BUROCRACIA

Protocolos preveem combate a práticas desleais no comércio exterior, criação de ferramenta contra dumping e revisão de normas para enfrentar o Custo Brasil

**Por ALINE SILVA** [redacao.jornal@redebenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebenews.com.br)

Em meio a um cenário internacional marcado por tensões comerciais e reconfiguração das cadeias produtivas, o governo federal e o setor industrial reforçaram a agenda de competitividade. O presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Paulo Skaf, assinaram dois protocolos de intenções durante reunião da diretoria da entidade, na sede da federação, em São Paulo.

Um dos acordos é voltado ao fortalecimento da defesa comercial, com foco no combate a práticas desleais e ilegais que prejudicam o comércio exterior brasileiro. Entre as medidas previstas estão o compartilhamento de experiências e ferramentas técnicas, ações de capacitação especializada e o uso de soluções analíticas e bases de dados para dar mais agilidade às investigações.

O documento também estabelece o desenvolvimento de uma calculadora de margem de dumping — ferramenta que deverá ampliar a precisão dos cálculos realizados nas investigações, reduzir riscos operacionais e acelerar os procedimentos administrativos.

“A cooperação com o setor produtivo na defesa comercial vai contribuir para fortalecer o comércio justo e promover um ambiente concorrencial mais equilibrado”, afirmou Alckmin.

Segundo dados do Mdic, a demanda por instrumentos de defesa comercial tem crescido. Em 2024, foram registrados 107 pleitos por medidas na área — o maior patamar desde 2013. Em 2025, o número já chega a 94 pedidos de investigação, em um contexto global de aumento das disputas comerciais e maior utilização de mecanismos de proteção por diferentes países.

Para o presidente da Fiesp, a concorrência deve se dar em bases de eficiência e qualidade. “Incentivamos que a competição comercial ocorra no campo da eficiência e da qualidade, nunca através de artifícios predatórios ao País. O Brasil permanece de braços abertos para parcerias saudáveis, mas rigorosamente atento para se defender de forma energética à concorrência desleal”, disse Paulo Skaf.

O segundo protocolo firmado entre governo e indústria trata da desburocratização e da simplificação regulatória. A proposta prevê a revisão de regulamentações consideradas excessivas ou sobrepostas, a consolidação de normas para ampliar a segurança jurídica das empresas e o avanço na digitalização de serviços públicos, com integração de sistemas.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

## PETRÓLEO E GÁS - PETRÓLEO OSCILA COM ALTA TENSÃO ENTRE EUA E IRÃ

WTI e Brent ficam quase estáveis após discurso de Trump e sanções, enquanto a perspectiva de negociação nuclear e possível escalada militar domina o mercado

## Do Estadão Conteúdo



**Na Nymex, o petróleo WTI para abril fechou em queda de 0,32% (US\$ 0,21), a US\$ 65,42 o barril. O Brent para maio subiu 0,15% (US\$ 0,11), a US\$ 70,69 o barril, negociado na ICE**

O petróleo fechou perto da estabilidade nesta quarta-feira, 25, em uma sessão que contou com grandes expectativas sobre as tratativas entre Estados Unidos e Irã, com negociações marcadas em Genebra na sexta-feira. No discurso de Estado da União, o presidente Donald Trump reforçou buscar um acordo nuclear com o país persa, no entanto, os termos se guem sem

definições, o que mantém a probabilidade de uma escalada militar na mesa, com potencial de elevar os prêmios de risco da commodity.

Negociado na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para abril fechou em queda de 0,32% (US\$ 0,21), a US\$65,42 o barril.

Já o Brent para maio subiu 0,15% (US\$ 0,11), a US\$ 70,69 o barril, negociado na Intercontinental Exchange de Londres (ICE).

O enviado especial da Casa Branca, Steve Witkoff, afirmou que o governo exige que qualquer futuro acordo seja permanente. “Não há cláusula de caducidade. Queremos que se comportem pelo resto de suas vidas”, disse. Nesta quarta, os EUA lançaram uma nova rodada de sanções a indivíduos, entidades e embarcações relacionadas ao Irã.

O Irã reagiu, com autoridades alternando entre chamar as declarações do republicano como “grandes mentiras” e dizer que as discussões podem resultar em um acordo por meio de “diplomacia honrosa”.

A Arábia Saudita aumentou a produção e exportações de petróleo como parte de um plano de contingência caso um ataque dos EUA interrompa o fornecimento do Oriente Médio, segundo a agência de notícias Reuters.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

## FINANÇAS - CÂMARA APROVA ACORDO ENTRE MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA

O Tratado cria uma área de livre comércio entre os dois blocos, com redução gradual de tarifas. O texto vai agora para votação no Senado

**Da Agência Brasil**



**O acordo foi aprovado na Câmara dos Deputados em votação simbólica, com voto contrário da federação Psol-Rede**

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (25) o acordo de comércio entre o Mercosul e a União Europeia. O texto do acordo foi aprovado na terça (24) pela representação brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul).

Com a aprovação, o texto segue para votação no plenário do Senado. O acordo ainda tem que ser ratificado ainda nos Congressos da Argentina, Paraguai e Uruguai.

O Parlamento Europeu pediu ao Tribunal de Justiça da União Europeia uma avaliação jurídica sobre o acordo. A entrada em vigor apenas após conclusão de todos os trâmites.

O acordo, aprovado na Câmara em votação simbólica com voto contrário da federação Psol-Rede, cria uma área de livre comércio entre os dois blocos, com redução gradual de tarifas e preservação de setores considerados sensíveis, além de prever salvaguardas e mecanismos de solução de controvérsias.

Assinado no dia 17 de janeiro, no Paraguai, o acordo foi enviado para análise da representação brasileira no Parlasul pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 2 de fevereiro.

O debate na representação brasileira começou no dia 10 de fevereiro, quando o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) leu seu relatório sobre o acordo, mas um pedido de vista adiou a análise. Nesta terça-feira, o texto foi aprovado por unanimidade pela representação.

Por sugestão do relator, estarão sujeitos à aprovação do Congresso quaisquer atos que possam resultar em denúncia ou em revisão do acordo, bem como eventuais ajustes que acarretem encargos ou compromissos para o Brasil.

“O acordo abre uma nova etapa de cooperação e parceria entre os países do Mercosul e da União Europeia”, destacou Chinaglia no parecer.

O texto contém 23 capítulos que tratam, entre outros pontos, da redução de impostos de importação e da criação de regras para diversos setores. O Mercosul zerará tarifas sobre 91% dos bens europeus em até 15 anos. Já União Europeia eliminará tarifas sobre 95% dos bens do Mercosul em até 12 anos.

O acordo estabelece a maior zona de livre comércio do mundo, com mais de 720 milhões de habitantes. A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) estima que a implementação do acordo pode incrementar as exportações brasileiras em cerca de US\$ 7 bilhões e ampliar a diversificação das vendas internacionais brasileiras, beneficiando inclusive à indústria nacional.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

## FINANÇAS - AUMENTO DE IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO NÃO TERÁ IMPACTO NOS PREÇOS, DIZ HADDAD

A Camex elevou as alíquotas de mais de mil itens de bens de capital e bens de informática e telecomunicação

**Do Estadão Conteúdo**



**Segundo o ministro da Fazenda, o objetivo da medida é apenas regulatório**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o aumento das alíquotas do imposto de importação de uma lista ampla de eletrônicos tem objetivo puramente regulatório e não gera impacto nos preços desses equipamentos.

No início de fevereiro, o Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex/Camex) aumentou as alíquotas do imposto de importação de mil itens. São bens de capital e bens de informática e telecomunicação, incluindo smartphones, freezers e painéis com LED.

“A medida não tem nem análise de impacto, porque o objetivo dela é regulatório. Mais de 90% desses produtos são produzidos no Brasil. Ou seja, seguem a lei brasileira, não tem nada a ver com essa medida”, disse o ministro em entrevista a jornalistas.

Segundo ele, smartphones, que vêm sendo citados pela oposição, são, na maioria, produzidos na Zona Franca de Manaus, e acusou a oposição de ser contra o regime diferenciado.

Haddad disse que, se o produto é produzido fora do País e não tem similar nacional, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) está autorizado a zerar o imposto de importação imediatamente. “A medida afeta a empresa estrangeira que não está produzindo em território nacional. Qual é o objetivo? Trazer essa empresa para o território nacional”.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

## FINANÇAS - JUROS SUBIRAM PARA FAMÍLIAS E EMPRESAS EM JANEIRO, MOSTRA BCPONTOS

A taxa média avançou 6,7 pontos percentuais em 12 meses. Houve aumento também nas operações de cartão de crédito parcelado

**Da Agência Brasil**



***No que diz respeito aos juros bancários, segundo o Banco Central, a alta acompanha o ciclo de elevação da Selic, mantida em 15% ao ano***

Os juros médios para as famílias e empresas continuaram subindo em janeiro deste ano. Para as pessoas físicas, a taxa média de juros alcançou 61% ao ano, com acréscimos de 0,9 ponto percentual (p.p.), no mês, e de 6,7 p.p., em 12 meses, de acordo com as Estatísticas Monetárias e de Crédito, divulgadas nesta

quarta-feira (25), pelo Banco Central (BC).

Um dos destaques é a elevação da taxa das operações de cartão de crédito parcelado, com alta de 6,8 p.p., no mês, e de 17,7 p.p., em 12 meses, alcançando 194,9% ao ano.

Após 30 dias de utilização do crédito rotativo, as instituições financeiras parcelam a dívida do cartão de crédito seguindo essa modalidade de juros.

Ainda assim, a carteira de cartão de crédito rotativo ainda opera com os juros mais elevados do mercado. Apesar do recuo de 13,7 p.p., no mês, e de 26,3 p.p., em 12 meses, a taxa do cartão rotativo ficou em 424,5% ao ano em janeiro.

O crédito rotativo dura 30 dias e é tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão de crédito. Ou seja, contrai um empréstimo e começa a pagar juros sobre o valor que não conseguiu quitar.

Outros destaques nas operações para pessoas físicas, em janeiro, são as altas nas taxas de crédito pessoal não consignado (1,5 p.p.), financiamento para aquisição de veículos (1,3 p.p.) e crédito pessoal consignado para trabalhadores do setor privado (1,2 p.p.).

No caso das operações com empresas, a taxa média situou-se em 25,2% ao ano no fim de janeiro, com acréscimo de 1,6 p.p., no mês, e 1,1 p.p., em 12 meses.

### **Aumento sazonal**

Em janeiro, esse desempenho foi influenciado, basicamente, pelo aumento sazonal das taxas médias de desconto de duplicatas e outros recebíveis (0,9 p.p.) e pelo incremento de outras modalidades,



como capital de giro com prazo superior a 365 dias (1,8 p.p.), cheque especial (25,9 p.p.) e cartão rotativo (63,9 p.p.).

Essas são as taxas no crédito livre, nas quais os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes.

Já o crédito direcionado - com regras definidas pelo governo - é destinado basicamente aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

No caso do crédito direcionado, a taxa média para pessoas físicas ficou em 11,2% ao ano, estável no mês e com redução de 0,1 p.p., em 12 meses. Para empresas, os juros subiram 0,8 p.p., no mês, e caíram 0,7 p.p., em 12 meses, para 13% ao ano.

### Juros bancários

Considerando recursos livres e direcionados, a taxa média de juros das novas contratações de crédito chegou, em janeiro de 2026, a 32,8% ao ano, para famílias e empresas. Houve incremento de 0,7 p.p., no mês, e de 2,9 p.p., em 12 meses.

Como esperado, a alta dos juros bancários acompanha o ciclo de elevação da taxa básica de juros da economia, a Selic, mantida em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. A Selic é o principal instrumento usado pelo Banco Central para controlar a inflação.

Ao aumentar a taxa, o BC visa esfriar a demanda e conter a inflação, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança, fazendo com que as pessoas consumam menos, e com que os preços subam menos.

A taxa básica de juros está no maior nível desde julho de 2006, quando atingiu 15,25% ao ano.

Já o spread bancário das novas contratações situou-se em 21,9 p.p., com acréscimo de 0,8 p.p., no mês, e de 3,5 p.p., em 12 meses. Esse termo diz respeito à diferença entre o custo de captação dos recursos pelos bancos e as taxas médias cobradas dos clientes.

### Saldo do crédito

No mês passado, as concessões de crédito chegaram a R\$ 651,5 bilhões, resultado de um aumento de 1,5% no mês, com ajuste sazonal. Houve elevações de 2,2% nas operações com pessoas jurídicas e de 1,6% nas operações pactuadas com pessoas físicas.

No acumulado em 12 meses até janeiro de 2026, as concessões nominais variaram 9,4%, sendo 9,7% nas operações com empresas e 9,1% com famílias.

Com isso, o estoque de todos os empréstimos concedidos pelos bancos do Sistema Financeiro Nacional (SFN) ficou em R\$ 7,115 trilhões, o que representa uma redução de 0,2%, em janeiro, e uma alta de 10,1%, em 12 meses.

### Endividamento

Segundo os números do Banco Central, a inadimplência também vem aumentando e foi de 4,2% em janeiro. São considerados, nesse caso, os atrasos acima de 90 dias nos pagamentos.

No segmento empresarial, o percentual situou-se em 2,6% e, no crédito às famílias, a inadimplência atingiu 5,2%.

O endividamento das famílias ficou em 49,7% em dezembro do ano passado, fechando 2025 com aumento de 1,3 p.p. no ano. Esse número considera a relação entre o saldo das dívidas e a renda familiar acumulada em 12 meses.

Com a exclusão do financiamento imobiliário, que pega um montante considerável da renda, o endividamento ficou em 31,2% no último mês de 2025.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 26/02/2026

### FINANÇAS - DÓLAR CAI A R\$ 5,12 COM BUSCA POR DIVISAS EMERGENTES

O recuo desta quarta-feira foi de 0,59% e confirmou o menor valor de fechamento da moeda americana desde 21 de maio de 2024

**Da Agência Brasil**



**Após queda de 4,40% em janeiro, o dólar já recuou 2,33% em fevereiro. No ano, as perdas são de 6,63%**

O dólar emendou o quinto pregão consecutivo de queda nesta quarta-feira, 25, e fechou abaixo do nível de R\$ 5,15 pela primeira vez desde 21 de maio de 2024, em mais um dia marcado pela desvalorização global da moeda americana.

Embora o real não tenha apresentado o melhor desempenho entre divisas emergentes e de países exportadores de commodities, operadores afirmam que o ganho de musculatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) na corrida presidencial reforça a tendência de queda da taxa de câmbio.

Pesquisa Atlas/Bloomberg divulgada pela manhã mostra que o candidato da oposição cresceu e está empatado tecnicamente com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em simulação de segundo turno. Flávio Bolsonaro tem 46,3% das intenções de voto, enquanto o petista soma 46,2%. O levantamento também indica piora na avaliação do presidente, com leve alta na desaprovação e queda mais acentuada na aprovação.

Afora uma alta pontual no início da tarde, em aparente movimento de realização de lucros, o dólar operou em baixa no restante do pregão, embora não tenha se aproximado da mínima de R\$ 5,1191, vista logo após a abertura. No fim das negociações, o dólar à vista recuava 0,59%, a R\$ 5,1252 - menor valor de fechamento desde 21 de maio de 2024 (R\$ 5,1168). Após queda de 4,40% em janeiro, a moeda americana recua 2,33% em fevereiro. No ano, as perdas são de 6,63%.

#### Ambiente externo

O gestor de fundos multimercados Marcelo Bacelar, da Azimut Brasil Wealth Management, observa que o ambiente externo continua favorável ao real, com depreciação global do dólar e aumento do fluxo de recurso para ativos emergentes.

No caso do Brasil, ele destaca que a derrubada das chamadas tarifas recíprocas pela Suprema Corte dos EUA, seguida pela adoção de taxa global de 10% por Donald Trump, representa um alívio tarifário para o setor manufatureiro exportador brasileiro. Outro ponto positivo para o real, embora não tenha influência direta na formação da taxa de câmbio neste momento, são os sinais de diminuição do déficit em transações correntes.

“A melhora de Flávio nas pesquisas era de certa forma esperada. Mas a pesquisa de hoje trouxe também uma informação importante, que foi o aumento da desaprovação de Lula. É uma surpresa positiva para o prêmio de risco do país”, afirma Bacelar, lembrando que investidores veem a vitória da oposição como passo relevante para a mudança da política fiscal.

#### Trade eleitoral

Para o gestor da Azimut, o chamado ‘trade eleitoral’ pode ganhar peso na dinâmica dos ativos domésticos, sobretudo se as próximas pesquisas confirmarem a percepção de chances reais de vitória da oposição na corrida presidencial.

“Eu acho que os fatores idiossincráticos vão ficar mais visíveis. Podemos emendar o trade de emergentes com um trade eleitoral positivo, com a chance de saída desse governo e mudança da política econômica”, afirma Bacelar, ressaltando que o real ainda é apoiado pela sazonalidade positiva do fluxo e por uma taxa de juros muito elevada.

À tarde, o Banco Central informou que o fluxo cambial em fevereiro, até o dia 20, está positivo em US\$ 3,358 bilhões, com entrada líquida de US\$ 1,914 bilhão pelo canal financeiro, que reúne os investimentos em carteira. No ano, o fluxo total soma US\$8,426 bilhões, graças, sobretudo, ao aporte líquido de US\$ 8 136 bilhões pelo canal financeiro.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

## FINANÇAS - IBOVESPA FAZ PAUSA, EM BAIXA DE 0,13%, MAS SUSTENTA OS 191 MIL PONTOS

Na semana, o índice está em alta de 0,37%, somando 5,45% no mês e 18,69% no ano

### **Do Estadão Conteúdo**

O Ibovespa fez uma pausa, em leve baixa neste meio de semana, após ter renovado nesta terça, 24, pela 13ª sessão no ano, o recorde de fechamento, pela primeira vez aos 191 mil pontos. Nesta quarta, 25, em nova máxima histórica intradia, tocou outra marca inédita, de 192 mil pontos, atingindo os 192.623,56 pontos no melhor momento.

Na mínima, resvalou para os 190.419,00 pontos mas conseguiu defender a linha dos 191 mil no fechamento, com pequena perda de 0,13%, aos 191.247,46. Sólido, embora um pouco mais acomodado do que o padrão desde janeiro, o giro ficou em R\$ 28,1 bilhões.

Na semana, o Ibovespa sobe 0,37%, colocando o ganho do mês a 5,45% - no ano, o índice da B3 sobe 18,69%. O desempenho desta quarta-feira foi condicionado pela disparidade entre o setor de commodities, em especial metálicas com Vale (ON +2,55%) à frente e o financeiro, à exceção de Banco do Brasil (ON +1,70%) e BTG (+1,06%), que passou por nova realização de lucros, com destaque para Santander (Unit -3,94%) que já cede 6,32% na semana e 5,34% no mês. Na ponta ganhadora do Ibovespa na sessão, Usiminas (+3 98%) e Bradespar (+3,27%), logo à frente de Vale. No lado oposto Magazine Luiza (-6,32%), Isa Energia (PN -4,44%) e Cosan (-4 41%).

“Terça, o setor financeiro tinha contribuído para uma performance melhor, positiva, do Ibovespa”, observa Pedro Moreira, sócio da ONE Investimentos, destacando a volatilidade na B3.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

## COMUNICAÇÃO & MARKETING – OPINIÃO - GESTÃO DE CRISE EM CENÁRIOS INESPERADOS



### **JOÃO FORTUNATO**

Consultor especialista em Media Training  
e Gestão de Crise e professor universitário

[opinioao@portalbenews.com.br](mailto:opinioao@portalbenews.com.br)

Quando uma crise nasce fora da empresa e, de repente, atravessa seus muros e passa a impactar diretamente suas operações, sua reputação e seus públicos, o desafio se torna ainda mais complexo. Nesse tipo de situação, a organização não controla a origem do problema, mas será cobrada sobre a forma como reage. Crises externas que invadem o ambiente corporativo exigem agilidade, clareza estratégica e uma postura firme, porque o tempo de resposta costuma ser curto e o risco de dano é imediato.

O primeiro comportamento esperado é o reconhecimento rápido do cenário. Muitas empresas erram ao tratar a crise externa como algo que não lhes diz respeito, quando, na prática, ela já está dentro. O



monitoramento constante do ambiente social, político, econômico e digital é indispensável para identificar sinais precoces. Assim que o impacto se torna real, a empresa deve acionar seus protocolos internos, reunir lideranças e estabelecer um comando centralizado, com decisões coordenadas e comunicação unificada.

Esse tipo de crise pode assumir diversas formas. Pode ser uma tragédia nas imediações, como um acidente, incêndio ou desastre ambiental que afete colaboradores, instalações ou a comunidade. Pode ser um episódio de violência urbana, uma invasão, um protesto ou uma greve que se desloca para dentro da empresa. Pode também ser uma crise sanitária, como surtos de doenças ou situações que gerem pânico coletivo. Há ainda crises originadas nas redes sociais, quando uma narrativa externa se espalha e passa a atingir a marca, mesmo sem fato inicial, exigindo resposta rápida para conter boatos e proteger a reputação.

Também são comuns crises regulatórias ou políticas, como mudanças abruptas de legislação, decisões judiciais, operações policiais ou denúncias que envolvam terceiros, mas que acabam associadas à empresa. Em todos esses casos, a organização pode não ser a causadora do evento, mas se torna parte do problema aos olhos do público. E é justamente essa percepção que determina o grau de pressão.

O comportamento corporativo deve ser guiado, basicamente, por três princípios: responsabilidade, transparência e proteção das pessoas. A prioridade inicial deve ser sempre a segurança de funcionários, clientes e parceiros. Em seguida, é fundamental comunicar com rapidez, sem improviso, evitando o silêncio prolongado que abre espaço para especulações. A empresa precisa demonstrar que está consciente da situação, que está agindo e que tem controle sobre o que ocorre dentro de suas dependências.

Outro ponto decisivo é evitar reações defensivas ou tentativas de transferir culpa. Mesmo quando a crise começou fora, o público espera empatia, ação concreta e capacidade de gestão. A empresa deve colaborar com autoridades, apoiar eventuais vítimas, prestar informações consistentes e manter uma postura ética. Em paralelo, deve cuidar da comunicação interna, pois colaboradores desinformados se tornam multiplicadores involuntários de insegurança.

Quando a crise externa entra na empresa, ela se transforma em crise corporativa. O que define o desfecho não é apenas a origem, mas a resposta. Empresas que agem com rapidez, humanidade e estratégia conseguem atravessar o impacto e até fortalecer sua credibilidade. Já aquelas que hesitam, minimizam ou se escondem tendem a ampliar o dano e perder confiança, muitas vezes de forma irreversível.

*João Fortunato escreve para o BE News semanalmente, com seus artigos publicados sempre às quintas-feiras.*

**O COMPORTAMENTO CORPORATIVO DEVE SER GUIADO, BASICAMENTE, POR TRÊS PRINCÍPIOS: RESPONSABILIDADE, TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO DAS PESSOAS. A PRIORIDADE INICIAL DEVE SER SEMPRE A SEGURANÇA DE FUNCIONÁRIOS, CLIENTES E PARCEIROS**

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**  
**Data: 26/02/2026**

## **JUSTIÇA - STF CONDENA ASSASSINOS DE MARIELLE E ANDERSON**

Irmãos Brazão foram condenados a 76 anos de prisão. Outros três acusados receberam penas menores

***Da Agência Brasil***

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou nesta quarta- -feira, por unanimidade, os envolvidos no assassinato de Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, ocorrido em 2018, no Rio de Janeiro.



### ***Pela decisão, todos os condenados também deverão pagar indenização de R\$ 7 milhões por danos morais***

Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ), e Chiquinho Brazão, ex-deputado federal, foram condenados a 76 anos e três meses pelos crimes de organização criminosa, duplo homicídio e tentativa de homicídio contra Fernanda Chaves, assessora de

Marielle, que sobreviveu ao atentado.

Eles estão presos preventivamente há dois anos e podem recorrer da condenação.

Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, recebeu pena de 18 anos de prisão pelos crimes de obstrução de Justiça e corrupção. Apesar de ter sido denunciado pelos homicídios de Marielle e Anderson, Barbosa foi absolvido dessa acusação.

Ronald Alves de Paula, major da Polícia Militar, recebeu pena de 56 anos de prisão. Robson Calixto, ex- -policial militar, foi condenado a 9 anos.

Pela decisão, os acusados também devem perder os cargos públicos após o trânsito em julgado da condenação, ou seja, após o fim da possibilidade de recursos.

Todos os condenados também deverão pagar indenização de R\$ 7 milhões por danos morais, sendo R\$ 1 milhão para Fernanda Chaves, R\$ 3 milhões aos familiares de Marielle e mais R\$ 3 milhões para a família de Anderson Gomes.

Conforme a delação premiada do ex-policial Ronnie Lessa, réu confesso de fazer os disparos de arma de fogo contra a vereadora, os irmãos Brazão e Barbosa atuaram como os mandantes do crime. Rivaldo Barbosa teria participado dos preparativos da execução do crime.

Ronald é acusado de fazer o monitoramento da rotina da vereadora e repassar as informações para o grupo. Robson Calixto teria entregue a arma utilizada no crime para Lessa.

### **Condenações**

Moraes votou pela condenação dos irmãos Brazão por duplo homicídio qualificado e pela tentativa de homicídio da assessora Fernanda Chaves, que sobreviveu ao atentado.

Com relação ao réu Ronald Alves, o voto de Moraes imputa não apenas a participação como o monitoramento das atividades de Marielle Franco, informações essenciais à consumação dos crimes.

Já em relação ao réu Robson Calixto Fonseca, Moraes julgou procedente a acusação de participação e organização criminosa armada.

No caso do delegado e ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Rivaldo Barbosa de Araújo Júnior, Moraes disse não ter dúvida de que ele estava na folha de pagamento de várias milícias, caracterizando os crimes de obstrução de Justiça e de corrupção passiva majorada.

O ministro, no entanto, avaliou que, apesar de a PGR ter imputado, a ele, triplo homicídio, sendo dois consumados e um tentado, não há “prova específica” de que Rivaldo tenha participado diretamente dos assassinatos.

## JUSTIÇA - FAMILIARES DIZEM QUE DECISÃO É RECADO CONTRA IMPUNIDADE

*Do Estadão Conteúdo*

Familiares da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes afirmaram após a condenação dos mandantes dos assassinatos que a decisão do STF deu recados de combate à impunidade e enfrentamento à violência política com características de gênero e raça.

A ministra da Igualdade Racial e irmã de Marielle, Anielle Franco, afirmou que é preciso enfrentar e pôr um fim à mentalidade de parcela da sociedade que busca minimizar o assassinato da vereadora.

“Isso hoje também é um recado a uma parcela da sociedade que debochou da morte da minha irmã. Uma parcela da sociedade que todo ano eleitoral traz a minha irmã como um elemento descartável, ou como sendo apenas mais uma, ou como falavam ‘o mimimi sobre Marielle Franco’”, afirmou.

Anielle destacou a preservação da memória da irmã como um dos principais resultados do julgamento e reforçou que a violência política de gênero e raça que vitimou Marielle precisa ser “aniquilada”, “acabada” e “exterminada” no País para que “outras mulheres possam ocupar os mesmos espaços e permanecer vivas”.

Marinete da Silva, mãe da Marielle, agradeceu o trabalho das instituições envolvidas no caso, com destaque para o Ministério Público e a Defensoria Pública, assim como da imprensa por acompanhar as investigações. “É um alívio. A pergunta que ecoava no mundo era quem mandou matar Marielle e hoje a gente está vendo. Tivemos uma justiça digna e saímos aqui de cabeça erguida”, afirmou.

Agatha Arnaus, viúva do motorista Anderson Gomes afirmou que ainda há esperança, apesar do cenário de violência que assola o Rio de Janeiro. A análise foi compartilhada por Fernanda Chaves, única sobrevivente do atentado, que classificou como histórica a decisão do STF.

“Quando a gente compreende que historicamente o Brasil tem uma dificuldade de condenar mandantes de grandes crimes, o Estado brasileiro hoje passa um recado de que crimes como esse não são e não serão tolerados”, disse.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

## JUSTIÇA - DESEMBARGADOR RECUA APÓS ABSOLVER HOMEM POR ESTUPRO DE MENINA

Com a repercussão negativa, Magid Nauef Láuar mudou de ideia e manteve a condenação dada ao réu em primeira instância: 9 anos e 4 meses de prisão

*Da Agência Brasil*



***Magid Nauef Láuar também anulou a sentença que absolveu a mãe da vítima, condenada por consentir com a violência***

O desembargador Magid Nauef Láuar, da 9.<sup>a</sup> Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), mudou a sentença e reformou sua própria decisão que havia absolvido um homem de 35 anos, acusado de estupro contra uma menina de 12 anos.

Ele agora manteve a condenação do réu a 9 anos e 4 meses de prisão por estupro de vulnerável e determinou que ele seja preso imediatamente. Também foi anulada a sentença que absolveu a mãe da vítima, condenada à mesma pena por consentir com a violência.

O caso havia gerado grande repercussão no País. O corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell, instaurou um Pedido de Providências em relação à atuação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e do desembargador Magid Nauef Láuar.



Conforme o TJMG, Láuar, em decisão monocrática, acolheu os embargos de declaração do Ministério Público e negou provimento aos recursos de apelação do processo envolvendo estupro de vulnerável na Comarca de Araguari. O Tribunal não divulgou a íntegra da decisão, pois o processo tramita sob sigilo de justiça por envolver menor.

O MP argumentava que a decisão que havia liberado os réus de punição equivocou-se ao validar a tese de “constituição de núcleo familiar” para afastar a hipótese de crime. A procuradoria ressaltou que o ordenamento jurídico brasileiro proíbe o casamento para menores de 16 anos e que o período de apenas uma semana de convivência sob o mesmo teto não caracteriza união estável.

Segundo a tese defendida pelo MP, a dinâmica configura o chamado grooming (aliciamento progressivo), processo em que o adulto constrói laços de confiança com a criança e a família, oferecendo presentes ou suporte financeiro para obter gratificação sexual. A procuradoria sustenta que a percepção da adolescente que chamava o réu de marido não tem validade jurídica, pois uma criança de 12 anos não possui discernimento para compreender as implicações de um matrimônio.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

### **JUSTIÇA - JOIAS SAUDITAS DADAS A BOLSONARO E APREENDIDAS PELA PF DEVEM IR PARA A RECEITA**

Pedido foi feito no âmbito do inquérito que investiga o ex-presidente no Supremo Tribunal Federal  
**Do Estadão Conteúdo**

A Receita Federal apresentou um pedido de custódia das joias sauditas dadas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e apreendidas pela Polícia Federal, para iniciar o procedimento fiscal de perdimento dos bens.

O pedido da Receita foi feito à PF no âmbito do inquérito que investiga Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF), sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes.

Em 2023, o Estadão revelou que o governo de Bolsonaro tentou trazer ilegalmente para o Brasil presentes do regime da Arábia Saudita para o então presidente e a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Os itens foram apreendidos no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo.

Reportagens mostraram que o governo Bolsonaro fez reiteradas tentativas para obter as peças sem pagar o imposto e a multa estipulados por lei para esses casos. A última ocorreu dois dias antes do fim do mandato de Bolsonaro, em dezembro de 2022.

Após o Estadão ter revelado o caso, Michelle disse que “não estava sabendo” que tinha “tudo isso”, referindo-se às joias. “Quer dizer que, ‘eu tenho tudo isso’ e não estava sabendo? Meu Deus! Vocês vão longe mesmo hein?! Estou rindo da falta de cabimento dessa imprensa (sic) vexatória”, publicou Michelle no Instagram em março daquele ano.

Jair Bolsonaro disse à CNN Brasil que não tinha conhecimento dos presentes e dos valores, mas que as joias iam para o acervo da Presidência. Negou que tenha cometido alguma ilegalidade.

Em julho de 2024, com base na investigação do Estadão, a Polícia Federal indiciou Jair Bolsonaro por peculato, associação criminosa e lavagem de dinheiro. A Operação Lucas 2:22 reconstituiu o esquema organizado para desviar presentes de alto valor para serem posteriormente vendidos no exterior. Outros dez investigados também foram indiciados.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

## JUSTIÇA - “QUAL O TETO NO BRASIL? QUEM SOUBER GANHA UM PRÊMIO”, DESAFIA DINO

Ministro engrossa o tom pelo fim do “Império dos Penduricalhos”, que permite pagamentos acima do limite constitucional, especialmente no judiciário

**Da Agência Brasil**



***O STF analisa a medida cautelar de Dino que determinou a revisão das verbas pagas fora do teto constitucional***

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino, fez um questionamento no plenário da Corte nesta quarta-feira, 25, que pode causar desconforto no Judiciário e no Ministério Público.

Ao abordar a polêmica questão sobre supersalários que se espalham pelo funcionalismo, principalmente entre juízes, desembargadores, promotores e procuradores, Dino se dirigiu a seus pares com uma pergunta carregada de ironias.

“Qual o teto que vigora hoje no Brasil? Ninguém sabe. Quem souber responder essa pergunta ganha um prêmio”, desafiou.

A resposta, segundo Dino, à luz da Constituição, seria objetiva: R\$ 46.366,19, valor que corresponde ao subsídio bruto pago aos ministros do Supremo.

A provocação ocorre no momento em que o Supremo analisa a medida cautelar de Dino que determinou a todos os entes da federação a revisão, no prazo de 60 dias, das verbas indenizatórias pagas fora do teto constitucional. A decisão atinge auxílios e penduricalhos que, na prática, permitem que contracheques ultrapassem o limite previsto na Constituição.

Dino observou que o tema provoca “controvérsias bastante agudas”. “Impossível garantir a autoridade do Supremo. O teto (R\$ 46 mil) só é observado no Supremo e mais uma meia dúzia de órgãos. Nos outros vigora o teto sujeito à discricionariedade vigente em cada órgão.”

### **Outras decisões**

Flávio Dino apresentou um dado importante. Desde o ano de 2000, o STF já decidiu, pelo menos, 13.925 casos sobre o teto no serviço público.

Na última quinta, 19, Dino proibiu expressamente a edição de qualquer nova lei que autorize a inclusão e o pagamento de “parcelas remuneratórias ou indenizatórias” nos salários de servidores públicos que ultrapassem o teto constitucional. Ele também vetou o reconhecimento de novos desembolsos relativos a supostos ‘direitos pretéritos’ no funcionalismo.

A decisão foi um complemento à liminar que ele próprio despachou no dia 5, ocasião em que apontou a existência de um “Império dos Penduricalhos” e determinou aos três poderes que, em 60 dias, promovam uma ampla revisão dos contracheques que furam o teto constitucional.

Nesta quarta-feira, o Plenário do Supremo Tribunal Federal analisa a decisão do ministro Flávio Dino. Sindicatos, entidades e associações interessados na ação apresentam sustentações orais.

Para Dino, o objetivo da liminar é assegurar “coerência, consistência, estabilidade e segurança sistêmica” ao funcionalismo. ‘Assim será o fim do Império dos Penduricalhos’.

Há dois anos como integrante da Corte, Dino afirmou no Plenário que o debate sobre os contracheques milionários “visa a valorização do serviço público e não um debate que vise colocar em xeque prerrogativas e direitos de nenhuma classe profissional”.



### Dever de legislar

Na decisão do dia 19, as declarações do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), sobre a primeira liminar de Dino foram celebradas pelo ministro, que renovou o apelo ao Legislativo para que o Congresso Nacional enfrente e defina o debate sobre os penduricalhos.

“Anoto que houve importantes pronunciamentos parlamentares sinalizando a disposição de editar a lei nacional exigida pela Carta Magna”, destacou Dino.

Nesta quarta-feira, Flávio Dino reforçou apelo ao Congresso, segundo ele pela terceira vez, para que o Legislativo edite a Emenda Constitucional 135, que estabelece condições e limites para concessão, ampliação ou prorrogação de ‘penduricalhos’ no funcionalismo.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

### JUSTIÇA - PAULO GONET CRITICA DECISÃO DO MINISTRO E DIZ QUE ELA OFENDE SEPARAÇÃO DOS PODERES

**Da Agência Brasil**

O procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet, criticou a decisão do ministro Flávio Dino que determinou a revisão dos “penduricalhos” pagos a todos os servidores públicos dos Três Poderes a partir de uma reclamação que, na sua origem, era restrita a procuradores de Praia Grande (SP).

“A decisão liminar cuida de um tema alheio ao objeto da causa, e que não era necessário para o próprio julgamento da reclamação”, afirmou em sustentação oral no julgamento da liminar no Supremo Tribunal Federal (STF). A sessão foi suspensa e a discussão será retomada amanhã com os votos dos ministros.

Gonet destacou que respeitar o pedido da ação é importante para limitar a atuação do Judiciário e que a alteração do objeto do pedido ofende o princípio da separação dos poderes. “A vinculação da jurisdição ao pedido é fórmula de limitação do poder Judiciário, é aspecto crucial do sistema de pesos e contrapesos”, salientou.

“A questão que se põe neste caso é da mais impactante repercussão para o próprio sistema constitucional. O precedente que se pode formar aqui tem potencialidade de afetar substancialmente os limites até agora impostos ao poder de agir do Tribunal”, complementou.

Gonet ressaltou que o tema debatido na ação é de “premente importância” e que a crítica é sobre a forma de discussão do problema.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

### INTERNACIONAL - TRUMP DIZ QUE ECONOMIA VIVE ERA DOURADA. SERÁ?

EUA encaram um crescimento bem lento e a confiança interna é muito baixa. Veja como realmente está a economia americana

**Do Estadão Conteúdo**

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, buscou, em seu discurso do Estado da União na terça-feira, 24, convencer os americanos da ideia de uma economia em expansão, com queda de preços e aumento acelerado de empregos.

O republicano abriu o discurso afirmando que os EUA estão vivendo sua era dourada. Mas ele enfrenta um público cético, com uma visão muito mais sombria.



***Trump disse que a inflação está despencando, as rendas estão subindo rapidamente e a economia vibrante está mais forte do que nunca***

Apenas 12 horas antes do discurso de Trump, o The Conference Board, um grupo de pesquisa de negócios, divulgou seu mais recente relatório de confiança do consumidor. Ele mostrou que a confiança geral na economia dos Estados Unidos permanece historicamente baixa e está apenas ligeiramente acima do nível para o qual despencou no auge da recessão causada pela covid-19.

Em fevereiro, o índice subiu para 91,2, um número bem abaixo do pico de quatro anos alcançado em novembro de 2024, de 112,8. Os americanos continuam desanimados com os preços altos e veem poucas vagas de emprego disponíveis, constatou a pesquisa.

Outras sondagens apontaram resultados semelhantes: apenas 39% dos americanos aprovam a liderança econômica de Trump, segundo a pesquisa mais recente do Associated Press-NORC Center for Public Affairs Research. E a pesquisa de sentimento do consumidor da Universidade de Michigan permanece em níveis típicos de recessão.

Trump tentou superar esse pessimismo apontando dados econômicos que traçam um cenário mais positivo, uma tática que o presidente Joe Biden também tentou, com pouco sucesso. Mas, na noite de terça-feira, houve discrepâncias entre as afirmações do presidente e a realidade econômica enfrentada por muitos americanos.

“A inflação está despencando, as rendas estão subindo rapidamente, a economia vibrante está mais forte do que nunca”, disse Trump.

Como está a economia? A economia está crescendo, mas está longe de estar “em plena expansão”. Ela cresceu 2,2% no ano passado, abaixo dos 2,8% no último ano de Biden e dos 2,9% em 2023. Certamente muitos americanos ficaram profundamente insatisfeitos com os aumentos de preços sob Biden, que levaram a inflação a um pico de 9,1% em 2022, o maior em quatro décadas.

Uma economia americana realmente aquecida costuma se parecer mais com o fim da década de 1990, quando o crescimento superou 4% por quatro anos seguidos, ou com os anos 1980, quando ficou em 3,5% ou mais por seis anos consecutivos.

A inflação desacelerou no último ano, mas muitos americanos ainda citam os preços elevados nas pesquisas como principal motivo de insatisfação com a economia.

Trump observou corretamente que a inflação subjacente, que exclui as categorias voláteis de alimentos e energia, caiu para o menor nível em cinco anos em janeiro. No entanto, outras medidas mostram que a inflação permanece persistentemente elevada: um indicador de preços subjacentes acompanhado de perto pelo Federal Reserve (Fed) estava 3% mais alto em dezembro do que um ano antes, acima da meta de 2% do Fed.

### **Emprego**

Uma das razões para o pessimismo dos consumidores é provavelmente a forte desaceleração nas contratações no ano passado. Os empregadores adicionaram apenas 181 mil empregos em 2025 - ou 15 mil por mês - tornando-o o pior ano para crescimento do emprego fora de uma recessão desde 2002.

E, apesar da promessa de Trump de revitalizar a indústria americana, as fábricas perderam 108 mil empregos em 2025, além dos 202 mil perdidos nos dois últimos anos do governo Biden. Somente montadoras e fábricas de autopeças cortaram quase 74 mil empregos nos últimos dois anos.

As tarifas de Trump são parcialmente responsáveis, pois obrigam muitas fábricas a pagar mais por matérias-primas e peças importadas. Mas as altas taxas de juros também prejudicaram os fabricantes nos últimos anos.

Além disso, muitos contrataram agressivamente - talvez até demais - em 2021 e 2022, quando a economia dos EUA se recuperava com força das restrições da pandemia. A automação, estimulada pela pandemia, também significa que muitas fábricas precisam de menos trabalhadores.

Por outro lado, as contratações surpreenderam positivamente em janeiro, com 130 mil novos empregos, e as fábricas voltaram a criar vagas pelo primeiro mês em mais de um ano.

### **Incerteza**

Trump sugeriu que suas tarifas contribuíram diretamente para um boom econômico nos EUA, mas é provável que a maioria dos americanos tenha visto poucos benefícios. “Daqui para frente, fábricas, empregos, investimentos e trilhões e trilhões de dólares continuarão fluindo para os Estados Unidos da América”, disse Trump.

Um estudo do economista de Harvard Alberto Cavallo e dois colegas constatou que os consumidores americanos arcaram com 43% dos custos mais altos das tarifas, enquanto as empresas dos EUA absorveram a maior parte do restante.

E, até agora, as amplas taxas de importação impostas por Trump não trouxeram muitos avanços em direção ao seu objetivo de reduzir o grande e antigo déficit comercial dos EUA.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

## **INTERNACIONAL - UCRÂNIA, RÚSSIA E EUA VÃO SE REUNIR DE NOVO**

Encontro pelo fim da guerra deve acontecer na próxima semana. Antes, porém, delegação ucraniana vai conversar com representantes americanos

**Do Estadão Conteúdo**



**Segundo o representante do presidente russo Vladimir Putin, ambos os lados estão engajados nos esforços de paz**

Uma delegação ucraniana se reunirá com enviados do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, antes de uma nova rodada de negociações trilaterais com a Rússia, afirmou o presidente Volodymyr Zelensky nesta quarta-feira, 25.

Rustem Umerov, secretário do Conselho de Segurança e Defesa Nacional da Ucrânia, deve se encontrar com Steve Witkoff e Jared Kushner nesta quinta-feira, 26, em Genebra, disse Zelensky.

O esforço dos Estados Unidos por um acordo de paz já levou Rússia e Ucrânia à mesa de negociações em Abu Dhabi e Genebra neste ano, mas as conversas ainda não resultaram em avanços para reduzir as principais divergências, enquanto a invasão russa ao país vizinho entra em seu quinto ano.

A reunião de quinta-feira tratará de detalhes de um possível plano de reconstrução pós-guerra para a Ucrânia e discutirá os preparativos para um próximo encontro trilateral com autoridades de Moscou, afirmou Zelensky, acrescentando que também encarregou Umerov de discutir uma possível troca de prisioneiros.

A Ucrânia espera que as negociações mediadas pelos EUA com a Rússia ocorram na próxima semana, disse Zelensky.



Witkoff afirmou na terça-feira, 24, que se reuniria com Umerov em Genebra para conversas que poderiam ser seguidas por um encontro trilateral na Flórida.

A cidade suíça também deve sediar, na quinta-feira, uma rodada de negociações nucleares entre Estados Unidos e Irã.

### Avanços

As conversas anteriores com Rússia e Ucrânia já resolveram em grande parte a questão das garantias de segurança, disse Witkoff. Segundo ele, ambos os lados estão engajados nos esforços de paz, com diálogos quase diários entre as autoridades.

Washington não está pressionando a Ucrânia a ceder em nenhum ponto, e os russos demonstraram “alguma moderação”, afirmou Witkoff ao Yalta European Strategy - fórum internacional anual de líderes organizado pela Fundação Victor Pinchuk, em Kiev.

Na última terça-feira, 24, em meio aos eventos que marcaram o quarto aniversário da invasão russa, Zelensky observou que a Rússia não derrotou a Ucrânia nem quebrou o espírito ucraniano, apesar de Moscou ter um Exército maior e melhor equipado e de promover bombardeios intensos contra áreas civis.

Nos últimos meses, as forças ucranianas empurraram o Exército russo para trás em pontos ao longo da linha de frente de cerca de 1.250 quilômetros nas regiões orientais do país, segundo o Instituto para o Estudo da Guerra.

Os “ganhos significativos” são os maiores desde 2024, afirmou o centro de estudos com sede em Washington, embora seja improvável que evoluam para grandes ofensivas, já que a Ucrânia enfrenta escassez de tropas.

Ainda assim, eles provavelmente devem atrapalhar os planos russos para uma ofensiva na primavera e no verão, segundo a análise.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 26/02/2026**

## INTERNACIONAL - PRESIDENTE ANUNCIA REFORMA ELEITORAL NO MÉXICO

Claudia Sheinbaum pretende reduzir em 25% os custos das eleições e cortar o número de deputados eleitos por lista partidária

**Do Estadão Conteúdo**

A presidente do México, Claudia Sheinbaum, anunciou nesta quarta-feira (25) proposta de reforma constitucional do sistema eleitoral que prevê reduzir em 25% os custos das eleições e cortar o número de deputados eleitos por lista partidária, os chamados plurinominais. O projeto também diminui recursos do Instituto Nacional Electoral (INE) e dos partidos.

A iniciativa elimina o sistema de resultados preliminares na noite da votação e determina que se aguardem apenas os resultados finais, além de reforçar a fiscalização de doações - com veto a recursos ilícitos e em dinheiro vivo - e proibir o uso de inteligência artificial (IA) e bots em campanhas. O texto também amplia mecanismos para incentivar o voto de emigrantes e reduz a propaganda eleitoral na mídia.

“Não queremos um partido de Estado, não queremos um partido único”, afirmou Sheinbaum, acrescentando que “todos os candidatos têm que ir a campo conseguir o voto”. A oposição critica os cortes no INE, alegando risco à independência e à capacidade técnica do órgão. A proposta deve ser debatida no Congresso na próxima semana.

Também nesta quarta-feira, o Congresso aprovou a redução gradual da jornada semanal de 48 para 40 horas, sem corte de salários ou benefícios, em projeto apoiado pelo governo. A mudança começará em 2027, com redução de duas horas por ano até 2030. O texto foi aprovado na Câmara por 411 votos a 58 e já havia recebido aval do Senado, seguindo agora para os Legislativos estaduais.

A reforma fixa teto de 12 horas extras por semana, distribuídas em até quatro dias, e proíbe trabalho extraordinário para menores de 18 anos. O governo estima que 13,5 milhões de trabalhadores serão beneficiados, mas analistas projetam alcance de até 30 milhões. Para o Instituto Mexicano para a Competitividade (IMCO), a transição gradual tende a permitir ajuste progressivo das empresas. Já representantes do setor automotivo alertam para aumento de custos.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

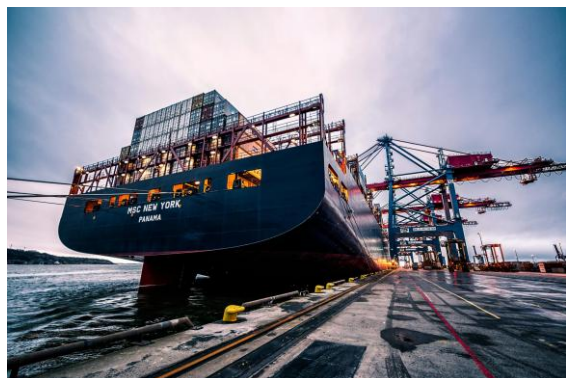
**Data: 26/02/2026**



### BAHIA ECONÔMICA - BA

#### ACORDO MERCOSUL-UE IMPULSIONARÁ EXPORTAÇÃO DE MÓVEIS DE MAIOR VALOR AGREGADO

**Por Bruna Carvalho - 26/02/2026 11:40**



**Foto: pexels-albinberlin**

A expectativa em torno do acordo entre Mercosul e União Europeia, que criará uma das maiores áreas de livre comércio do mundo, já movimentava o mercado de móveis de madeira brasileiros. Hoje em 8,7%, a tarifa média que o Brasil paga para exportar ao bloco será reduzida gradualmente até ser zerada em 10 anos. A gestora nacional da Indústria do Sebrae, Renata Cândida, ressalta o aumento da competitividade como principal ganho para o setor.

“Quando as tarifas forem reduzidas ao longo da implementação do acordo, o móvel brasileiro tende a chegar ao comprador europeu com melhor condição de preço e isso abre espaço para aumentar volume, diversificar clientes e, principalmente, vender itens de maior valor agregado”, detalha Renata.

Segundo dados da ApexBrasil e Abimóvel, em 2024 o Brasil exportou US\$ 763,1 milhões em móveis e colchões acabados. Desse total, 83,4% foram móveis prontos, com destaque para móveis de madeira para dormitório (39,2%) e outros móveis de madeira (28,1%).

“Além do componente tarifário, há um conjunto de medidas que favorece especialmente pequenos negócios, como portal público com informações e consulta por código tarifário, manutenção do drawback (incentivo fiscal à exportação) e autocertificação de origem, reduzindo custo e burocracia nas operações”, afirma Renata.

Na União Europeia, os artigos com maior aderência para o Brasil se concentram em móveis de madeira e suas partes. Em termos de competitividade, tende a ganhar espaço no mercado europeu quem trabalhar com madeira certificada (manejo sustentável) e diferenciação por marca e design.

**Fonte: Bahia Econômica**

**Data: 26/02/2026**

#### COPASA TEM AUMENTO DE QUASE 24% NO LUCRO DO 4º TRI

**Por João Paulo - 26/02/2026 10:00**



**Foto: Divulgação**

A companhia de saneamento de Minas Gerais, Copasa (CSMG3), teve lucro líquido de R\$ 337 milhões no quarto trimestre, valor 23,9% superior ao registrado no mesmo período de 2024, segundo balanço divulgado na noite de quarta-feira. A empresa apurou lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado de R\$ 731 milhões, alta de 14,1%. Analistas, em média,

esperavam lucro líquido de R\$353 milhões nos três meses encerrados em dezembro e Ebitda de R\$767 milhões no período, segundo dados da LSEG.

**Fonte: Bahia Econômica**

**Data: 26/02/2026**



### JORNAL O GLOBO – RJ

#### MENDONÇA AUTORIZOU QUEBRA DE SIGILO DE FILHO DE LULA ANTES DE CPI APÓS PEDIDO DA PF

Ao todo, mais de 80 requerimentos foram colocados em votação na comissão e apreciados de uma só vez em bloco

**Por Mariana Muniz — Brasília**



**O ministro André Mendonça, durante sessão do STF — Foto: Gustavo Moreno/STF**

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou em janeiro a quebra de sigilo de Fábio Luís Lula da Silva, o filho mais velho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), após um pedido da Polícia Federal.

A quebra já havia sido autorizada antes que a CPMI do INSS tomasse a mesma decisão. A informação sobre a autorização dada por Mendonça foi publicada pelo site Poder 360 e confirmada pelo GLOBO.

A CPI do INSS aprovou, nesta quinta-feira, um pacote de requerimentos que inclui a quebra de sigilo bancário e fiscal de Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e de Augusto Ferreira Lima, ex-sócio do empresário Daniel Vercaro, do Banco Master.

No caso da CPI, o pedido de quebra de sigilo do filho de Lula — apresentado pelo relator Alfredo Gaspar (União-AL) — foi justificado pela suspeita de que ele teria atuado como sócio oculto de Antônio Camilo Antunes, conhecido como “Careca do INSS”, considerado um dos operadores centrais das fraudes.

Além deles, passaram pedidos de novas convocações e solicitações de informações a órgãos públicos e empresas investigadas. Ao todo, mais de 80 requerimentos foram colocados em votação e, por decisão do colegiado, apreciados de uma só vez em bloco.

Após a aprovação, contudo, iniciou-se uma confusão no colegiado, com protesto de parlamentares governistas pela forma como a votação ocorreu, de forma simbólica — em que os votos de cada um não são computados individualmente. A sessão foi interrompida em seguida.

O presidente da CPI, Carlos Viana (PSD-MG), declarou que quem era contra o pacote de requerimentos teria que se levantar. Ele, então, contou sete parlamentares de um quórum de 31. E anunciou a aprovação dos itens da pauta, que incluía a quebra do sigilo de Fábio Luis, de uma empresária amiga dele, de uma ex-publicitária do PT e do ex-sócio do Banco Master.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 26/02/2026*

## INFORMAÇÕES EXCLUSIVAS SOBRE POLÍTICA, ECONOMIA, NEGÓCIOS, ESPORTE, CULTURA.

Moraes e Toffoli pressionam para que quebra de sigilo da Maridt não seja votada na CPI do Crime Organizado

**Por Lauro Jardim**



**Ministro Dias Toffoli e Alexandre de Moraes em Sessão Plenária no STF — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo**

Sob intensa pressão, a CPI do Crime Organizado no Senado vota logo mais às 9h, em sessão aberta, o pedido de quebra do sigilo fiscal da Maridt, empresa que pertence a Dias Toffoli e dois de seus irmãos, o padre José Carlos e o engenheiro José Eugênio.

A pressão para que o requerimento apresentado no dia 14 pelo senador Alessandro Vieira seja retirado de pauta tem origem no STF. Mais especificamente nos gabinetes de Alexandre de Moraes e, claro, Dias Toffoli.

E por que a quebra de sigilo da Maridt é relevante?

A Maridt vendeu em 2025 sua parte no hoje célebre resort Tayayá. Possuía um terço do negócio. Tinha como sócio o pastor Fabiano Zettel, cunhado e ex-faz-tudo de Daniel Vorcaro.

Há uma série de dúvidas que investigações sobre a Maridt podem esclarecer.

A empresa dos Toffoli prestava serviços de consultoria? Tinha contratos de prestação de serviços com direito a pagamentos mensais por parte de escritórios de advocacia? Há suspeitas de que a resposta é sim para os dois casos. A quem exatamente a Maridt transferia diretamente o dinheiro que recebia por esses trabalhos pode ser, enfim, ser revelado.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 26/02/2026*

## AVANÇO DE FLÁVIO DITA MUDANÇA DE RUMO NA PRÉ-CAMPANHA DE LULA

Entorno do presidente reconhece vacilos deste início do ano e avalia que foi um erro a decisão deixar para confrontar candidato do PL mais perto da campanha

**Por Vera Magalhães**



**Lula, Janja, Alckmin e Dona Lu descem a rampa do Planalto após evento do 8 de Janeiro — Foto: Cristiano Mariz / Agência O Globo**

O desastre do episódio da escola de samba Acadêmicos de Niterói e a consolidação de Flávio Bolsonaro junto ao eleitorado de centro-direita, mais consistente e rápida do que o entorno de Lula esperava, acenderam a famosa luz vermelha no Planalto e no PT. A volta de Lula vai ditar uma aceleração das definições de



campanha e uma mudança de rumos na estratégia que vinha sendo traçada.

É consenso que o desgaste causado pelo enredo do Carnaval junto a evangélicos e conservadores foi grande. Na exumação dos erros, aliados de Lula veem com certo alívio o fato de ter-se evitado que ele, Janja ou ministros desfilassem, o que evidenciaria crime eleitoral, mas o erro político é admitido e creditado ao próprio presidente, que tomou a decisão de ir ao Rio.

A ordem é, com a volta de Lula da Coreia, acelerar as definições da chapa presidencial e dos palanques nos Estados, sobretudo São Paulo e Minas, os mais intrincados e estratégicos. A possibilidade de Geraldo Alckmin perder seu lugar como vice é bem menos ventilada em Brasília que nas elucubrações que dirigentes partidários fazem em conversas com jornalistas. A parceria entre os dois é vista como sólida por quem acompanha o dia a dia do governo, e a aposta é que Lula não fará nada que o vice não queira.

Também a hesitação de Fernando Haddad de aceitar a missão de ser candidato a governador de São Paulo é minimizada no núcleo que pilota mais de perto a estratégia da campanha. O ministro da Fazenda terá de aceitar que vem sendo preparado para ser o sucessor de Lula, e que existe um caminho até lá que inclui ajudar na disputa do presidente no Estado mais decisivo da eleição, a base eleitoral de ambos.

Por fim, há uma avaliação de que foi um erro a ideia de deixar Flávio Bolsonaro correr solto, sem confrontação, enquanto ainda persistia alguma dúvida sobre se Tarcísio de Freitas seria candidato. O raciocínio segundo o qual o filho de Bolsonaro seria mais fácil de derrubar lá na frente, com munição estocada até meados do ano, não levou em conta que ele seria rapidamente aceito pelo eleitorado de direita, o que deve facilitar também sua metabolização pela classe política, facilitando alianças.

"Não existe vácuo, espaço vazio na política, e qualquer candidato que viesse com a chancela de Bolsonaro chegaria logo a 40% num segundo turno", avaliou, em caráter reservado, um auxiliar do presidente nesta segunda-feira.

A decisão, portanto, é começar a "depositar atributos" negativos no pote de Flávio, que até aqui tem jogado sem marcação, desde já, e não só quando a campanha começar para valer.

Por fim, o repique de rejeição de Lula é visto como reversível. O eixo da campanha será mostrar que o presidente estaria "do lado do povo brasileiro", em contraposição ao chamado "andar de cima", no qual estaria o crime organizado instalado em escritórios poderosos do mundo financeiro e também da política.

Nessa linha, a ordem é deixar a Polícia Federal estourar o que houver para aparecer no Caso Master, que não afetaria Lula e seu núcleo mais próximo. Eis uma aposta arriscada: pode implicar no divórcio definitivo com o Centrão e na implosão de pontes com o STF, um ator que foi relevante para enfraquecer o bolsonarismo nos últimos três anos.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 26/02/2026*

## LÍDERES DO GOVERNO E DA OPOSIÇÃO DO SENADO DIVERGEM SOBRE FIM DA ESCALA 6 X 1

**Por Míriam Leitão**

Por conta da eleição, 2026 terá um ano legislativo mais curto, mais intenso e com mais debates. Quais devem ser as pautas do Congresso? Entrevistei o líder da oposição no Senado, o senador Rogério Marinho, do PL do Rio Grande do Norte, e o líder do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues, do PT do Amapá, no meu programa da GloboNews sobre os temas que vão nos mobilizar nos próximos meses. Uma das prioridades do governo será a aprovação do projeto do fim da escala 6x1. Já a oposição diz que é factóide.



**Os senadores Rogério Marinho e Randolfe Rodrigues falaram sobre a prioridade na agenda legislativa em entrevista à Míriam Leitão — Foto: Mariangela Hamu/GloboNews**

### **Senador Randolfe, qual é a prioridade do governo?**

**Randolfe Rodrigues:** A prioridade absoluta do governo é o fim da escala 6x1 e o estabelecimento da escala 5x2. Várias outras nações já avançaram. Junto com isso, a pauta da segurança pública. Inclusive, nessa semana, tivemos um passo importante dado pela Câmara dos Deputados, que foi a aprovação do PL anti-facção. Esse PL foi apresentado pelo governo do presidente Lula, junto com a PEC da Segurança Pública. A PEC da segurança pública, em especial, para que possa ter disponibilizado para a União instrumentos para, junto com os estados, combater o crime organizado. O crime organizado e, em especial, a atuação de facções criminosas, hoje não é um fenômeno só nacional, é um fenômeno transnacional e que a Constituição de 1988, no formato que tinha no capítulo da segurança pública, não respondia.

Essas duas iniciativas são apresentadas pelo governo. Essa semana votamos o PL anti-facção e nós vamos trabalhar para avançar, para aprovar o fim da escala 6x1, estabelecimento da escala 5x2, porque não é aceitável que nós temos hoje no Brasil, duas categorias, dois tipos de trabalhadores. O trabalhador de serviço público, que tem a escala 5x2. O trabalhador celetista, o trabalhador do dia a dia, que é obrigado a trabalhar de segunda a sábado, às vezes de domingo a domingo, conforme as suas circunstâncias. Isso que eu considero que é uma medida de modernização real da legislação trabalhista no Brasil.

### **Senador Rogério Marinho, fique à vontade para falar duas prioridades também.**

**Rogério Marinho:** Acho que a maior prioridade da oposição, e a gente tem feito isso desde o primeiro dia deste governo, é evitar a catástrofe, evitar o desmonte, evitar a dilapidação do que foi construído arduamente ao longo dos últimos seis anos. As principais reformas estruturantes, a desburocratização do Estado, a digitalização do Estado, a retirada do Estado do cangote de quem empreende, de quem produz, de quem gera renda nesse país. Então nós estamos assistindo a uma reversão completa do que foi feito nos seis anos anteriores. E isso se caracteriza pela improvisação, pela forma descuidada com que a política fiscal tem sido gerida neste governo.

Nós estamos aí com a maior taxa de juros dos últimos 19 anos. Quando termina o governo (Bolsonaro) em 2022, a expectativa é que chegássemos ao final de 2025 com uma taxa de 7%, estamos com 15% pontos percentuais, para uma inflação de pouco mais de 4%. São 10 pontos reais de juros. Nunca se ganhou tanto dinheiro aqui sem se fazer nada. O Brasil é o paraíso dos rentistas e o PT que diz que é contra banqueiro, nunca banqueiro ganhou tanto dinheiro no governo do PT, o que é um paradoxo, porque não há estímulo para se produzir.

O governo vem com um combate reativo à questão da segurança pública na contramão do que na verdade ele defende. Nós temos um presidente que considera que o usuário, na verdade, é quem prejudica o traficante, nas palavras do presidente, o traficante é vítima do usuário. Outra crise de sincericídio, de que quem rouba um celular rouba para tomar uma cerveja, então não deveria ser preso, já que é uma vítima do sistema.

Então, o governo lança um projeto de lei sem planejamento, de forma reativa, quando aconteceu aquele desastre no Rio de Janeiro, porque nós temos regiões faccionadas, apartadas do Estado. E na hora em que um governo do Estado toma iniciativa a uma reação popular de apoio e há uma reação do governo tentando se contrapor com uma medida que teve que ser aperfeiçoada pelo Congresso Nacional, que era que hoje é o trabalho do deputado Derrite, que melhorou muito o projeto. Mas o compromisso desse governo com a segurança é uma mera falácia eleitoral.



E a questão do 6x1 é um factóide, é um não debate. A própria legislação já precifica, já dispõe, já disponibiliza a possibilidade que por acordo ou convenção coletiva a flexibilização no jornal do trabalho. Aliás, em 2017, um dos únicos pontos consensuados entre as centrais sindicais, as centrais patronais e o governo que foi a prevalência do negociado sobre o legislar, onde se permite que de acordo com a conveniência, com a circunstância e a especificidade de cada grupo econômico, houvesse essa flexibilidade de jornada de trabalho. E agora o governo pretende implantar um factóide para tratar os desiguais de forma igual.

### **Vocês vão votar contra?**

**Rogério Marinho:** Vamos ver que tipo de projeto vai sair de lá. O que o governo está propondo é colocar novamente uma camisa de força na economia brasileira, tratando desde pequenos produtores, médios produtores, microempresários, a grandes empresários na mesma cesta. Então nós vamos gerar problemas de toda a ordem na nossa economia, encarecer produtos e serviços sobre uma perspectiva eleitoreira, oportunista e absolutamente irresponsável, que é o que caracteriza a sociedade.

**Senador Randolfe, eu queria que você pegasse esse ponto importante que o senador Marinho levantou. Existem custos diferentes para depender do tamanho da empresa. Se é uma pequena empresa, o custo pode ser muito grande, para a grande empresa pode ser fácil de absorver. Vocês já conversaram com o setor produtivo? Estão dispostos a fazer o que em relação ao setor produtivo aos empresários para que essa proposta avance?**

**Randolfe Rodrigues:** Estamos conversando com todos os setores. Mas a argumentação do meu colega Rogério, eu sou historiador, eu encontro um amparo na história: 1888, fim da escravidão, isso vai trazer o cataclisma da economia brasileira. 1942, instituição de salário mínimo, diziam isso hecatombe do modelo econômico. Em 1962, a instituição do 13º, o que que diziam: isso vai quebrar o Brasil.

Então, a argumentação do colega Rogério tem antecedentes históricos e tem um lastro histórico, porque é sempre contrário aos avanços dos direitos dos trabalhadores. E eu acho coerente, inclusive, com a posição de Rogério, que foi relator da reforma trabalhista, que no meu entender precarizou muitos direitos dos trabalhadores na atualidade.

O Rogério também fez uma ponderação aqui de dados econômicos de um outro país. O dólar está fechando essa semana em R\$ 5,14. Nós estamos com a menor média de desemprego da história e com a melhor média de emprego dos últimos anos. A inflação está caindo abaixo do centro da meta. A renda média do trabalhador brasileiro é a melhor dos últimos 15 anos. Vamos lembrar que nós recebemos um governo em que a inflação estava a 10%. Vamos lembrar que nós recebemos um governo em que 14 milhões de brasileiros estavam desempregados. Esses são os dados da economia real. A taxa de juros é em decorrência inclusive da herança deixada pelo governo anterior, das circunstâncias deixadas pelo governo anterior. Acho que é importante colocarmos esse panorama real do que é a economia brasileira hoje porque está sendo desenhado um cataclisma, que foi o cataclisma, e o caos que vocês nos deixaram. Nós estamos quatro anos de reconstrução do país.

**Querida voltar para um ponto importante deste ano, do período legislativo que é a discussão dos penduricalhos. Vocês votarão contra os penduricalhos quando aparecer a proposta? Como é que vocês estão pensando esse assunto dos pagamentos acima do teto do funcionalismo?**

**Rogério Marinho:** Nós nos posicionamos, inclusive, no final do ano passado, por ocasião de votações que ocorreram no Congresso, conclamando os líderes do governo, inclusive o senador Randolfe, o senador Jaques Wagner, para votarmos o fim dos supersalários, os penduricalhos, e fomos olímpicamente ignorados. O governo não vai votar contra essa situação neste momento, poderá até fazer pelo clamor popular, que vai contra a base que o governo tem, que é o corporativismo dos funcionários públicos.



É importante a gente colocar e repor dentro da nossa perspectiva da verdade o que ocorre no Brasil. O gabarito de qualquer atividade econômica é o resultado do crescimento da dívida pública. Esse governo gabaritou de forma negativa todos esses índices. Nós estamos aí com a perspectiva de deixarmos um legado para o Brasil de R\$ 1,5 trilhão de aumento da dívida. Nós recebemos uma dívida com 75% do PIB, entregamos com 71%.

E é bom lembrar que houve uma guerra entre a Ucrânia e a Rússia, que perdura até hoje com a crise de alimentos e energia. O petróleo chegou a US\$ 130 o barril. Houve uma pandemia que só teve um paralelo em cento e tantos anos que foi a gripe espanhola. Houve Brumadinho, houve a maior crise hídrica da história do Brasil em 92 anos, e nós entregamos o Brasil com uma relação de dívida/ PIB menor, um superávit do ponto de vista fiscal. Nós tivemos um período em que mais de R\$ 20 bilhões foram superavitários na estatais. Hoje nós temos uma dívida pública estourando, mais de 12 pontos percentuais e uma herança maldita para o futuro.

A forma como se faz o crescimento novamente é inflada de maneira artificial, sem sustentabilidade. Nós temos hoje um problema muito sério, que são os fundamentos macroeconômicos que estão completamente corroídos. Nós temos um problema de um déficit nominal de um trilhão de reais/ano, em três anos consecutivos. Nós temos 30 novos impostos que foram impostos, desculpe até a redundância à sociedade brasileira. Porque esse é o governo da improvisação do puxadinho, do Frankenstein. Todos os orçamentos que aconteceram até agora foram orçamentos que se subestimou a despesa e superestimou a receita. E ao longo do ano se buscou novas formas de arrecadação penalizando a sociedade brasileira.

O que acontece hoje é que nós temos uma bomba de retardo que vai estourar no colo dos mais pobres. E o PT tem amnésia. Porque de 2002 para cá são 20 anos de PT, 19 anos de PT. Tudo para eles foram os outros que fizeram. Se tem gente com lenha, com cozinhando à lenha, se tem gente com dificuldade de pobreza extrema, se tem gente com problema ligado à saúde pública, à logística...

**Randolfe Rodrigues:** Acho que a amnésia está num lugar distinto. Veja, quem estava cozinhando à lenha era no governo deles. Os brasileiros estavam na fila do osso, no governo deles. O presidente Lula, em 2010, tirou o Brasil do mapa da fome. Eles devolveram o país para o mapa da fome. Nós, com o governo do presidente Lula, voltamos a tirar os brasileiros do mapa da fome, segundo a Organização das Nações Unidas.

O parâmetro da economia, talvez a gente tenha referências distintas. O meu parâmetro da economia é caminhar até aqui a rodoviária do plano piloto e ver o que é que está sentindo o trabalhador concreto, o trabalhador real. É caminhar pelas ruas da Amapá e ver se as pessoas têm programas como Gás do Povo, se programas sociais que garantem para milhões de brasileiros que consomem até 80 quilowatts de energia e estão funcionando, se o nível de emprego está no melhor período da década. O meu parâmetro real é o que está sentindo o povo brasileiro eu acho que esse parâmetro deve ser tirado. É só vocês compararem qual é o país que nós temos.

**Quanto aos penduricalhos, quantas vezes o ministro Haddad, o ministro da economia desse governo, já disse que uma das prioridades do governo era acabar com os supersalários, inclusive apresentou a proposta nesse sentido?**

**Rogério Marinho:** Que não foi votada, apesar de ter maioria no governo não foi votada. Eu estava no parlamento, pedi pra vocês.

**Randolfe Rodrigues:** Você está muito equivocado, vamos recuperar os debates na Comissão de Constituição e Justiça, porque nós sempre defendemos que a primeira das reformas administrativas era o fim dos supersalários. O ministro que tomou a decisão de uma canetada foi o ministro indicado pelo presidente Lula, que vocês votaram contra ele, o ministro Flávio Dino, que tomou a decisão histórica de pôr fim aos penduricalhos no país.

**Já que vocês estão em campanha, vou perguntar uma coisa de campanha, que é o seguinte. O senhor vai ser líder da campanha do senador Flávio Bolsonaro, coordenador, uma questão**



**importante, nós estamos vivendo uma tragédia climática novamente. O governo Bolsonaro e a direita têm sido, em geral, negacionistas do ponto de vista climático. E eu quero saber como é que vocês vão conduzir esse tema. E depois eu também quero conversar sobre mudança climática e combate real aos efeitos da mudança climática no governo.**

**Rogério Marinho:** Só um reparo aqui, quem falou de Fila do Osso foi o Lindbergh que faria agora na discussão lá no Câmara, que gente tem 12 milhões de brasileiros na Fila do Osso, não cozinhando à gás (acho que ele queria dizer à lenha). Então, isso no governo do PT. Então, certamente ele deve saber porquê.

É evidente que essa questão climática carrega um tom que deve ser despido da emoção e nós nos debruçarmos sobre a razão. Qualquer país do mundo tem que ter seriedade, nós denominamos desenvolvimento sustentável. Se você pegar os Estados Unidos, se você pegar o Canadá, se você pegar países importantes do mundo, eles, por exemplo, trabalham em terras indígenas pagando royalties aos seus habitantes para permitir a passagem de linhas de transmissão, de ferrovias, de mineração até de agricultura sustentável.

**Eu quero saber se vocês vão defender que a mudança climática não existe, como foi feito no governo Bolsonaro?**

**Rogério Marinho:** Estou falando justamente do meio ambiente, eu estou falando da maneira como você vai lidar com o país das dimensões do Brasil que tem, por exemplo, quase 1,2 milhão de quilômetros quadrados em terras indígenas e quilombolas, que ontem, inclusive você deve ter visto há dois dias atrás o governo recua na questão das hidrovias em função da violência perpetrada por grupos ligados a ONGs e ligados ao PT, que foram lá e depredaram propriedades privadas. Fizeram manifestações contra um decreto do próprio governo que permitia a navegação por hidrovia, que todos nós sabemos que é o que menos polui. Se você trabalha numa hidrovia, é muito menos poluente do que você trabalhar, por exemplo, numa ferrovia, você trabalhar numa rodovia, você trabalha por via aérea. Então essa dicotomia, essa dificuldade que o PT tem de conviver com o que eu chamo de domínio sustentável, isso tem que ser enfrentado. Isso pelo bem do Brasil.

Outra questão de haver ou não haver mudanças climáticas, elas ocorrem de forma pontual ou sistêmica, depende de que tipo de situação a gente está falando. Aqui não há negacionismo de que há mudança climática no mundo que nem o país.

**Como os cientistas dizem, provocado pelo excesso de emissão de gás de efeito estufa, vocês aceitam esse princípio básico da ciência? De que é provocado pelo ser humano, pela maneira como se produz.**

**Rogério Marinho:** As mudanças climáticas no mundo existem desde sempre, ou provocadas pelo homem ou pela natureza, são questões cíclicas e específicas.

**Então, vão continuar negando a mudança...**

**Rogério Marinho:** É porque você é cartesiana, você quer sim ou não. Essa é uma zona cinzenta.

**Desculpe, não é verdade. Os cientistas já eliminaram. Não é uma zona cinzenta.**

**Randolfe Rodrigues:** Está claramente a nossa distinção aqui. Nós reconhecemos que o mundo vive uma crise climática e ima crise climática gerada pela espécie humana. A espécie humana é a única espécie em toda a existência do planeta que introduziu uma era chamada Antropoceno, na qual ela própria é capaz de realizar mudanças no planeta. Essa crise existe e essa crise tem que ser combatida.

Nós temos provas concretas das ações desse governo, a partir desse reconhecimento, do que tem feito. Nós reduzimos o desmatamento na Amazônia e nós reconhecemos que o país tem que ter medidas que apoiem o seu desenvolvimento, mas que tem que ter respeito ao meio ambiente como



princípio. O Ministério do Meio Ambiente foi restaurado, foi colocado no Ministério do Meio Ambiente um ícone global, que é a ministra Marina Silva. É possível equalizar desenvolvimento econômico e meio ambiente na prática.

Como desenvolvimento sustentável, a nossa posição não tem muita familiaridade. Nós o exercemos, nós o executamos, nós realizamos, nós conseguimos fazer desenvolvimento, conseguimos fazer a economia do país caminhar, tanto é que nós temos 2, 3 anos de PIB positivo, de 2%, 3%. A média do PIB do governo deles foi negativa de crescimento econômico. Então é possível equalizar crescimento econômico com preservação do meio ambiente, com defesa. E isso fizemos concretamente com a redução do desmatamento na Floresta Amazônica.

É possível fazer redução dos desmatamento na floresta amazônica compreendendo que a Amazônia não é somente um bioma de árvores. A Amazônia tem, concretamente, quase 30 milhões de pessoas morando lá.

**Não é uma contradição o fato de que você apoiou, parte do seu partido, o aumento da produção de petróleo na Amazônia, levando-se em conta que a emissão de gás de efeito estufa, como você aceita o princípio científico, a emissão de gás de efeito estufa do petróleo é a principal causa?**

**Randolfe Rodrigues:** Não é uma contradição porque eu acho que esse é o conceito de desenvolvimento sustentável. Nós temos que reconhecer que nós vivemos um processo de aquecimento global e nós temos que tomar medidas em relação a isso, mas também temos que reconhecer que em 2033 todas as nossas reservas de petróleo estarão em fase de se esgotar e é preciso encontrar novas reservas. E não é petróleo na Amazônia pela primeira vez. Urucum existe lá há muito tempo. E não é exploração e pesquisa de petróleo na Foz do Rio Amazonas. É a pelo menos 500 quilômetros da Foz do Rio Amazonas. Com todos os cuidados ambientais necessários. Passando por um protocolo de quase três anos para que a autorização ocorresse.

**Mas já teve problema agora.**

**Randolfe Rodrigues:** Foi suspenso, talvez em tempos anteriores que eles governaram, não tivesse sido tomada essa medida de suspensão. Ou seja, é possível ter desenvolvimento econômico, um reconhecimento...

**Vocês são a favor da CPI do Banco Master? A CPI é o melhor caminho para lidar com a questão do escândalo do Banco Master?**

**Randolfe Rodrigues:** Todos os caminhos para investigar nós apoiamos. É importante dizer que foi Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central indicado por Jair Bolsonaro, que não interveio no Banco Master. É importante dizer que o Banco Master teve um nome anterior Banco Máxima. Em 2016, 2017, do nada, um banco, que era uma espécie de sub banco, que não tinha peso nenhum na economia brasileira, na escala financeira nacional, começou a crescer. Sob as égides do governo Bolsonaro, esse banco faz acordo.

Sabe aqueles ACTs do INSS, que são a raiz da fraude do INSS? Pois bem, um desses ACTs foi feito com o Banco Máxima. O senhor Vercaro, principal acionista do Banco Master, ele teve os favores, foi durante o governo de Jair Bolsonaro com o ministro Paulo Guedes, e teve os favores de não ter intervenção no banco durante a gestão de Roberto Campos Neto. Isso é dito por mim? Não, isso é dito pelo próprio Roberto Campos Neto. E é dito pelas investigações que tem até agora que não ocorreu a intervenção quando deveria ter ocorrido.

Essa investigação veio a lume agora. A intervenção ocorreu no Banco Central indicado pelo governo do presidente Lula. Com a independência e autonomia que o Banco Central. A investigação ocorreu com a Polícia Federal neste governo. As medidas de preservação, todas as medidas de investigação nós apoiamos. Inclusive se tiver que ter uma comissão de inquérito.



Agora tem que, em primeiro lugar, apoiar o Banco Central e apoiar a Polícia Federal. O Banco Central, esse rapaz, Gabriel Galípolo, apanhou para danar, inclusive, com pagamento de influencers, por conta dele estar cumprindo o papel dele. Então, primeiro, temos que apoiar o Banco Central, apoiar a Polícia Federal. Se tiver que ter investigação no Congresso Nacional, todo tipo de investigação por nós será apoiado.

**Rogério Marinho:** Primeiro, a maior crise que nós temos no Brasil, do ponto de vista ambiental, é o saneamento básico. E nós fizemos o marco de saneamento contra a vontade do PT, que votou contra. E no início o governo tentou refazer o que foi feito anteriormente. Quer dizer, falta de esgotamento sanitário em boa parte das cidades e das residências brasileiras. Então, desenvolvimento sustentável é isso. É tentar dar uma condição de vida propícia à sociedade, ao mesmo tempo não impedir desenvolvimento econômico, com esse *xiitismo*, com essa visão bizarra que existe no Brasil, na contramão do que existe no mundo. A própria França que nos impõe essa situação estava explorando petróleo na Guiana. E aqui a gente fica cheio de dedos com a Marina brigando com o Randolpe, do mesmo partido, e com dificuldade de se explicarem publicamente das suas promessas.

### **Mas no governo Bolsonaro não foi aprovada a licença?**

**Rogério Marinho:** No governo Bolsonaro iniciaram-se os processos que deveriam estar maduros no governo atual, que foram parados, paralisados pela doutora Marina Silva.

Em relação à questão do Banco Master, é até engraçado a gente ouvir as narrativas que estão caindo por terra uma a uma. O Banco Master, 50% do funding do Banco Master, da estrutura financeira do Banco Master, começa na Bahia, no PT também. Existia uma estatal lá, a tal da Ebal, que vendia alimentos para a população, e o PT que gosta tanto de estatal, vendeu uma estatal, privatizou uma estatal. Um negócio esquisito para o PT fazer, vendeu a um cidadão chamado Augusto Lima por R\$ 15 milhões.

Duas semanas depois, esse cidadão vende essa participação dele, 50% da participação por R\$ 30 milhões, que negócio da China, e fica com 50% da participação. Ao mesmo tempo, o senhor Rui Costa, que hoje é chefe da Casa Civil do governo do PT, edita um decreto e determina que aquela entidade passa a ter com exclusividade 30% de consignado para um conjunto dos funcionários da Bahia. Isso cresce exponencialmente de tal forma que ao longo da vida o Mantega, que quebrou o país quando era ministro do PT, um cara muito bem reconhecido economicamente, tem um pedido feito pelo líder do governo, o líder do PT na Câmara, para ser funcionário do Banco Master ganhando um milhão de reais por mês. Esse banco estava muito bem para pagar um milhão o ex-ministro para ser o lobbyista e o ministro da Justiça levando R\$ 250 mil de assessoria pelo pedido da mesma pessoa.

O Galípolo, diretor de Política Monetária do Banco Central, participa fora de agenda em quatro reuniões com o presidente da república e esse lobista, Guido Mantega e o ministro Rui Costa, com o presidente da República, com esse Vorcaro que ele está execrando, que está falando mal, mas aparece que era muito amigo do presidente Lula.

E essas reuniões tinham que ser muito bem explicadas, porque depois, quando aconteceu essa liquidação, foi um ano depois que o cidadão chamado Galípolo assume. Então, tudo é culpa do passado. Parece que o PT não tem relação com nada do que está acontecendo. Tem para ser discórdia de uma hora e uma hora para trás, o retrovisor é muito maior do que o parabrisa.

Nós assinamos a CPI da Câmara, nós assinamos a CPI do Senado, nós assinamos a CPI, a exemplo do que fizemos no INSS quando o PT não assinou nenhum desses documentos. O PT faz um discurso e a prática fala diferente. A CPI do INSS tem blindado as investigações, tem impedido que nós cheguemos ao âmago da questão.

A sorte é que o Judiciário está fazendo a sua parte, já tem mais de uma dezena de presos. Acabou a seletividade da investigação e eu não tenho dúvida que em breve essa situação também vai ser

aviscerada. Então o PT do Petrolão, do Mensalão, do Aposentão, agora vai ser a Master esquerda do Banco Master brevemente.

**Randolfe Rodrigues:** Só para lembrar uma coisa, não foi para a campanha do Lula que o Banco Master, o senhor Vorcaro e o sócio dele fizeram contribuições de campanha de R\$ 2 milhões, R\$ 3 milhões, foi para Jair Bolsonaro e Tarcísio de Freitas. As relações íntimas, nós não estamos fazendo aqui narrativa não, estamos contando fatos. Isso aí são fatos alicerçados. O Augusto que ele fala é casado hoje com a ex-ministra do governo Bolsonaro. E essas relações foram empreendidas e construídas durante o passado. O Galípolo que ele reclama é o Galípolo que com o Banco Central interveio no Banco do Banco Master.

**Ele está dizendo que ele assinaram a CPI...**

**Randolfe Rodrigues:** Nós também assinamos. Nós também estamos. Nós não temos vedação a nenhum tipo de investigação, mesmo porque as primeiras das investigações, as investigações só ocorreram neste governo. A intervenção só ocorreu neste governo. O INSS, eles têm que dizer por que não querem quebrar o sigilo da sócia de Flávio Bolsonaro, que tem relações com o careca do INSS, porque eles não querem aprovar esse requerimento.

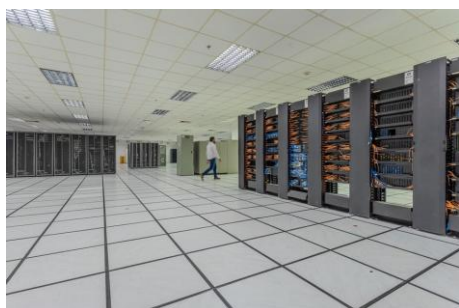
**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 26/02/2026**

## GOVERNO BUSCA SAÍDA JURÍDICA PARA REEDITAR PROGRAMA DE DATA CENTERS E CONTORNAR PROIBIÇÃO DE INCENTIVOS EM ANO ELEITORAL

Projeto foi ignorado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que não pautou a proposta na sessão desta quarta

**Por Bernardo Lima — Brasília**



**Data center em São Bernardo do Campo (SP) — Foto: Edilson Dantas / O Globo/24/01/2025**

Após a frustração com o fim da vigência do incentivo fiscal para data centers, o governo tenta encontrar um caminho jurídico para desenterrar o programa batizado de Redata. A medida provisória (MP) que estabelecia o regime especial para o setor caducou nesta quarta, e o projeto alternativo não foi votado no Senado a tempo.

O projeto foi ignorado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que não pautou a proposta na sessão desta quarta-feira. Com uma desarticulação do governo no Plenário, o incentivo precisava ser votado ainda ontem para não perder sua validade. Agora, o Redata corre risco de não parar em pé, já que o programa prevê incentivos apenas neste ano.

Além disso, na avaliação de técnicos da Fazenda e do setor privado, o projeto de lei que havia sido aprovado na Câmara nesta quarta tinha problemas jurídicos, pois a legislação proíbe que sejam concedidos incentivos fiscais em ano de eleição. A MP possibilitava isso por ter sido publicada ainda no ano passado, mas uma nova MP ou projeto prevendo o Redata seriam ilegais neste ano.

No Congresso, se ventila a possibilidade de criar uma comissão mista e modular os efeitos da medida provisória. No entanto, ainda não se sabe se esse caminho resolve a proibição de incentivos em medidas editadas neste ano.

Com o impasse, técnicos do governo tentam achar um caminho legal para que o incentivo seja validado ainda neste ano, seja via MP ou projeto de lei.



A colunista do GLOBO Vera Magalhães informou que Alcolumbre deixou caducar a MP do Redata para mandar um recado de insatisfação diante das ações da Polícia Federal nas investigações tanto do caso Master quanto de aplicação de recursos de emendas parlamentares.

A medida que estabelecia o Redata foi publicada em setembro do ano passado. Desde então sua avaliação travou no Congresso Nacional, que nunca instalou uma comissão para votar a MP.

Diante da resistência de parlamentares e da falta de consenso sobre o conteúdo da MP, a base governista decidiu enviar o assunto por meio de projeto de lei e deixar a medida provisória perder a validade. Com a pressa pela aprovação, o texto tramitou em regime de urgência na Câmara, e foi aprovado nesta quarta.

Na noite de ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que conversaria com Alcolumbre, e com o presidente da Câmara, Hugo Motta, sobre o tema.

— Se o Congresso quiser, nós vamos encontrar um caminho de reestabelecer, mas, enfim, precisa ter uma vontade política do Senado em apreciar a matéria — disse Haddad. — Não é um caminho jurídico simples. Mas nós temos uma equipe que vai trabalhar o assunto. Já falei com alguns senadores, expliquei a delicadeza do tema.

### **O que é o Redata**

O Redata antecipa VA benefícios tributários que só entrariam plenamente em vigor com a reforma tributária a partir de 2027. Pelo projeto, empresas do setor poderiam contar com suspensão e posterior redução a alíquota zero de tributos como IPI, PIS/Pasep e Cofins na aquisição e importação de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação destinados à instalação ou ampliação de data centers, além de redução do imposto de importação quando não houver produção nacional equivalente.

O regime foi desenhado para ser destinado a empresas que implementarem projetos de instalação ou expansão de centros de processamento de dados no país, incluindo infraestrutura voltada à computação em nuvem, processamento de alto desempenho e treinamento de modelos de inteligência artificial.

Como contrapartida, o texto estabeleceu que ao menos 10% do fornecimento efetivo de processamento e armazenamento de dados deveria ser destinado ao mercado interno ou cedido ao poder público e instituições de pesquisa para políticas digitais e inovação. Alternativamente, as empresas poderiam ampliar investimentos em pesquisa e desenvolvimento no país.

Representantes do setor vinham alertando desde o final do ano passado sobre o risco de que a não aprovação dos incentivos travasse investimentos em infraestrutura digital no país. Segundo estimativas citadas durante a tramitação, decisões de instalação de data centers são de longo prazo e, uma vez feitas em outros países, dificilmente são revertidas.

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 26/02/2026**

## **COM PREVISÃO DE R\$ 226 MILHÕES DE INVESTIMENTOS, GOVERNO LEILOA TERMINAIS PORTUÁRIOS DE SANTANA, PORTO ALEGRE E NATAL**

CS Infra vai administrar terminal no Porto de Santana (AP), enquanto Consórcio Portos do Sul e Fomento do Brasil Mineração levaram outros terminais

**Por Hyndara Freitas — São Paulo**

A CS Infra venceu o leilão para administrar um terminal no Porto de Santana, no Amapá, com um lance de apenas R\$ 2. Nesta quinta-feira (26), o Ministério de Portos e Aeroportos e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizaram na B3 a primeira rodada de concessão de

terminais portuários de 2026, com o leilão de terminais em três estados diferentes, que ao todo somam R\$ 226 milhões de investimentos. A arrecadação neste leilão foi de pouco mais de R\$ 60 mil.

Motta defende participação do Executivo em solução para penduricalhos: 'Ninguém vai fazer para depois governo vetar'



**Porto de Santana, no Amapá, foi um dos leiloados em primeiro bloco de leilões de terminais portuários de 2026 — Foto: Divulgação/Prefeitura de Santana**

O terminal MCP01, do Porto de Santana, é voltado à movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais, incluindo grãos e cavaco de madeira, e a concessão prevê um investimento de R\$ 150,2 milhões ao longo de 25 anos de contrato. Participaram da concessão as empresas e venceu aquela que ofereceu o maior valor de outorga para o arrendamento do terminal.

Também foi leiloado um terminal no Porto de Natal, no Rio Grande do Norte, que é usado sobretudo para o escoamento de minério de ferro. A Fomento do Brasil Mineração LTDA venceu a licitação, com uma proposta de R\$ 50 mil, e terá de investir R\$ 55,17 milhões durante 15 anos da concessão.

Já na região Sul, o Consórcio Portos do Sul, formado pelas empresas Soluções Inteligentes Operadores Portuários Ltda e Simetria Transportes e Armazéns Gerais Ltda, ganhou o leilão para administrar um terminal no Porto Organizado de Porto Alegre (RS), de onde entram e saem grãos sólidos, com uma proposta de R\$ 10 mil. Como foi a única proposta, não houve competição. A empresa terá de investir R\$ 21,13 milhões, e a concessão tem prazo de 10 anos.

O leilão desta quinta foi precedido por brigas judiciais e revisões nos projetos. Inicialmente, o governo estudava conceder também um terminal portuário focado em transporte de passageiros em Recife (PE), mas a autoridade portuária pediu a revisão da licitação. Já o leilão do Porto de Santana ficou ameaçado por um imbróglio jurídico: a empresa Rocha Grãos entrou na Justiça Federal contra a concessão, e o pedido foi atendido pela 4ª Vara Federal do Distrito Federal. Na noite desta quarta (25), porém, o governo conseguiu reverter a decisão e o leilão foi mantido.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou que em 2026 espera fazer 18 leilões de terminais portuários.

— A gente está tendo um olhar para o desenvolvimento regional. Nós temos que olhar para o Amapá, Amazonas, temos que olhar para a região Norte e Nordeste do país, temos que potencializar ainda mais o Rio Grande do Sul para ser um eixo da integração regional, e tudo isso vai se revelando em grandes leilões que têm resultado para o Brasil. A pauta produtiva é da direita, da esquerda, de centro, é do povo brasileiro. Quem defende o trabalhador é quem gera emprego, e quem gera emprego é o setor produtivo do país — falou.

**Fonte: O Globo - RJ**  
**Data: 26/02/2026**

## **LULA PARTICIPOU DE REUNIÃO COM DONOS DA RAÍZEN E OUTROS EXECUTIVOS PARA DISCUTIR CRISE DA EMPRESA, DIZ AGÊNCIA**

Envolvimento do presidente ressalta a preocupação do governo com a situação financeira delicada da gigante de açúcar e etanol, em um momento político sensível

**Por Rachel Gamarski, Cristiane Lucchesi e Martha Beck, Em Bloomberg**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou de uma reunião com executivos de empresas envolvidas nas negociações para reerguer a Raízen, produtora de açúcar e etanol que enfrenta

difficultades financeiras, sinalizando sua preocupação com as consequências caso não haja um acordo para melhorar a situação da companhia.



***Raízen é uma das maiores produtoras mundiais de açúcar e etanol e uma peça-chave no setor de biocombustíveis do Brasil — Foto: Victor Moriama/Bloomberg***

Entre os executivos presentes na reunião com Lula estavam representantes das duas acionistas principais da Raízen, Cosan e Shell, além de representantes do Banco BTG Pactual, segundo fontes. Também participaram do encontro a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, disseram as fontes.

A reunião foi realizada em Brasília, antes do Carnaval e da viagem de Lula à Ásia, em 18 de fevereiro. Dias depois, a Raízen solicitou formalmente apoio financeiro de seus principais acionistas após mais um trimestre desastroso, e as negociações se intensificaram sobre como resolver os problemas de alavancagem e liquidez da empresa.

Cosan, Shell, Raízen, BNDES, Haddad e o Ministério da Fazenda não quiseram fazer comentários. O BTG e a Presidência da República tampouco se manifestaram.

Em comunicado, a presidente da Petrobras disse que não participou de reunião para discutir a Raízen.

### **Crescente preocupação**

O envolvimento de Lula ressalta a crescente preocupação dentro do governo com a situação financeira delicada da Raízen em um momento político sensível. Lula busca fortalecer a confiança dos investidores e o crescimento econômico em meio à sua campanha de reeleição.

A Raízen é uma das maiores produtoras mundiais de açúcar e etanol e uma peça-chave no setor de biocombustíveis do Brasil, uma indústria central para a agenda de transição energética de Lula.

Na reunião, um dos tópicos discutidos foi a possibilidade de venda de alguns ativos estratégicos da Raízen para a Petrobras, segundo uma das fontes. No entanto, a parceria não avançou, visto que propostas alternativas de acionistas da Raízen estão sendo elaboradas.

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 26/02/2026**

## **PETRÓLEO COMPENSA TARIFAÇO, E RIO CRESCE 9% EM COMÉRCIO EXTERIOR EM 2025**

**Por Rennan Setti**



***Vista de cima da Plataforma P-51, no Campo Marlim Sul, na Bacia de Campos, a 175 km de Macaé — Foto: Elcio Braga/Agência O Globo***

A corrente de comércio internacional — soma de exportações e importações — do Rio atingiu US\$ 80,2 bilhões no ano passado, um avanço de 9%, segundo dados da Firjan, que reúne a indústria local. O crescimento se deu a despeito do tarifaço

imposto por Donald Trump e graças ao desempenho do setor, que teve ano recorde.

Em 2025, o Rio teve saldo comercial de US\$ 15,9 bilhões, resultado de exportações de US\$ 48,1 bilhões e importações de US\$ 32,2 bilhões. As cifras também são recordes na série histórica. Com

embarques que somaram US\$ 37,9 bilhões, o segmento de petróleo e gás respondeu por 79% das vendas internacionais do estado e cresceu 4% no ano.

Com US\$ 17,0 bilhões, a China foi o principal destino do petróleo do Rio, concentrando 45% das vendas. Mas houve quedas nos embarques para dois dos três principais mercados: EUA e Espanha.

### Máquinas

De acordo com a Firjan, a expansão da corrente de comércio do Rio superou a média nacional, cujo crescimento ficou em 5%.

— Isso reforça a importância da atuação internacional das empresas como alternativa nestes momentos de instabilidade — diz o presidente da Firjan, Luiz César Caetano. Ele pondera que será fundamental analisar detalhadamente os prazos para a retirada das tarifas de 40% e 10% sobre produtos brasileiros e a substituição pela nova tarifa global de 15%, anunciada no sábado pelo presidente Donald Trump.

Além do petróleo, houve aumento de 53% nas exportações de máquinas e equipamentos (US\$ 1,3 bilhão), puxadas por salto de 106% nas vendas de torneiras, válvulas e dispositivos semelhantes (US\$ 456 milhões). Também houve elevação de 80% nas exportações de automóveis de passageiros (US\$ 532 milhões), com a Argentina como destaque entre os destinos.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 26/02/2026*

## RUBIO AFIRMA QUE EUA E CHINA ALCANÇARAM 'ESTABILIDADE ESTRATÉGICA' EM SEU RELACIONAMENTO

Presidente Donald Trump tem viagem marcada para a China em 31 de março

**Por AFP**



**O secretário de Estado americano, Marco Rubio — Foto: Alex Brandon/AFP**

Washington e Pequim alcançaram "estabilidade estratégica" em seu longo e conturbado relacionamento, afirmou o secretário de Estado americano, Marco Rubio, na quarta-feira, antes da visita do presidente Donald Trump à China.

- Acho que pelo menos atingimos um ponto de certa estabilidade estratégica no relacionamento - disse Rubio a repórteres durante uma visita à nação caribenha de São Cristóvão e Névis.

Rubio é conhecido há muito tempo por sua postura linha-dura em relação à China. Tanto ele quanto Trump frequentemente se referem à potência asiática como um adversário que deve ser combatido globalmente.

- Acho que ambos os países concluíram que uma guerra comercial global total entre os Estados Unidos e a China seria profundamente prejudicial para ambos os lados e para o mundo - acrescentou o secretário de Estado.

Rubio prometeu continuar pressionando a China a negociar um acordo nuclear trilateral com os Estados Unidos e a Rússia.

Trump tem viagem marcada para a China de 31 de março a 2 de abril para sua primeira visita ao país asiático durante seu segundo mandato.

Rubio indicou que esperava viajar com Trump, para quem também atua como conselheiro de segurança nacional.

O secretário de Estado participou nessa quarta-feira de uma cúpula de chefes de governo da Comunidade do Caribe (CARICOM) em São Cristóvão e Névis para discutir as situações em Cuba e na Venezuela.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 26/02/2026*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### **SUPERMERCADOS TENDEM A REPASSAR CUSTOS AOS CONSUMIDORES COM FIM DA ESCALA 6X1, DIZ ENTIDADE**

Segundo Marcio Milan, vice-presidente da Abras, impacto no setor será grande se houver decisão 'sem um amplo debate'

**Por Júlia Pestana (Broadcast)**

O vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Marcio Milan, afirmou que uma eventual mudança na escala de trabalho 6x1 pode gerar aumento de custos no setor, caso a decisão seja tomada sem um debate amplo com os elos da cadeia.

Segundo ele, o tema vem sendo acompanhado desde o fim de 2024 e já motivou estudos internos e testes operacionais por parte de algumas empresas. "Se houver uma decisão sem um amplo debate, isso poderá ter um grande impacto. O supermercado não é formador de preço; se houver aumento de custo, ele tende a repassar", afirmou.



**Supermercados iniciaram projetos-piloto para avaliar os impactos de uma eventual adoção do modelo 5x2 Foto: zhaojiankang/Adobe Stock**

Milan destacou que algumas redes iniciaram projetos-piloto para avaliar os impactos de uma eventual adoção do modelo 5x2, alternativa em discussão no Congresso. "Estamos antecipando essa discussão e vendo como a operação do supermercado ficaria no dia a dia, inclusive avaliando a necessidade de novas contratações e os possíveis efeitos sobre os custos", disse.

A discussão ganhou tração no Congresso. Também nesta quinta-feira, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), voltou a defender a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que propõe o fim da escala 6x1 e afirmou considerar "muito viável" sua aprovação no plenário da Casa, com quórum constitucional.

Motta disse que os parlamentares não podem legislar apenas para uma "pequena elite" e defendeu que a tramitação seja conduzida com responsabilidade e ouvindo os setores impactados.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 26/02/2026*

#### **GOVERNO DEVE ARRECADAR ATÉ R\$ 20 BILHÕES A MAIS COM ALTA DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO**

Análise da Instituição Fiscal Independente (IFI) aponta que governo tem se esforçado para ampliar arrecadação com aumentos pontuais de impostos desde 2023

**Por Mateus Maia (Broadcast)**

BRASÍLIA - O aumento no Imposto de Importação para bens de capital e de informática e telecomunicações pode gerar uma arrecadação de R\$ 14 bilhões a R\$ 20 bilhões, segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI). A análise consta no Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de fevereiro, divulgado nesta quinta-feira, 26.

“A expectativa é de uma arrecadação adicional entre R\$ 14 bilhões e R\$ 20 bilhões, em 2026. São mais de mil e duzentos produtos (veja a lista aqui) que tiveram suas tarifas majoradas, incluindo máquinas, componentes eletrônicos, computadores, celulares, roteadores, servidores, equipamentos médicos, equipamentos agrícolas e de construção, entre outros”, escreve a IFI.

Segundo o documento, o governo tem feito um esforço para ampliação da arrecadação com aumentos pontuais de impostos desde 2023 para enfrentar o “estrangulamento fiscal”.



***Efeito industrializante de medidas protecionistas, via tarifas de importação, é ponto controverso na literatura especializada, segundo o IFI Foto: Tiago Queiroz/Estadão***

Apesar de o relatório citar que a justificativa oficial de integrantes do governo para o aumento do imposto é uma política protecionista da indústria nacional, questiona que os efeitos industrializadores são demorados, enquanto a arrecadação é imediata.

“Ocorre que o efeito arrecadatório é imediato, já a substituição de produtos e insumos importados por produção nacional, se ocorrer, se dará a médio e longo prazos”, continua.

A IFI aponta que os porta-vozes do governo minimizam esse efeito arrecadatório da medida, mas diz que os impactos positivos de medidas protecionistas na indústria nacional são controverso.

“O efeito industrializante de medidas protecionistas, via tarifas de importação, ao longo da história econômica brasileira, é ponto controverso na literatura especializada e contradita evidências empíricas recentes, como os resultados iniciais do tarifaço adotado pelo governo do presidente Donald Trump alcançados pela economia americana”, completa.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 26/02/2026**

## URUGUAI E ARGENTINA SÃO OS PRIMEIROS PAÍSES A RATIFICAR ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

Brasil ainda vai editar um decreto com salvaguardas para proteção do mercado interno antes de votação no Senado

**Por Felipe Frazão**

BRASÍLIA - O Uruguai se tornou nesta quinta-feira, 26, o primeiro país do Mercosul a ratificar o acordo de livre comércio com a União Europeia, após aprovação do tratado por completo no Poder Legislativo. A Argentina foi o segundo, com aprovação pelos senadores em Buenos Aires.

A Câmara de Deputados uruguaia deu aval ao acordo, por 91 votos favoráveis e 2 contrários, em votação realizada em Montevideu. O acordo já havia sido aprovado na véspera pelo Senado do Uruguai de maneira unânime.

O governo de Yamandú Orsi deve promulgar o acordo de forma breve. O chanceler Mario Lubetkin acompanhou da galeria a votação parlamentar em Montevideu.

“Isto não é um mero exercício esportivo para ver quem chega primeiro. É para demonstrar que um país, quando tem a firme convicção das oportunidades, vantagens e benefícios que se abrem a partir da aprovação desse acordo, seu sistema político não duvida, não questiona coisas desnecessárias, não age com mesquinharia, age com a altura merecida. O Uruguai deu um forte sinal à América, ao Mercosul e à Europa. Esperamos 25 anos e não estamos dispostos a esperar nem um segundo mais”, disse o deputado Juan Martín Rodríguez, do Partido Nacional.



### ***Câmara de Deputados do Uruguai aprova acordo Mercosul-União Europeia Foto: Reprodução/Câmara de Representantes Uruguay***

Em Buenos Aires, o acordo comercial provisório recebeu o aval dos deputados no dia 12 de fevereiro. O acordo recebeu 203 votos favoráveis, 42 contrários e 4 abstenções.

Nesta quinta, os senadores aprovaram a proposta, com apoio da base do governo Javier Milei. Foram 69 votos a favor e 3 contra. A liderança governista pedia votação unânime, para mandar um recado ao bloco europeu.

O chefe de Gabinete de Ministros e ex-porta-voz do presidente Javier Milei classificou a aprovação como um feito “histórico”. “A Argentina escolheu integrar-se ao mundo e os argentinos poderão exportar seus produtos a um mercado de 450 milhões de pessoas. Isolados éramos fracos, integrados voltamos a ser grandes”, reagiu Manuel Adorni.

Assim, faltará apenas a votação ser concluída no Brasil, com votação no Senado, e no Paraguai para que o acordo esteja pronto para entrar em vigor em todos os países sul-americanos que o assinaram.

### **Salvaguardas**

O Brasil, antes de levar o texto à votação no Senado, decidiu editar um decreto presidencial elaborado para contemplar setores do agronegócio que se insurgiram contra as salvaguardas à importação, criadas na Europa, e que podem suspender as tarifas preferenciais a uma lista de produtos sensíveis. O teor deve ser revelado nos próximos dias.

Nesta quinta, o Assessor Especial da Presidência, Celso Amorim, defendeu que se os europeus extrapolarem na aplicação de salvaguardas o Brasil responda com “reciprocidade”.

O acordo pode entrar em vigor bilateralmente, entre um país do Mercosul isoladamente e o bloco europeu, caso a Comissão Europeia também decida pela vigência provisória, uma prerrogativa que ainda não foi aplicada.

Acelerar o processo de análise e votação nos legislativos nacionais dos países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) foi uma tática para lançar pressão sobre a União Europeia, onde o procedimento se travou.

Embaixadores brasileiros e europeus, ouvidos pelo Estadão sob anonimato nos últimos dias, concordam que uma ratificação célere nos países da região contribui para que o mesmo ocorra na Europa - mas, como o acordo foi questionado judicialmente, o efeito político seria que ele fosse aplicado de forma provisória imediatamente.

A Comissão Europeia tem a prerrogativa legal de colocar o acordo de comércio em vigência provisória, embora haja sensibilidades políticas internas. A presidente da Comissão Europeia, Úrsula von der Leyen, não tomou uma decisão ainda.

O chanceler federal alemão, Friedrich Merz, defendeu dias atrás que o acordo deveria entrar de forma provisória em vigor assim que o primeiro país sul-americano o ratificar por completo.

O Parlamento Europeu preferiu enviar o acordo para um processo de revisão jurídica. No fim de janeiro, o Legislativo do bloco decidiu (por 334 votos a favor, 324 contra e 11 abstenções) remeter o acordo para o Tribunal de Justiça da União Europeia. Eles pedem um parecer sobre a legalidade dos procedimentos, como a divisão da parte comercial e política do acordo para acelerar a tramitação, e a conformidade dos termos com normas europeias.

Segundo diplomatas europeus, a análise no tribunal poderia levar até dois anos. Um representante da UE, porém, disse reservadamente que as questões levadas pelos parlamentares à corte são meramente protelatórias e já haviam sido todas discutidas, explicadas e superadas durante a fase de negociações.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**  
**Data: 26/02/2026**



### VALOR ECONÔMICO (SP)

#### ENTENDA POR QUE O GOVERNO LULA AUMENTOU O IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO SOBRE 1.252 PRODUTOS ELETRÔNICOS

Especialista diz que aumento de impostos pode elevar preços ao consumidor final  
**Por Reginaldo Ramos\*, Valor — São Paulo**



**Smartphone — Foto: Rodion Kutsaiev/Unsplash**

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu aumentar o Imposto de Importação sobre 1.252 produtos ligados aos setores de máquinas, equipamentos industriais e itens de tecnologia. A decisão foi tomada em 28 de janeiro. Parte das novas alíquotas já começaram a valer em 6 de fevereiro. Outras mudanças devem entrar em vigor a partir de 1º de março.

Em nota técnica, a Secretaria de Política Econômica (SPE) e a Subsecretaria de Política Macroeconômica do Ministério da Fazenda argumentam que o crescimento acelerado das importações, especialmente de origem chinesa, ameaça a indústria nacional e agrava a vulnerabilidade externa do Brasil, e que as medidas visam a proteção da indústria nacional.

O governo alega que as importações no setor de Bens de Capital (BK) e Bens de Informática e Telecomunicações (BIT) somaram US\$ 75,1 bi em 2025, com crescimento acumulado desde 2022 de 33,4%.

A estratégia adotada, segundo o Ministério da Fazenda, propõe o realinhamento tarifário para proteger a indústria nacional contra a "concorrência assimétrica" e reduzir a "dependência externa estrutural" nesses setores para "fortalecer" as cadeias produtivas locais e "incentivar" a inovação tecnológica.

O ministério espera que a medida estimule o investimento e a ocupação da capacidade produtiva instalada no Brasil e "melhore" o saldo da balança comercial ao reduzir a demanda por importações, direcionando esse fluxo para o mercado interno.

Em entrevista ao Valor, Guilherme Pedrozo da Silva, advogado tributarista e coordenador do Vade Mecum Tributário, afirma que judicialmente a medida está bem embasada, mas pode gerar efeitos contrários ao esperado.



***“Juridicamente falando, o aumento me parece muito bem pautado. O imposto de importação é um tributo extrafiscal. Ele é regulatório de mercado” afirma. “É importante dizer que não se trata de uma lei, mas sim de um ato administrativo que está dentro das competências da Camex”, complementa.***

### **Preços podem aumentar, diz especialista**

Na avaliação de Pedrozo da Silva, porém, os efeitos econômicos podem ser controversos. “Não tem como dizer que a medida não vai impactar o consumidor final. Isso é inevitável”, diz. Segundo o especialista, o aumento do imposto eleva o custo de chegada dos produtos importados, pressionando as margens de lucro de importadores e distribuidores.

***“Se eu tenho esse encarecimento, ou seja, uma maior tributação na entrada, isso vai pressionar a margem do importador, do distribuidor, e haverá repasse parcial ou até mesmo total no preço de máquinas, eletrônicos e de tudo o que influencie esses bens importados”, afirma. “Efetivamente, isso será repassado ao consumidor final.”***

Ele também avalia que a medida pode ter reflexos sobre os investimentos industriais e em tecnologia. “Essas empresas podem deixar de buscar novos investimentos, uma vez que vamos ter uma pressão inflacionária em razão desse aumento”, diz.

Segundo ele, o encarecimento de máquinas e equipamentos pode reduzir o ritmo de modernização e expansão de parte do setor produtivo. “Muitos setores já alertam, inclusive, sobre uma possível perda de competitividade, uma vez que as empresas brasileiras, que precisam e buscam lá fora componentes eletrônicos importantes, terão seus custos aumentados”.

### **Conteúdo local pode ser beneficiado, dizem associações**

A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) defende que a iniciativa deve ampliar o conteúdo local, fortalecendo fornecedores locais, em especial em um contexto de crescente demanda global por capacidade computacional e inteligência artificial.

***“As empresas têm total capacidade e disponibilidade para atender à demanda local e de exportação, caso condições isonômicas sejam implementadas”, afirma o presidente executivo da Abinee, Humberto Barbato.***

Em uma entrevista dada anteriormente ao Valor, o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, reafirmou que o avanço acelerado das importações vem comprimindo a produção doméstica, ampliando o déficit comercial da economia brasileira.

Segundo dados de indicadores conjunturais divulgados pela Abimaq, a participação dos importados no consumo nacional aparente (CNA) ultrapassou a marca de 45% em outubro de 2025.

Em uma entrevistada dada anteriormente ao Valor, o superintendente de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Fabrício Silveira, afirma que a medida exige cautela e coordenação com uma política industrial mais ampla.

Ele ressalta ainda que a proteção não pode comprometer a modernização da indústria. “Para que a proteção não se torne um entrave à modernização industrial, é fundamental manter o monitoramento das NCMs (Nomenclaturas Comum do Mercosul) com lacunas de oferta nacional e assegurar a agilidade do regime de ex-tarifário para bens sem similar produzido no país.”

### **Quando a mudança no imposto de importação entra em vigor**

O grupo de mudanças que deverá entrar em vigor no dia 1º de março envolve produtos classificados por NCMs (Nomenclatura Comum do Mercosul) que hoje possuem alíquota zero. As NCMs funcionam como uma espécie de “CPF” das mercadorias no comércio exterior.



Os produtos afetados vão desde smartphones à freezers e fornos industriais. Entre os itens que mais chamaram atenção na lista estão placas de vídeo (GPU's), processadores (CPU's), memória RAM, placas mãe e outros componentes essenciais para o setor de tecnologia.

A medida se concretizou no dia 4 de fevereiro de 2026, por meio da resolução de nº 852, emitida pelo Comitê-Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex), integrante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Ela altera o Anexo VI da antiga Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, e estabelece que as tarifas de importação para a maioria dos produtos de bens de capital (BK) e bens de informática e tecnologia (BIT) sejam concentradas em três níveis principais:

- 7,2%: Para produtos que atualmente possuem alíquotas inferiores a esse valor, como microventiladores, microondas industriais e cartuchos de tinta;
- 12,6%: Para bens que hoje têm alíquotas entre 7,0% e 12,6%, como placas-mãe, leitores de códigos de barras, memória RAM e painéis de LED;
- 20,0%: Para produtos com alíquotas entre 12,7% e 20,0%, como smartphones, microscópios estereoscópicos e martelos;
- 14,0% a 25,0%: Elevações específicas para um grupo de produtos de BIT estratégicos voltados para datacenters, como servidores, unidades de armazenamento (storage) SSD e switches.

Uma parte dessas mercadorias pode ser enquadrada no chamado regime de ex-tarifário. Esse mecanismo permite a redução temporária do Imposto de Importação para bens de capital e de informática e telecomunicações quando não há produção equivalente no Brasil.

As mudanças previstas para 1º de março atingem justamente as NCMs que hoje têm alíquota zero, mas que não estão automaticamente incluídas no regime de ex-tarifário. O governo concedeu esse prazo para que as empresas importadoras possam solicitar o enquadramento no regime especial. Se o pedido for aprovado, a alíquota pode continuar reduzida ou zerada. Caso contrário, os produtos passarão a recolher o novo percentual do imposto a partir de março.

A nota técnica emitida pela Secretaria de Política Econômica (SPE) também garante que os regimes especiais de tributação devem ser preservados dos aumentos.

Veja quais são esses regimes:

- Recof : Voltado para o setor aeronáutico.
- Repetro: Direcionado ao setor de Óleo e Gás (O&G), abrangendo atividades de perfuração e processamento.
- REDATA: O recém-criado Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (instituído em setembro de 2025), que visa atrair investimentos em infraestrutura digital.
- Drawback e Admissão Temporária: Regimes gerais que desoneram insumos importados para produtos que serão exportados ou que permanecerão no país por tempo limitado. ZFM e ALCs: Benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus e das Áreas de Livre Comércio.
- Ex-tarifários: Concessão de tarifa zero para bens de capital (BK) e de informática (BIT) que não possuem produção nacional equivalente.

*\*Estagiário sob supervisão de Diogo Max*

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 26/02/2026**

## FLÁVIO BOLSONARO ANUNCIA PEC PELO FIM DA REELEIÇÃO A PRESIDENTE

Senador e também pré-candidato à Presidência disse que fechou pré-candidatura de Derrite em SP  
**Por Andrea Jubé, Caetano Tonet e Cristiane Agostine, Valor — Brasília**



**Senador Flávio Bolsonaro - 05/12/2025 — Foto: Gustavo Minas/Bloomberg**

Em agenda intensa na quarta-feira (25), o senador Flávio Bolsonaro (RJ), pré-candidato do PL à Presidência, anunciou uma proposta de emenda constitucional (PEC) para extinguir a possibilidade de reeleição do presidente da República, a partir do pleito deste ano. Depois de visitar o pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que está na prisão, ele também tornou pública a pacificação do partido em Santa Catarina e a pré-candidatura ao Senado do deputado Guilherme Derrite (PP) em São Paulo.

Na PEC do fim da reeleição, que foi antecipada pelo Valor, Flávio preserva a possibilidade de reeleição para os outros cargos do Executivo, ou seja, prefeitos e governadores. A ressalva visa a atrair mais apoios, já que não há consenso no Congresso sobre a mudança de regra.

Na justificativa, o senador diz que pretende “fortalecer a independência decisória do governante, reduzir incentivos ao uso estratégico da máquina pública, reafirmar o compromisso republicano com a limitação temporal do poder político e um movimento de volta à normalidade democrática”. Ele ainda está recolhendo assinaturas para protocolar a medida: obteve 14 das 27 necessárias. O ex-presidente Jair Bolsonaro, pai do senador, também defendeu o fim da reeleição para presidente quando concorreu ao Planalto em 2018, mas mudou de ideia ao tentar se reeleger em 2022.

### Chapa em Santa Catarina

Em paralelo, Flávio comemorou o fim do impasse em Santa Catarina, confirmando as pré-candidaturas do irmão, Carlos Bolsonaro (PL), e da deputada Caroline de Toni (PL) ao Senado, na chapa encabeçada pelo governador Jorginho Mello (PL), que buscará a reeleição.

A pacificação catarinense favorece a sua postulação presidencial. Embora em ascensão nas pesquisas, Flávio acaba contaminado pelos embates públicos da família Bolsonaro, que espantam aliados. No começo do mês, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro havia declarado apoio a De Toni, contra a postulação de Carlos, com quem mantém relação turbulenta.

Segundo fontes do PL, a deputada cogitou, até mesmo, deixar a sigla, o que ampliaria o desgaste do senador. Ela poderia consumir o ato na janela partidária que será aberta em março, permitindo aos deputados federais e estaduais trocarem de legenda para disputar a eleição, sem a sanção de perda do mandato.

A definição da chapa catarinense estremeceu, contudo, as relações do PL com a federação União-Progressistas (PP) porque Toni ocupou a vaga antes prometida ao veterano senador Esperidião Amin (PP-SC), tradicional aliado de Jair Bolsonaro, que tentará se reeleger em outubro.

Em entrevista coletiva, Flávio minimizou os desentendimentos públicos entre seus irmãos, Carlos e Eduardo Bolsonaro, a ex-primeira-dama Michelle e o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG). “Nós somos adultos e vamos conversar. Vou procurar todo mundo, como sempre fiz, porque a gente tem um objetivo maior e todos estão incluídos e na mesma página”, alegou.

### As apostas em SP

Um dia depois de conseguir aprovar seu parecer ao PL antifacção na Câmara dos Deputados, Derrite acompanhou Flávio na visita a Bolsonaro na Papudinha, e ganhou a benção do ex-presidente para a disputa ao Senado. Ex-secretário estadual de Segurança Pública, ele também tem o apoio do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Flávio deve se reunir com Tarcísio em São Paulo na sexta-feira (27) para discutir a chapa paulista — o PL cobiça a vaga de vice. Cassado por faltas, o ex-deputado Eduardo Bolsonaro mira a outra vaga de senador, apesar de estar há um ano, vivendo nos Estados Unidos. Outros nomes cogitados são Renato Bolsonaro, irmão do ex-presidente; os deputados Mario Frias e Marco Feliciano, e o vice-prefeito de São Paulo Mello Araújo — todos do PL.

Sobre a pesquisa Atlasintel, que apontou um empate técnico dele com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno, Flávio disse que o resultado mostra “a lógica” diante do desempenho do governo. Segundo o levantamento, Lula alcançaria 46,2% dos votos, contra 46,3% de Flávio.

Ele aproveitou para reforçar críticas da oposição ao governo que mais repercutem nas redes: “O governo que não toma conta de ajudar os Estados e municípios no combate a facções. Um governo que não para de criar impostos”, provocou, em alusão ao aumento do Imposto de Importação para 1.252 produtos dos setores de máquinas, equipamentos e itens de tecnologia.

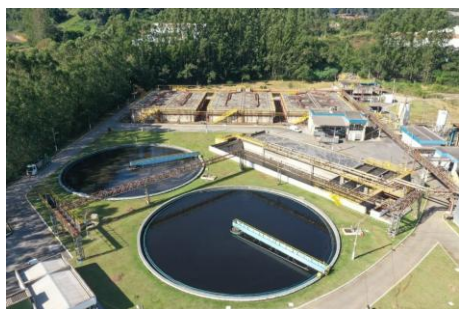
*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 26/02/2026*

### **COPASA QUER RENOVAR CONTRATOS COM MUNICÍPIOS DE MG ANTES DA PRIVATIZAÇÃO, DIZ COMANDO**

Renovação do contrato com a capital mineira já teve os termos técnicos e comerciais acertados e tramita em instâncias jurídicas municipais, segundo a empresa

***Por Adriana Peraita, Valor — São Paulo***



***Infraestrutura da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) — Foto: Divulgação/Copasa***

para o seu plano de privatização.

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) vem mantendo diálogo com os 636 municípios mineiros em que opera visando à renovação de contratos antes da sua privatização, informou a diretora-presidente, Marília Carvalho de Melo, na teleconferência de resultados do quarto trimestre, nesta quinta-feira (26). A companhia detalhou, no fim de janeiro, a estrutura

Segundo a executiva, a Copasa trabalha com um modelo padrão de contrato para quase todas as cidades, com a exceção de Belo Horizonte, que tem particularidades. A renovação do contrato com a capital mineira já teve os termos técnicos e comerciais acertados e tramita em instâncias jurídicas municipais, acrescentou ela.

Em meio ao processo de desestatização, a Copasa mapeou 80 cidades estratégicas em que opera. De acordo com Carvalho de Melo, a empresa pode aproveitar o atual momento para passar a prestar serviço de esgotamento em parte desses municípios onde realiza apenas o abastecimento hídrico.

Adriano Rudek de Moura, diretor financeiro da empresa, apontou que o plano de investimentos de R\$ 21 bilhões até 2030 possibilita o cumprimento das metas de universalização previstas no Marco do Saneamento. De acordo com ele, a Copasa vai administrar os investimentos anualmente para garantir um reconhecimento na base maior do que a depreciação.

Antes da privatização, a empresa busca reduzir custos com a administração de pessoal e ampliar ganhos de produtividade via automação. Não estão previstas demissões em massa.

**“Execução impecável” do cronograma da privatização**

A desestatização é um dos pilares da estratégia da Copasa, destacou a diretora-presidente. A executiva acrescentou que o foco está em garantir a “execução impecável” do cronograma da privatização.

Ela disse ainda que os termos técnicos e comerciais da renovação da concessão de Belo Horizonte já foram acordados entre a empresa e o município, restando apenas formalidades já previstas no cronograma.

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 26/02/2026**

## SENADO ARGENTINO APROVA ACORDO MERCOSUL-UE

Segundo o governo de Milei, o acordo gerará um impacto significativo para a Argentina, com projeções de crescimento das exportações de até 122% em 10 anos

**Por Valor e Com Reuters — São Paulo**



**Argentina se tornou o segundo país do bloco econômico a ratificar o acordo, depois do Uruguai que aprovou mais cedo — Foto: Divulgação**

O Senado argentino aprovou nesta quinta-feira o acordo de livre comércio firmado entre os blocos econômicos Mercosul e União Europeia, assinado em janeiro após 25 anos de negociações.

O governo de Javier Milei comemorou a decisão. "Isso marca um marco na política de integração internacional da Argentina", afirmou a Casa Rosada em comunicado à

imprensa.

A iniciativa recebeu forte apoio dos senadores, e a Argentina se tornou o segundo país do bloco econômico a ratificar o acordo, depois do Uruguai que aprovou mais cedo. Ao todo, a pauta recebeu 69 votos favoráveis e três contrários, de acordo com informações do jornal TN.

Segundo o governo de Milei, o acordo permitirá a eliminação de tarifas sobre 92% das exportações do Mercosul para a União Europeia e gerará um impacto significativo para a Argentina, com projeções de crescimento das exportações de até 122% em 10 anos. O comunicado destaca ainda que setores estratégicos como energia, mineração, agronegócio e indústria serão especialmente beneficiados.

Agora, faltam Brasil, Paraguai e União Europeia para ratificar o acordo. Por aqui, a Câmara dos Deputados aprovou o acordo na quarta-feira, mas ainda é preciso que o Senado dê seu aval.

O tratado conta com forte apoio da Alemanha e da Espanha, mas enfrenta oposição liderada pela França, que teme que o aumento das importações de produtos básicos, como carne bovina e açúcar, prejudique os agricultores locais.

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 26/02/2026**

## FOLHA DE S.PAULO

### FOLHA DE SÃO PAULO - SP

**GOVERNO LULA ARRECADA R\$ 60 MIL COM LEILÕES DE TRÊS TERMINAIS PORTUÁRIOS**

- CS Infra arrendou o terminal MCP01, no porto de Santana (AP), com lance de R\$ 2

- Cerimônia teve um leilão a menos, após suspensão de certame de arrendamento de terminal no Recife

### **Por Paulo Ricardo Martins - São Paulo**

Em um leilão pouco concorrido, o governo federal arrecadou pouco mais de R\$ 60 mil com o arrendamento de três terminais portuários localizados no Amapá, em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. O leilão aconteceu na tarde desta quinta-feira (26) na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo.



### **Balsa transportando carretas navega pelo rio Amazonas em frente ao porto de Santana, no Amapá - Lalo de Almeida - 20.out.14/Folhapress**

A CS Infra arrendou o terminal MCP01, no porto de Santana (AP), com um lance de R\$ 2 —a única proposta feita pelo ativo. O lance mínimo para cada um dos leilões era de R\$ 1.

O terminal amapaense tem investimentos estimados em R\$ 150,2 milhões, contrato de 25 anos e será usado para o escoamento da produção de grãos e de

cavaco de madeira.

A Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) reverteu na Justiça o cancelamento do leilão do terminal amapaense. Anteriormente, nesta semana, a 4ª Vara Federal Cível da SJ-DF (Seção Judiciária do Distrito Federal) havia determinado a suspensão do certame a pedido da empresa Rocha Granéis, que atua no porto de Santana.

O Consórcio Portos do Sul arrendou o terminal POA26, em Porto Alegre, depois de oferecer um lance de R\$ 10 mil, na única proposta apresentada.

O consórcio é formado pelas empresas Soluções Inteligentes Operadores Portuários e Simetria Logística.

O terminal no Rio Grande do Sul será destinado à movimentação e à armazenagem de granel sólido vegetal, com previsão de mais de R\$ 21 milhões em investimentos. O arrendamento valerá por dez anos.

Já a mineradora Fomento do Brasil ofereceu R\$ 50 mil pelo terminal NAT01, em Natal, que tem previsão de investimentos de cerca de R\$ 55,17 milhões. O contrato é de 25 anos e tem foco no escoamento de grãos minerais, especialmente minério de ferro.

A cerimônia ocorreu com um leilão a menos do que o previsto pelo Ministério de Portos e Aeroportos. Isso porque, neste mês, a Antaq suspendeu temporariamente o certame do terminal de passageiros do porto de Recife, que também seria arrendado nesta quinta.

O pedido de suspensão veio da própria autoridade portuária do Recife, que pediu revisão e consolidação de informações técnicas do projeto. Recentemente, houve mudança na gestão da autoridade portuária local.

O terminal do porto do Recife será destinado à movimentação de passageiros, com previsão de investimentos de R\$ 2,3 milhões e prazo de 25 anos de concessão. Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos, o projeto visa fortalecer o circuito de cruzeiros do Nordeste, integrando Recife aos terminais de Fortaleza, Maceió e Salvador.

Rodrigo de Campos, advogado especialista em infraestrutura e sócio do escritório Vernalha Pereira, diz que chamou a atenção a baixa concorrência e os baixos valores de outorga no leilão desta quinta-feira.

"Em que pese o leilão não ter gerado recursos expressivos a título de outorga, deve-se reconhecer que, ao conseguirem trazer licitantes para todos os lotes, o Ministério de Portos e Aeroportos e a Antaq garantiram a continuidade do programa de desestatização da operação de terminais situados nos portos organizados, com segurança jurídica e previsibilidade", afirma.

### **Governo prevê leilão de terminais em Santos e São Sebastião em 2026**

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), disse a jornalistas, após o leilão, que prevê ainda em 2026 o leilão da área SSB01, no porto de São Sebastião (SP). No ano passado, quando anunciou o projeto de arrendamento no litoral paulista, o ministro previu o certame para março deste ano.

O terminal no porto de São Sebastião destina-se à movimentação e armazenagem de grãos sólidos, cargas gerais e contêineres.

Costa Filho afirmou também que irá se reunir com a Casa Civil e a Antaq na próxima semana para definir novas datas para o leilão do Tecon 10, o megaterminal do porto de Santos.

"Vamos fazer uma visita ao presidente do Tribunal de Contas da União para que a gente possa chegar a uma proposta ideal, para que a gente possa, ao longo do mês de março, anunciar o cronograma para fazer neste ano o leilão do Tecon Santos 10, que vai ser muito importante", disse.

Como mostrou o Painel S.A. nesta semana, empresas do mercado portuário já consideram possível que o leilão do Tecon 10 não aconteça neste ano.

*Fonte: Folha de São Paulo - SP*

*Data: 26/02/2026*

## portosenavios

### **PORTAL PORTOS E NAVIOS**

### **PORTO DE SANTOS INICIA RECADASTRAMENTO DE TRABALHADORES E USUÁRIOS PARA ADOÇÃO DE RECONHECIMENTO BIOMÉTRICO PARA ACESSO A SUAS INSTALAÇÕES**

*Por Nelson Moreira - Portos e logística 26/02/2026 - 08:34*



A Autoridade Portuária de Santos (APS), que administra o complexo portuário da cidade paulista, anunciou nesta quarta-feira (25) que iniciou o cadastramento de todas as pessoas autorizadas a acessar suas instalações como parte do processo de adoção de sistema de reconhecimento biométrico. A entidade informou que todos os trabalhadores credenciados para acessar o cais deverão se apresentar para serem fotografados e terem a biometria registrada.

De acordo com a APS, ainda não foi determinado prazo para o fim do processo de cadastramento. Ela informou que caberá à Guarda Portuária a atualização dos cadastros, que será iniciado pelos trabalhadores do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo).

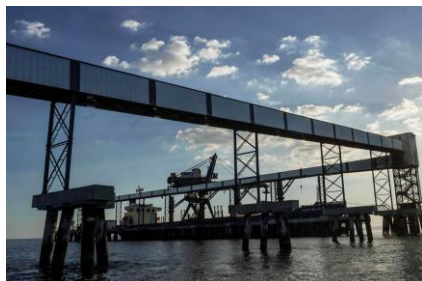
A autoridade portuária explicou que os outros usuários do complexo serão convocados paulatinamente, para evitar filas e aglomerações. O cadastramento será feito no Setor de Credenciamento da Guarda Portuária, das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, exceto em feriados.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 26/02/2026*

## ESTUDO REVELA QUE TERMINAIS AUTORIZADOS LIDERARAM MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA EM 2025

*Da Redação Portos e logística 26/02/2026 - 08:36*



Estudo apresentado pela Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) mostra que os terminais autorizados responderam por 64,6% de toda a movimentação portuária do Brasil e por 78,8% em portos interiores em 2025. De acordo com o levantamento, os Terminais de Uso Privado (TUP) registraram alta de 7% em suas operações no ano passado, com 906,1 milhões de toneladas movimentadas.

Segundo a ATP, há no Brasil 287 terminais autorizados, dos quais 221 estão em operação, sendo cerca de dois terços para movimentação por via marítima e aproximadamente um terço em águas interiores. De acordo com o levantamento, os TUPs em rios movimentaram no ano passado 72 milhões de toneladas, contra 19,3 milhões nos portos organizados. Ainda segundo o levantamento, de 2010 a 2025 a alta de volume movimentado em terminais privados em águas interiores chegou a 210%.

Segundo os dados da ATP, o aumento de 7% na movimentação de cargas dos TUP em 2025 foi puxado por grãos sólidos, que registraram 538,1 milhões de toneladas movimentadas e alta de 7,19%, grãos líquidos e gasosos, com 271,7 milhões de toneladas e elevação de 7,87%, e carga containerizada, com 56,9 milhões de toneladas e avanço de 6,09%. As cargas com maior índice de crescimento no ano passado foram cimento, com 50,80%, coque de petróleo, com 42,38%, fertilizantes, com 25,86%, soja, com 18,33%, e óleo de soja, com 17,95%.

Na lista dos terminais autorizados com maior aumento de volume movimentado, apareceram nas primeiras posições em 2025 o TUP Vetorial Logística, em Ladário, no Mato Grosso do Sul, com crescimento de 380,2%, o da Atem, em Belém, no Pará, com avanço de 332,1%, e o Terminal da Granel Química Ladário, também no Mato Grosso do Sul, que apresentou aumento de 274%.

O estudo da ATP alerta que, apesar dos avanços registrados, há problemas que afetam o setor, como os atrasos em processos de licenciamento ambiental. De acordo com a Associação, eles se devem à judicialização, morosidade administrativa, inclusive da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), e invasões de áreas, além de efeitos remanescentes da pandemia de Covid-19. O presidente da entidade, Murillo Barbosa, disse que os números demonstram que os terminais autorizados são hoje pilares da logística brasileira e que, além de ampliarem a capacidade operacional, geram desenvolvimento local, atraem investimentos e aumentam a competitividade do Brasil. Mas, segundo ele, é preciso ainda superar gargalos regulatórios e de licenciamento para que o setor continue crescendo.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 26/02/2026**

## MPOR E ANTAQ FARÃO NESTA QUINTA-FEIRA (26) LEILÕES PARA ARRENDAMENTO DE ÁREAS PORTUÁRIAS EM TRÊS ESTADOS

*Da Redação Portos e logística 26/02/2026 - 08:36*



O Ministério de Portos e Aeroportos e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) promovem nesta quinta-feira (26), na Bolsa de Valores do Brasil, a B3, em São Paulo, o primeiro bloco de leilões para arrendamento de áreas portuárias de 2026. Serão leiloadas áreas no Porto de Santana, na cidade de Santana, no Amapá, em Natal, no Rio Grande do Norte, e em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A estimativa inicial é de que, somados, representem investimento de R\$ 226 milhões.

No Porto de Santana, a área oferecida é de um terminal para movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais, incluindo grãos e cavaco de madeira. O projeto prevê investimento de R\$ 150,2 milhões, durante o contrato de 25 anos. Já no Porto de Natal, será arrendado um terminal projetado para escoamento de grãos sólidos minerais, com destaque para o minério de ferro. A expectativa é de investimento de R\$ 55,17 milhões, e o contrato de concessão terá duração de 15 anos.

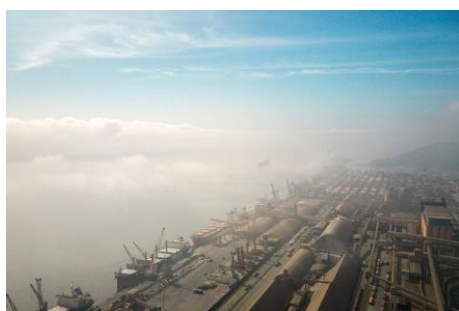
Na capital gaúcha, no Porto Organizado de Porto Alegre, será leiloada área destinada à armazenagem e à movimentação de granel sólido. Nesse caso, a concessão será feita por 10 anos, e o aporte estimado é de R\$ 21,13 milhões.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 26/02/2026*

## MPOR INICIA CONSULTA PÚBLICA SOBRE POLÍTICA DE INOVAÇÃO PARA PORTOS BRASILEIROS

*Da Redação Portos e logística 26/02/2026 - 08:37*



O Ministério de Portos e Aeroportos publicou nesta quarta-feira portaria que autoriza a realização de consulta pública sobre a Política Pública Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Portuária (PD&I Portos). O objetivo, segundo a pasta, é receber das sugestões para projetos para atender às necessidades do setor portuário. As contribuições poderão ser enviadas até 5 de abril pela Plataforma Brasil Participativo. Elas serão avaliadas pela equipe técnica e jurídica do Ministério e, se necessário, passarão por ajustes antes da publicação da política de PD&I Portos.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse que o objetivo é deixar o setor portuário brasileiro mais competitivo, estimulando a criação de ambiente propício à pesquisa. “Queremos ouvir a sociedade para construirmos juntos um ecossistema de inteligência e ação, explorando todo o potencial que o setor portuário tem para a pesquisa e aplicação de práticas inovadoras”, afirmou. Ele ressaltou que o marco legal do setor, a Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, não inclui termos como inovação, desenvolvimento científico ou tecnologia e disse que o Brasil vive momento propício ao crescimento da atividade portuária, com economia aquecida e aumento do consumo.

“Precisamos unir o setor, iniciativa privada e academia para atualizar e estabelecer parâmetros que garantam a constante evolução dos portos”, afirmou. O diretor de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação do Mpor, Tetsu Koike, explicou que a proposta está integrada ao programa Navegue Simples, que visa modernizar processos e reduzir a burocracia, cortando custos e aumentando a eficiência dos portos. “A partir da escuta por meio da consulta pública, seremos mais efetivos na construção de programas e ações”, argumentou.

O sistema portuário nacional é formado por 35 portos públicos em operação, 20 autoridades portuárias públicas, uma autoridade portuária privada, 157 contratos ativos de arrendamento em portos públicos, 221 instalações autorizadas de vários tipos em operação, das quais 178 são terminais privados de carga. De acordo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), no Brasil são operados mais de 10 mil embarcações, sendo 4,6 mil voltadas à navegação marítima.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 26/02/2026*

## MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS ENVIA À ANTAQ PROJETO DE CONCESSÃO DE CANAIS DE ACESSO A PORTOS E DE HIDROVIAS DO RIO GRANDE DO SUL

*Da Redação Portos e logística 26/02/2026 - 08:40*



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 035/2026  
Página 80 de 80  
Data: 26/02/2026  
[www.mercosshipping.com.br](http://www.mercosshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)



O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) informou nesta quarta-feira (25) que encaminhou à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) projeto de concessão do sistema aquaviário integrado dos portos do Rio Grande do Sul e da Lagoa Mirim. De acordo com a pasta, será o primeiro leilão envolvendo canais de acesso portuário e trechos hidroviários, e a expectativa é de que ele represente R\$ 134 milhões em investimentos.

O Mpor informou que aprovou na semana passada o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (Evtea) para a concessão e pediu à Antaq que marque audiências públicas para receber sugestões da sociedade, incluindo de possíveis interessados. O passo seguinte será enviar o projeto para a análise do Tribunal de Contas da União (TCU), antes da divulgação do edital. O projeto abrange a infraestrutura de acesso aquaviário aos portos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, incluindo áreas de fundeio, bacias de evolução e berços de atracação. Além disso, inclui a hidrovia da Lagoa dos Patos, Lago Guaíba e dos rios Jacuí, Caí, dos Sinos e Gravataí, que são administradas pela Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul (Portos RS).

O objetivo da concessão, explicou o Mpor, é atrair investimentos para a realização de dragagens regulares e a manutenção da profundidade operacional e, com isso, reduzir as restrições de calado e permitir a circulação de embarcações de maior porte. “Ao integrar em um único modelo canais de acesso e trechos hidroviários, garantimos previsibilidade, eficiência operacional e investimentos permanentes na manutenção da infraestrutura”, disse o secretário Nacional de Portos, Alex Ávila.

De acordo com o Ministério, o projeto de concessão visa a atender a demandas criadas com crescimento da movimentação portuária na Região Sul, que, em 2025, foi, em relação ao ano anterior, de 9,38% nos portos organizados, com 129,7 milhões de toneladas, com destaque para as 77,6 milhões de toneladas de granéis sólidos. Já no segmento de contêineres, a alta foi de 24,54%, com 31,8 milhões de toneladas movimentadas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/02/2026



## MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPIING.COM](http://MERCOSHIPPIING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)

Este conteúdo também está disponível na [www.mercosshipping.com](http://www.mercosshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

Fonte : InforMS

Data: 26/02/2026